

FÓRUM

História, memória e passado em estudos organizacionais e de gestão

Diego M. Coraiola | Amon Barros | Mairi Maclean | William M. Foster

Histórias corporativas e a ideia da América latina

Mariana I. Paludi | Jean Helms Mills | Albert J. Mills

Sequestrado pela esperança: dinâmicas de desvio da missão e dissolução de identidade em uma organização sem fins lucrativos

Sophie Marie Cappelen | Jesper Strandgaard Pedersen

Controvérsias como método para ANTi-história

César Tureta | Bruno Américo | Stewart Clegg

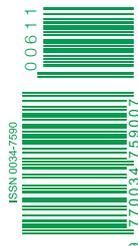
Inscrições contábeis para o exercício do poder organizacional: O caso do fundo de emancipação de escravos no Brasil

Adriana Rodrigues Silva | Angelica Vasconcelos | Thais Alves Lira

PENSATA

Passado, presente e futuro de história (crítica) das organizações no Brasil

Alessandra de Sá Mello da Costa | Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley



SUMÁRIO

EDITORIAL

E2021-0101 PERDAS E GANHOS: PESQUISA NAS CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS NO PERÍODO PANDÊMICO

Losses and gains: Research in the administrative sciences during the pandemic
Pérdidas y ganancias: Investigación en ciencias administrativas durante la pandemia
Maria José Tonelli | Felipe Zambaldi

FÓRUM | FORUM | FORO

E2021-0102 HISTÓRIA, MEMÓRIA E PASSADO EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E DE GESTÃO

History, memory, and the past in management and organization studies
Historia, memoria y pasado en estudios organizacionales y de gestión
Diego M. Coraiola | Amon Barros | Mairi Maclean | William M. Foster

E2019-0462 HISTÓRIAS CORPORATIVAS E A IDEIA DA AMÉRICA LATINA

Corporate storytelling and the idea of Latin America
Historias corporativas y la idea de América Latina
Mariana I. Paludi | Jean Helms Mills | Albert J. Mills

E2019-0432 SEQUESTRADO PELA ESPERANÇA: DINÂMICAS DE DESVIO DA MISSÃO E DISSOLUÇÃO DE IDENTIDADE EM UMA ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS

Hijacked by hope: Dynamics of mission drift and identity dilution in a nonprofit organization
Secuestrado por la esperanza: Dinámicas de disolución identitaria y desviación de la misión en una organización sin fines de lucro
Sophie Marie Cappelen | Jesper Strandgaard Pedersen

E2019-0457 CONTROVÉRSIAS COMO MÉTODO PARA ANTI-HISTÓRIA

Controversies as method for ANTI-History
Controversias como método para la Antihistoria
César Tureta | Bruno Américo | Stewart Clegg

E2019-0448 INSCRIÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO DO PODER ORGANIZACIONAL: O CASO DO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO DE ESCRAVOS NO BRASIL

Accounting inscriptions for the exercise of organizational power: the case of the slave emancipation fund in Brazil
Inscripciones contables para el ejercicio del poder de la organización: El caso del fondo de emancipación de esclavos en Brasil
Adriana Rodrigues Silva | Angelica Vasconcelos | Thais Alves Lira

PENSATA | ESSAY | ENSAYO

E2021-0103 PASSADO, PRESENTE E FUTURO DE HISTÓRIA (CRÍTICA) DAS ORGANIZAÇÕES NO BRASIL

Past, present, and future of (critical) organizational history of in Brazil
Pasado, presente y futuro de la historia (crítica) de las organizaciones en Brasil
Alessandra de Sá Mello da Costa | Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley

INFORMAÇÕES EDITORIAIS | EDITORIAL INFORMATION | INFORMACIONES EDITORIALES

E0000-0004 INFORMAÇÕES EDITORIAIS 2020

Editorial information 2020
Informaciones editoriales 2020

E0000-0005 COLABORADORES

Contributors
Colaboradores

EDITORIAL

Versão original

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020210101>

MARIA JOSÉ TONELLI
Editora-chefe



FELIPE ZAMBALDI
Editor-adjunto

PERDAS E GANHOS: PESQUISA NAS CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS NO PERÍODO PANDÊMICO

Começamos o ano ainda imersos nas sucessivas ondas da Covid-19, mas já com a esperança das vacinas e a certeza de que o mundo das organizações passou por mudanças profundas que terão continuidade após o período pandêmico. Foram, também, inúmeras as adaptações necessárias para a pesquisa nas ciências administrativas neste período, especialmente para as modalidades empíricas no próprio campo, como a etnografia, pesquisa-ação, observação participante, *design science*, netnografia, entre outras estratégias de pesquisa qualitativa. Entretanto, a edição especial da *RAE*, “O impacto da Covid-19 nas organizações” (Costa, Paiva, Gomes, & Brei, 2020), mostrou que a comunidade científica brasileira em Administração, apesar de todas as dificuldades deste período, continua produtiva, com *insights* importantes sobre a realidade atual.

Apesar dos tristes números de mortes e adoecimentos (*), o balanço que apresentamos neste editorial também traz boas notícias, com dois fenômenos não esperados. Em primeiro lugar, o número de submissões no período cresceu substancialmente – houve 27% a mais de artigos submetidos em 2020 (1.072) com relação a 2019 (841), e a *RAE* recebeu contribuições de todos os continentes. Em segundo lugar, o tempo de avaliação dos artigos diminuiu também significativamente – mais de 25%: de 262 dias em 2019 para 196 em 2020 – o que representa um marco para a *RAE*, tendo em vista todos os esforços já investidos há algum tempo com foco em tal redução. Nessa conquista, a *RAE* contou com a colaboração de editores e revisores do Brasil e do exterior que, apesar do momento, contribuíram para essa redução. Agradecemos profundamente a todos que doaram seu tempo e conhecimento para o desenvolvimento dos artigos publicados em 2020, nomeados, na seção **Informações Editoriais e Colaboradores**.

A *RAE* também abre o ano com novidades: passamos a publicar os artigos em fluxo contínuo, que permite a disseminação ágil dos artigos já aprovados. A difusão de conhecimento passa, nacional e mundialmente, por inúmeras transformações na direção de uma ciência completamente aberta. Acompanhando o debate nacional das publicações em Administração, a *RAE* tem adotado processos no sentido de preservar a avaliação cega, após inúmeras declarações de avaliadores que se manifestaram contra a proposta de abertura de sua identidade. Mas se trata de uma questão premente que a comunidade científica precisa debater com editores científicos e pesquisadores, nos inúmeros congressos acadêmicos já programados para o corrente ano, para que seja possível amadurecer, o mais rápido possível, a adoção das práticas da ciência aberta. Saiba mais sobre essa temática em: <https://blog.scielo.org/blog/tag/ciencia-aberta/>

Em 2021, também celebramos o aniversário de 60 anos de existência da RAE, o periódico mais longevo no campo da Administração de Empresas no Brasil, se considerarmos sua publicação ininterrupta ao longo de todas essas décadas. Trata-se de uma história marcante, que acompanhou o desenvolvimento industrial no pós-guerra e construiu o campo acadêmico em Administração no País, nas suas diferentes áreas, com múltiplas perspectivas, práticas reflexivas e críticas (Tonelli, 2018). No mês de maio, data de lançamento da primeira edição da Revista em 1961, preparamos atividades para comemoração dos 60 anos, que, além da uma Edição Especial em maio/junho, terá um webinário e a participação na Semana Especial do [Blog SciELO em Perspectiva | Humanas](#). Neste momento, a pandemia nos impede de ter um encontro presencial, mas quem sabe até o final do ano seja possível. Fazer 60 anos é um marco na história da pesquisa em Administração de Empresas no País e merece inúmeras celebrações!

Este número apresenta, também, os artigos selecionados para o Fórum “History, memory, and the past in Management and Organization Studies”, organizado pelos professores Diego M. Coraiola, Amon Barros, Mairi Maclean e William M. Foster e na seção Pensata temos o texto “Passado, presente e futuro de história (crítica) das organizações no Brasil” dos professores Alessandra de Sá Mello da Costa e Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley. Manter a memória é fundamental num período de amnésia social.

Desejamos a todos feliz 2021 e uma boa leitura!

Maria José Tonelli¹ | ORCID: 0000-0002-6585-1493

Felipe Zambaldi¹ | ORCID: 0000-0002-5378-6444

¹Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

(*) Nossa solidariedade a todas, todes e todos de nossa comunidade que sofreram com o adoecimento e perdas neste período.

REFERÊNCIAS

Costa, A. de S. da M., Paiva, E. L., Gomes, M. V. P., & Brei, V. A. (2020, nov./dez.). O impacto da Covid-19 nas organizações. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 60(6), 385-387. doi: 10.1590/s0034-759020200602

Tonelli, M. J. (2018, out.). Revistas científicas em administração: O papel histórico da Revista de Administração de Empresas (RAE) na construção do campo acadêmico em administração no Brasil. *Cadernos EBAPE*, 16(Edição Especial).

FÓRUM

Artigo convidado

Versão traduzida

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020210102>

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PASSADO EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E DE GESTÃO

Nossos objetivos para este editorial são três. Primeiro, contextualizamos o crescente interesse dos estudiosos organizacionais e de gestão em questões de história, memória e do passado. Apesar do número crescente de estudos organizacionais históricos, o funcionalismo e o interpretativismo funcional continuam sendo as abordagens dominantes nos estudos organizacionais e de gestão (MOS, do inglês *management and organization studies*). Além disso, como os estudiosos europeus e norte-americanos estão excessivamente representados na literatura, a análise do impacto histórico do comércio global e das organizações multinacionais na relação entre o Norte e o Sul globais é limitada. Em segundo lugar, mapeamos a literatura que conecta história, memória e passado aos estudos organizacionais. Fornecemos uma visão geral dos esforços iniciais dos estudiosos de MOS para desenvolver abordagens humanistas para estudos organizacionais e discutir o papel que a história desempenha em informar discussões epistemológicas, teóricas, metodológicas e empíricas na área. Em terceiro, destacamos especificamente como os artigos desta edição especial contribuem para o campo da história e memória das organizações.

DIEGO M. CORAIOLA¹

coraiola@ualberta.ca
0000-0003-2292-627X

AMON BARROS^{2,3}

amon.barros@essex.ac.uk
0000-0002-9748-7788

MAIRI MACLEAN⁴

kmm57@bath.ac.uk
0000-0001-9030-7492

WILLIAM M. FOSTER¹

william.foster@ualberta.ca
0000-0002-9139-8434

¹ University of Alberta, Augustana Faculty, Alberta, Canadá

² University of Essex, Essex Business School, Colchester, Reino Unido

³ Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, Brasil

⁴ University of Bath, School of Management, Bath, Reino Unido

UMA BREVE HISTÓRIA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS HISTÓRICOS

Por mais de 30 anos, pesquisadores têm buscado reconectar história e estudos organizacionais. Tem sido uma subida íngreme desde que um grupo de pioneiros destacou que organizações são fenômenos históricos e elaborou uma agenda de pesquisa mais humanística (Zald, 1990, 1993), baseada na análise histórica e em uma compreensão mais profunda do contexto histórico e do passado (Kieser, 1994; Lawrence, 1984). O surgimento da "virada histórica" (Clark & Rowlinson, 2004; Mills, Suddaby, Foster, & Durepos, 2016) mudou nossa compreensão dos papéis desempenhados pelo passado, história e memória em MOS.

No entanto, apesar do crescente interesse em incorporar questões de tempo, memória e história em várias vertentes da pesquisa de MOS, existem algumas lacunas preocupantes. Primeiro, houve um envolvimento limitado de estudiosos com abordagens críticas e pós-modernas (Durepos, Shaffner, & Taylor, no prelo). Especificamente, as abordagens pós-coloniais (Decker, 2013), descoloniais (Wanderley & Barros, 2018) e ANTI-históricas (Durepos & Mills, 2012) no estudo do passado não estão representadas na literatura MOS. Essas perspectivas também estão bem ausentes em edições especiais recentes sobre história, memória e o passado publicadas por periódicos centrais na área. À medida que a pesquisa motivada pela virada histórica amadurece, esperamos ideias acadêmicas cada vez mais ricas e diversificadas.

Em segundo lugar, grande parte da discussão sobre os estudos organizacionais históricos ocorreu na Europa e na América do Norte. Embora interesses semelhantes tenham sido expressos em outras partes do mundo (por exemplo, no Brasil), o número de publicações sobre o assunto não representa o número

crecente de pesquisadores que buscam teorizar a intersecção entre a organização e passado. A falta de pesquisas além do Norte global é uma explicação para as discussões limitadas sobre a interação entre lugar e cultura, de um lado, e tempo, história e memória de outro. Para melhor explicar e explorar o impacto da virada histórica no conhecimento sobre gestão, precisamos produzir conhecimento de interesse geral que está embutido nas realidades locais. Em outras palavras, pesquisadores de gestão e organizações precisam dar-se conta de como o lugar molda a experiência do tempo para construir diferentes histórias. O Sul global tem suas próprias experiências para compartilhar; assim, é importante levar em consideração como as relações entre países e empresas de diferentes culturas e nacionalidades contribuiu para informar e transformar umas às outras.

Em terceiro, os centros de pesquisa internacionais de alta qualidade apresentam barreiras específicas para a divulgação de pesquisas conduzidas por estudiosos que não falam inglês. Restringir as comunicações a uma única língua prejudica a capacidade de pesquisadores não versados no idioma inglês de expressar seus pensamentos. Como a apresentação do passado não pode ser dissociada da linguagem e do vocabulário usados para vivenciar e falar dele, existem tradições de pesquisa ricas e especializadas em outros idiomas além do inglês que foram silenciadas e ignoradas. Isso tem limitado o alcance e o ritmo das pesquisas sobre questões importantes relacionadas à virada histórica.

Apesar dessas limitações, os estudos organizacionais históricos oferecem uma visão sobre os diferentes mecanismos de organizações e de gestão. Em particular, esses estudos iluminam fundamentos epistemológicos, teóricos, metodológicos e empíricos relacionados ao estudo do passado na pesquisa em MOS. Nas seções que se seguem revisamos brevemente essas discussões e destacamos algumas críticas atuais da área.

Epistemológico

Uma das principais críticas levantadas por acadêmicos da virada histórica tem sido o caráter a-histórico da maioria das pesquisas organizacionais e de gestão (Kieser, 1994; Zald, 1990). Tanto historiadores de negócios quanto estudiosos de organizações familiarizados com o uso de métodos históricos na pesquisa organizacional articularam essa crítica (Booth & Rowlinson, 2006; Üsdiken & Kieser, 2004). Como Clark e Rowlinson (2004) escreveram na época, a virada histórica "implicaria questionar a retórica cientificista dos estudos organizacionais, uma abordagem do passado como processo e contexto e não apenas como uma variável, e um engajamento com debates historiográficos,

especialmente em relação ao *status* epistemológico da narrativa" (p. 346).

Outros também questionam como os princípios filosóficos da história impactam a pesquisa de MOS. Por exemplo, muitos projetos de pesquisa MOS adotam uma visão realista ingênua da história. O pressuposto de que existe uma correspondência direta entre a história e o passado foi dado como certo no MOS. Coraiola, Foster e Suddaby (2015), entretanto, argumentam que muitos projetos de pesquisa a-histórica, quando examinados mais de perto, são, na verdade, históricos. A diferença é que a maioria dos pesquisadores de MOS deixa de refletir sobre suas suposições tidas como certas sobre a história e o passado. Indo adiante, alguns estudiosos requisitaram aos pesquisadores ir além do conhecimento histórico (Kipping & Üsdiken, 2014) com o intuito de desenvolver a consciência histórica (Suddaby, 2016).

Apesar desses esforços, os estudiosos de MOS continuam a ser criticados por seu envolvimento limitado com a história e o passado. Alguns notaram que as tentativas de integrar história e estudos organizacionais podem levar a um caminho em que a importância epistemológica da história é descartada. A triste consequência é que a história é tratada apenas como um método e/ou uma variável (Decker, 2016). Outros, particularmente estudiosos de estudos críticos em administração (ECA, do inglês *critical management studies – CMS*), argumentam que a intenção original da virada histórica foi apenas parcialmente cumprida. Como resultado, ainda há muito o que fazer para rejeitar a supremacia do cientificismo na teoria organizacional, reconhecer outros modos de estudar e representar o passado, e conceder legitimidade a formas heterogêneas de escrever história (Durepos et al., no prelo).

Teórico

Os estudiosos de MOS combinaram muito a história e o passado (Weatherbee, Durepos, Mills, & Mills, 2012), conforme visto em duas abordagens principais de MOS. Uma abordagem é a pesquisa sobre *imprinting* e o estudo do efeito de eventos fundacionais passados em indivíduos, organizações e instituições atuais (como em Marquis, 2003; Marquis & Tilcsik, 2013). O outro é o estudo da dependência do caminho e a noção de que ações no passado podem limitar ações possíveis no presente e no futuro (como em Sydow & Schreyögg, 2013; Sydow, Schreyögg, & Koch, 2009). Ambas as abordagens igualam o passado e o que ocorreu no passado com a história e como o passado é narrado.

Mais recentemente, esforços têm sido feitos para minimizar o determinismo dessas abordagens, redefinindo o

passado e como ele é entendido nas organizações. Por exemplo, a lógica da sedimentação informou o conceito de *imprinting*. Ao invés de tratar o *imprinting* a partir da influência de evento antigo associado à fundação de uma organização, relatos mais recentes consideram a possibilidade de que eventos posteriores também possam ser fundamentais e criem diferentes camadas de efeitos geracionais (Marquis & Tilcsik, 2013). Da mesma forma, os estudiosos da dependência do caminho redefiniram suas abordagens para incorporar caminhos não percorridos que ainda podem estar disponíveis como itens perdidos ou descartados (*flotsam and jetsam*), que potencialmente se tornam recursos endógenos para a mudança (Schneiberg, 2007). Ao igualar a história com o passado, ambas as abordagens deixam de explorar o que é verdadeiramente distinto na história. A história é importante porque é uma narrativa que impõe ordem e significado nas coisas passadas. Em outras palavras, as histórias que contamos sobre o passado o tornam significativo e administrável.

No entanto, a imprecisão da definição significa que narrativas e história são frequentemente consideradas as mesmas. Isso levou alguns estudiosos de MOS a confundir e interpretar mal a diferença entre construtos-chave, como história e memória coletiva. No entanto, quando examinados mais de perto, existem diferenças importantes e significativas entre os dois (Nora, 1989). Em termos metafóricos, a história é a narrativa contada por um explorador que está de fora, enquanto a memória coletiva é a lembrança de experiências compartilhadas. A história é o produto de pesquisas e escritas propositais que acontecem no presente olhando para o passado e que pressupõe descontinuidade e distância entre os atores do passado e os autores da história. A história tem, então, um autor identificável, cuja autoridade sobre o passado está ligada às fontes usadas para contar a narrativa.

A memória coletiva é distinta da história porque evolui de maneiras incertas e imprevisíveis. O que é lembrado (esquecido) é disseminado por meio de narrativas que são transmitidas (descartadas) de geração em geração. A memória coletiva é emergente e não tem um autor claro. O peso e a autoridade da memória coletiva são fornecidos por tradições e crenças de uma comunidade mnemônica específica (Zerubavel, 1996). História e memória, embora diferentes e distintas, podem ser pensadas como perspectivas alternativas do passado (Nora, 1989). Cada uma fornece descrições e interpretações complementares, contraditórias e correspondentes do passado, e sua interação requer melhor teorização por pesquisas futuras.

A concepção original da memória organizacional era como um repositório onde as informações passadas eram armazenadas para serem recuperadas para uso futuro (Walsh & Ungson, 1991). Memória organizacional, portanto, foi

entendida como o local onde as informações organizacionais eram armazenadas. A introdução da virada histórica, no entanto, levou ao questionamento da abordagem estática do local de armazenamento para a memória organizacional. Esse questionamento promoveu o desenvolvimento de uma abordagem mais dinâmica da memória organizacional, análoga às discussões sobre memória coletiva. As discussões sobre a memória organizacional logo foram redefinidas e tornou-se em particular geralmente aceita como um processo em vez de um local de armazenamento. Conseqüentemente, outros processos de organização da memória, como lembrar e esquecer (Feldman & Feldman, 2006; Rowlinson, Booth, Clark, Delahaye, & Procter, 2010), logo se tornaram tópicos relevantes para investigação.

A mudança de entendimento acerca da memória organizacional levou a novas discussões sobre como o passado é lembrado e esquecido e à emergência de um novo campo de pesquisa em Estudos Organizacionais da Memória (Foroughi, Coraiola, Rintamaki, Mena, Foster, In press). Debates acerca da memória também têm ocorrido em outras instâncias, em particular nas pesquisas em história retórica (Suddaby, Foster, & Trank, 2010) e usos do passado (Wadhvani, Suddaby, Mordhorst, & Popp, 2018). No entanto, história e memória permanecem em geral indistintos nesses trabalhos. Mais recentemente, acadêmicos chamaram a atenção para a necessidade de um engajamento mais reflexivo com a diferença entre os dois construtos (Decker, Hassard, Rowlinson, In press). Esforços nesse sentido devem levar a uma clareza maior das fronteiras entre eles e a uma melhor da contribuição específica da memória e da história para a nossa compreensão das organizações.

Metodológico

Vários pesquisadores tem sugerido o uso de métodos de pesquisa histórica e arquivística em MOS (como em Kieser, 1994; Lawrence, 1984; Ventresca & Mohr, 2002). Na verdade, os estudiosos de MOS têm usado regularmente arquivos históricos como fonte de dados para o desenvolvimento de pesquisas empíricas. No entanto, para a maioria deles o passado era apenas um campo para se testar teorias. Havia pouco reconhecimento da importância do contexto, da crítica das fontes, da interpretação hermenêutica e do papel das notas de rodapé nas explicações históricas. Além disso, excetuando-se os estudos de um pequeno número de acadêmicos sintonizados com os debates e demandas específicas da pesquisa historiográfica (como em Rowlinson, 2004), a maioria dos estudos em MOS deixou de compreender totalmente o potencial da pesquisa arquivística e histórica.

Duas publicações abriram novos caminhos ao introduzir mais vigorosamente uma compreensão histórica da pesquisa MOS. Rowlinson et al. (2014) esclareceram alguns pressupostos básicos sobre a pesquisa histórica e os contrastaram com os entendimentos tradicionais dos estudiosos de MOS. Da mesma forma, Bucheli e Wadhvani (2014) curaram uma coleção de artigos que exploram a conexão entre história e teoria em diferentes campos e abordagens, bem como alguns dos aspectos metodológicos que devem ser considerados na utilização de métodos históricos. Ambas as publicações uniram historiadores de negócios e estudiosos organizacionais em discussões comuns que ajudaram a fornecer orientação sobre o uso de métodos históricos em estudos organizacionais.

Discussões atuais têm ajudado em um maior engajamento metodológico com a história e seu papel nos estudos organizacionais. Por exemplo, Maclean, Harvey e Clegg (2016, 2017) mudaram essa discussão ao defenderem os estudos organizacionais históricos como um campo distinto e desenvolverem uma abordagem que busca integrar história e MOS. Eles redefiniram a relação entre pesquisa histórica e estudos organizacionais com base no conceito de “integridade dupla”, o que sugere que a história organizacional deve atender, simultaneamente, a critérios de pesquisa da história e dos estudos organizacionais. Outras tentativas de unir os dois campos se seguiram. Por exemplo, Gill, Gill e Roulet (2018) traduziram os critérios de confiabilidade a abordagem de Lincoln e Guba (1985) para investigação naturalística em elementos metodológicos históricos com o intuito de aumentar o apelo de narrativas históricas para um público de estudiosos organizacionais. Da mesma forma, Barros, Carneiro e Wanderley (2019) discutiram o papel da reflexividade na pesquisa arquivística e narrativas históricas, argumentando que a reflexividade é a chave para desvendar a natureza socialmente construída das fontes arquivísticas e estabelecer uma narrativa histórica como possível representação do passado.

Empírico

Estudiosos organizacionais históricos realizaram vários estudos empíricos. Por exemplo, exploraram tópicos como identidade organizacional (Anteby & Molnár, 2012; Lamertz, Foster, Coraiola, & Kroezen, 2016; Ravasi, Rindova, & Stigliani, 2019; Schultz & Hernes, 2013), mudança (Brunninge, 2009; Maclean, Harvey, Sillince, & Golant, 2014; Ybema, 2014), legitimidade (Illia & Zamparini, 2016; McGaughey, 2013; Voronov, Clercq, & Hinings, 2013) e responsabilidade corporativa (Coraiola & Derry, 2020; Lent

& Smith, no prelo). Esse campo de pesquisa animador e em rápido crescimento tem muito a contribuir para o nosso conhecimento e compreensão de gestão e organizações.

A promessa de emancipação da história, no entanto, ainda está longe de ser realizada em MOS. Por exemplo, o crescente interesse na responsabilidade social corporativa histórica trouxe questões que estavam à margem para o primeiro plano de importância. Estudos requereram melhor compreensão da opressão como uma lição para o futuro (como em Martí & Fernández, 2013; Sørensen, 2014). Por exemplo, Cooke (2003) argumentou persuasivamente em favor de mais pesquisas sobre a relação entre administração e escravidão. Godfrey, Hassard, O'Connor, Rowlinson e Ruef (2016) tomaram nota desse pedido e propuseram uma agenda para examinar a escravidão, seu papel nas políticas coloniais e as consequências dessas práticas para os casos de escravidão moderna.

Além disso, sugerimos que pesquisadores em MOS se concentrem em outras populações que foram afetadas pelo desenvolvimento das atividades coloniais e ainda carregam o peso desse passado. Um exemplo são as contribuições históricas de minorias, como afro-americanos (como em Prieto & Phipps, 2016). Isso envolve intensificar a pesquisa sobre o impacto das relações coloniais em diferentes geografias, como América Latina (por exemplo, Wanderley & Barros, 2018), África (por exemplo, George, Corbishley, Khayesi, Haas, & Tihanyi, 2016) e Australásia (por exemplo, Mika & O'Sullivan, 2014). Desenvolver uma agenda de pesquisa que estude os primeiros habitantes desses lugares é fundamental. As visões indígenas sobre o passado e a gestão também são pouco pesquisadas e até mesmo esquecidas (Bastien, Coraiola, & Foster, 2021). Semelhante ao preconceito e à falta de condições de vida enfrentadas por descendentes de africanos, os povos indígenas têm estado amplamente ausentes da pesquisa em MOS, aparte raras exceções como Kennedy et al. (2017).

Outra importante área de pesquisa é o estudo de imigrantes e refugiados (Hardy & Phillips, 1999; Phillips & Hardy, 1997). Como outras minorias, eles enfrentam problemas que incluem deslocamento, preconceito, desigualdade e assimilação cultural. As circunstâncias históricas por trás da mobilidade de um grande número de pessoas geralmente são extremamente significativas e têm um impacto que pode durar muitas gerações. Por exemplo, existem relações históricas complexas entre imigrantes europeus, escravos traficados e populações nativas em países como o Brasil e os EUA, onde o preconceito histórico persiste e afeta profundamente as oportunidades existentes para descendentes de diferentes grupos sociais (por exemplo, Souza, 2003). Os estudos organizacionais históricos estão particularmente bem

posicionados para esclarecer questões complexas que abrangem várias gerações.

ARTIGOS NESTA EDIÇÃO ESPECIAL

Um dos objetivos desta edição especial é fornecer um corretivo inicial para as discussões descritas acima. Para conseguir isso, convidamos artigos de várias matizes teóricas e ideológicas com o intuito de sermos inclusivos e podermos capturar as melhores contribuições para os estudos organizacionais históricos fora dos limites dos periódicos convencionais da área. Isso apela para a identidade da *RAE* como uma publicação proeminente do Sul global que sempre valorizou a diversidade de autoria e a variedade de abordagens teóricas. Os artigos revisados por colegas e ensaios convidados de conceituados acadêmicos brasileiros fornecem uma visão geral e crítica do estado atual da área. Estes cinco artigos, junto com nosso editorial, são indicativos da qualidade do conhecimento que está fora das publicações líderes da área e exemplificam o crescente envolvimento de estudiosos que estão abrindo caminho na divisão Norte-Sul.

[Costa e Wanderley \(2021\)](#) escreveram nosso ensaio convidado. Eles mostram como a história e a memória gradualmente se tornaram uma característica regular dos MOS no Brasil. Defendendo que já existe uma comunidade científica brasileira interessada no passado e seus usos, os autores examinam a expansão da literatura em gestão, memória e história desde os anos 2000. Eles revisitam os tópicos mais prevalentes e como eles se relacionam com a mais ampla virada histórica internacional. Os autores então concluem sugerindo como os estudiosos brasileiros podem contribuir para levar a virada histórica adiante.

[Paludi, J. Mills, e A. Mills \(2021\)](#) analisam os arquivos da Pan American Airways para revelar os discursos históricos da empresa sobre os latinos e a América Latina. Eles argumentam que a divisão colonial entre colonos ibéricos e britânicos informou como o povo latino-americano foi representado. Essas representações impactam a forma como os latino-americanos se veem e como são retratados em todo o mundo. Os autores falam do debate sobre a história como epistemologia em três níveis. Primeiro, eles apresentam um relato revisionista do passado com base na teoria feminista descolonial. Ao esclarecer sua episteme de antemão, eles revelam os fundamentos ideológicos de sua leitura do passado e abraçam uma abordagem alternativa para a pesquisa como uma declaração política. Em segundo lugar, eles reconhecem e se envolvem com a natureza narrativa da história,

desenvolvendo esforços sistemáticos para desvendar as grandes narrativas e representações sociais que caracterizam o discurso histórico da Pan Am e da América Latina. Em terceiro, eles apresentam um caso significativo de uma empresa multinacional do Norte global que operava no Sul global. A discussão explora as consequências da narrativa e o impacto que isso tem na imagem e reputação internacional da América Latina.

[Cappelen e Pedersen \(2021\)](#) articulam habilmente como as organizações evitam a mudança da missão e a diluição da identidade explorando o passado. Os autores articulam três grandes construtos: foco temporal, lembrança e esquecimento organizacional e narrativas de identidade, para explicar como organizações podem permanecer fiéis a si mesmas à medida que passam pelas mudanças impostas pelas necessidades de recursos internos e pressões de acionistas externos. Eles descrevem como uma organização dinamarquesa sem fins lucrativos dedicada ao desenvolvimento de hortas escolares mudou seu foco temporal quando começou a se expandir. Os investimentos em crescimento e escala foram apoiados por narrativas que enfatizaram uma visão para o futuro em vez de conquistas passadas como sua identidade organizacional central. A mudança na missão da empresa e a existência de propósito organizacional incerto motivou os membros da organização a se engajarem novamente com o passado da organização e sua origem como organização sem fins lucrativos e a reformular suas narrativas de identidade em torno de um sentido mais amplo de propósito, abrangendo seu papel em sua atividade de hortas escolares. Analisando esse processo, os autores concluem que embora a memória seja um recurso importante que pode ser usado para criar narrativas de identidade, ela também fornece uma âncora temporal para evitar que as organizações se afastem de sua essência fundamental por causa de planos orientados para o futuro.

[Tureta, Américo, e Clegg \(2021\)](#) oferecem uma importante contribuição metodológica para o desenvolvimento da pesquisa ANTi-histórica. Eles argumentam que a análise de controvérsias oferece um caminho promissor para o estudo ANTi-histórico do passado. Em particular, os autores sugerem que o desenvolvimento de uma abordagem cartográfica para o mapeamento de controvérsias pode ser uma maneira útil de rastrear silêncios históricos e gerar uma compreensão mais completa das presenças e ausências contemporâneas. Eles oferecem quatro critérios principais que devem nortear a escolha das controvérsias a serem analisadas. Primeiro, os pesquisadores devem ser sensíveis às controvérsias do passado. Em segundo lugar, eles deveriam abraçar controvérsias “frias”, isto é, controvérsias dadas como superadas e não mais geradoras

polêmicas. Terceiro, eles devem se concentrar em controvérsias ocultas, que foram marginalizadas e silenciadas por outros atores poderosos. Quarto, eles devem ser cuidadosos ao abordar controvérsias sem limites, uma vez que analisá-las pode exigir grande esforço e muitos recursos. Os autores oferecem, então, uma série de etapas que podem ser seguidas no desenvolvimento da pesquisa ANTi-histórica com base na análise de controvérsias e no uso de abordagem cartográfica.

Silva, Vasconcelos, e Lira (2021) trazem importante contribuição sobre o papel das inscrições contábeis no processo de erradicação da escravidão no Brasil ao examinar a criação do Fundo Nacional de Emancipação dos escravos. Os autores analisam o uso do Fundo pelo governo brasileiro como mecanismo de governamentalidade. Ou seja, o governo criou o Fundo de Emancipação parcialmente para reduzir e minimizar o poder dos proprietários de escravos, tornando os escravos e seu trabalho visíveis. Ao fazer isso, o governo criou um caminho para uma transição gradual do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Essa pesquisa histórica esclarece um importante mecanismo que contribuiu para o fim da escravidão no Brasil. Dessa forma, enriquece a literatura em história da contabilidade e contribui para a pesquisa sobre o uso da contabilidade como instrumento de governamentalidade. Além disso, oferece informações importantes sobre o uso da contabilidade como mecanismo institucional de mudança social que pode informar políticas futuras sobre a escravidão.

Seguindo em frente

Uma série de oportunidades surge à medida que a área dos estudos organizacionais históricos se desenvolve e amadurece. Uma maneira de avançar é encorajar os estudiosos a aumentar sua consciência sobre um campo comum de pesquisa entre os interessados em estudar o passado. Coraiola e Murcia (no prelo) argumentam que é hora de se envolver em discussões sobre "mnemônica organizacional". Isso implica discussões mais engajadas sobre os vários paradigmas de pesquisa histórica e uma crítica mais explícita da ingenuidade de algumas abordagens em estudar o passado. A reflexividade paradigmática pode ampliar nossa compreensão dos pressupostos e premissas históricas que informam os estudos organizacionais. Além disso, o envolvimento mais próximo entre estudiosos de diferentes comunidades de pesquisa dentro do campo da mnemônica organizacional pode levar a uma melhor compreensão das conexões entre os construtos relacionados, como conhecimento, memória e ignorância.

Aliado a isso, é importante reconhecer o papel periférico e sub-representado das abordagens críticas ao estudo do passado. Em comparação com as visões funcionalistas e interpretativas, há espaço para desenvolver e expandir abordagens críticas às organizações e à gestão. Publicações recentes têm clamado pelo desenvolvimento de uma história organizacional crítica. Durepos et al. (no prelo) reconheceram essa lacuna e ofereceram introspecções importantes para fazer o campo seguir adiante.

Como parte do propósito de desenvolver um campo mais diverso e inclusivo de estudos organizacionais históricos, também salientamos a necessidade de se reconhecer que tempo e espaço estão intrinsecamente conectados. Isso é central para abordagens descoloniais, como a proposta de Wanderley e Barros (2018), que argumenta que a geopolítica do conhecimento influencia a agenda dos estudos organizacionais históricos. Para combater essa imposição hegemônica, eles pedem por mais discussões das histórias regionais e encontros epistêmicos além das fronteiras. Um campo de pesquisa mais inclusivo será capaz de incentivar o desenvolvimento de novas ideias de pesquisadores antes excluídos dessas discussões. A criação de uma agenda mais aberta e diversa é consistente com a noção de "compreensão pluralista" defendida por Maclean et al. (2016, 2017). Esse conceito reconhece a riqueza de abordagens na área e promove uma abordagem mais igualitária para os estudos organizacionais históricos.

Outra possibilidade para estudos futuros que emerge de um engajamento mais reflexivo com o passado é o papel da história na educação gerencial. Afirmamos que a história é importante e deve ser ensinada nas escolas de negócios, mas o porquê e como a história deve ser ensinada para alunos de Administração não estão completamente claros. Por exemplo, a velha suposição de que o passado instrui o presente é questionada com base no fato de que a história não se repete. Isso exige reiterar o valor da história e da memória para a educação gerencial. Por exemplo, como um melhor entendimento global do desenvolvimento da educação em Administração pode contribuir para o desenvolvimento de alunos e educadores em Administração (Cummings & Bridgman, 2016)? A proposta de Cummings, Bridgman, Hassard e Rowlinson (2017) para uma nova história da Administração oferece algumas sugestões. Os autores usam uma lente crítica para visitar a história da Administração, historicizando construtos importantes dentro do campo da Administração. Eles argumentam que precisamos entender as origens do pensamento em Administração para evitar a reprodução de preconceitos históricos e mal-entendidos – por exemplo, a pirâmide de Maslow (Bridgman, Cummings, & Ballard, 2019) – como uma forma de desenvolver entendimentos alternativos sobre o papel de mudança da gestão na sociedade.

Da mesma forma, existem vários esforços para compreender a disseminação global das ideias de gestão e difusão das escolas de negócios. Por exemplo, [Cooke e Alcadipani \(2015\)](#) mostraram como a introdução das escolas de negócios no Brasil foi resultado de um movimento mais amplo pela americanização da educação gerencial. [Maclean, Shaw, Harvey e Booth \(2020\)](#) esclareceram o desenvolvimento da educação gerencial britânica e o papel das redes de conhecimento e comunidades de prática na formação do aprendizado gerencial na Grã-Bretanha entre as guerras. Ambos sugerem que os princípios do excepcionalismo americano não foram tão prontamente aceitos como comumente assumido, mas foram desafiados e traduzidos para essas diferentes realidades. Esses estudos fornecem uma orientação importante para pesquisas futuras e também têm relevância para a prática de gestão. Como [Tennent, Gillett e Foster \(2020\)](#) argumentam, os alunos devem estar mais cientes da história da área e ser capazes de desenvolver uma consciência histórica. Isso exige uma abordagem mais dinâmica da história e das narrativas que enquadram a forma como percebemos o passado. Uma compreensão aprimorada do passado e sua conexão com a história e a memória podem, assim, contribuir para um ideal mais emancipatório de pesquisa histórica de MOS.

Para concluir, o objetivo desta edição especial é promover maior pluralismo e inclusão nos estudos organizacionais históricos. Os artigos desta edição abordam uma série de questões-chave, como a importância do lugar em que a história se desenrolou, a importância do trabalho de estudiosos do Sul global e as críticas as abordagens funcionalistas existentes para a gestão e os estudos organizacionais. Embora seja apenas um começo, os estudos nesta edição contribuem coletivamente para uma agenda contínua e pluralista para pesquisas interessadas na conexão entre passado e estudos organizacionais.

REFERÊNCIAS

- Anteby, M., & Molnár, V. (2012). [Collective memory meets organizational identity: Remembering to forget in a firm's rhetorical history](#). *Academy of Management Journal*, 55(3), 515-540. doi: 10.5465/amj.2010.0245
- Barros, A., Carneiro, A. D. T., & Wanderley, S. (2019). [Organizational archives and historical narratives: Practicing reflexivity in \(re\) constructing the past from memories and silences](#). *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, 14(3), 280-294. doi/10.1108/QROM-01-2018-1604
- Bastien, F., Coraiola, D. M., & Foster, W. M. (2021). Don't talk about history: Theorizing 'past occurrences' in Indigenous organizations. In M. Maclean, S.R. Clegg, R. Suddaby, & C. Harvey (Eds.), *Historical organization studies: Theory and applications* (pp. 90-103). Routledge. doi: 10.4324/9781003033592-6.
- Booth, C., & Rowlinson, M. (2006). [Management and organizational history: Prospects](#). *Management & Organizational History*, 1(1), 5-30. doi: 10.1177/1744935906060627
- Bridgman, T., Cummings, S., & Ballard, J. (2019). [Who built Maslow's pyramid? A history of the creation of management studies' most famous symbol and its implications for management education](#). *Academy of Management Learning & Education*, 18(1), 81-98. doi: 10.5465/amle.2017.0351
- Brunninge, O. (2009). [Using history in organizations: How managers make purposeful reference to history in strategy processes](#). *Journal of Organizational Change Management*, 22(1), 8-26. doi: 10.1108/09534810910933889
- Bucheli, M., & Wadhvani, R. D. (Eds.). (2014). *Organizations in time: History, theory, methods*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Cappelen, S. M & Pedersen, S. M (2021). Hijacked by hope: Dynamics of mission drift and identity dilution in a nonprofit organization. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 61(1): e2019-0432. doi: 10.1590/S0034-759020210104
- Clark, P., & Rowlinson, M. (2004). [The treatment of history in organisation studies: Towards an 'historic turn'?](#) *Business History*, 46(3), 331-352. doi: 10.1080/0007679042000219175
- Cooke, B. (2003). [The denial of slavery in management studies](#). *Journal of Management Studies*, 40(8), 1895-1918. doi: 10.1046/j.1467-6486.2003.00405.x
- Cooke, B., & Alcadipani, R. (2015). [Toward a global history of management education: The case of the Ford Foundation and the São Paulo School of Business Administration, Brazil](#). *Academy of Management Learning & Education*, 14(4), 482-499. doi: 10.5465/amle.2013.0147
- Coraiola, D. M., & Derry, R. (In press). Remembering to forget: The historic irresponsibility of U.S. Big tobacco. *Journal of Business Ethics*, 166(2), 233-252. doi: 10.1007/s10551-019-04323-4.
- Coraiola, D. M., Foster, W. M., & Suddaby, R. (2015). Varieties of history in organization studies. In P. G. McLaren, A. J. Mills, & T. G. Weatherbee (Eds.), *The Routledge Companion to management & organizational history* (pp. 206-221). New York, USA: Routledge.
- Coraiola, D. M., & Murcia, M. J. (2020). [From organizational learning to organizational mnemonics: Redrawing the boundaries of the field](#). *Management Learning*, 42(4): 439-446. doi: 10.1177/1350507619889737
- Costa, A. S. M & Wanderley, S. (2021). Passado, presente e futuro de história (crítica) das organizações no Brasil. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 61(1): e2021-0103. doi: 10.1590/S0034-759020210107
- Cummings, S., & Bridgman, T. (2016). [The limits and possibilities of history: How a wider, deeper, and more engaged understanding of business history can foster innovative thinking](#). *Academy of Management Learning & Education*, 15(2), 250-267. doi: 10.5465/amle.2014.0373
- Cummings, S., Bridgman, T., Hassard, J., & Rowlinson, M. (2017). *A new history of management*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Decker, S. (2013). [The silence of the archives: Business history, post-colonialism and archival ethnography](#). *Management & Organizational History*, 8(2), 155-173. doi: 10.1080/17449359.2012.761491
- Decker, S. (2016). [Paradigms lost: Integrating history and organization studies](#). *Management & Organizational History*, 11(4), 364-379. doi: 10.1080/17449359.2016.1263214

- Decker S, Hassard J, Rowlinson M. (In press). Rethinking history and memory in organization studies: The case for historiographical reflexivity. *Human Relations*. doi: 10.1177/0018726720927443
- Durepos, G., & Mills, A. J. (2012). Actor-network theory, ANTi-History and critical organizational historiography. *Organization*, 19(6), 703-721. doi: 10.1177/1350508411420196
- Durepos, G., Shaffner, E. C., & Taylor, S. (In press). Developing critical organizational history: Context, practice and implications. *Organization*, 00(0), 1-9. doi/10.1177/1350508419883381
- Feldman, R. M., & Feldman, S. P. (2006). What links the chain: An essay on organizational remembering as practice. *Organization*, 13(6), 861-887. doi: 10.1177/1350508406068500
- Foroughi, H., Coraiola, D. M., Rintamaki, J., Mena, S., Foster, W. M. (In press). Organizational Memory Studies. *Organization Studies*. doi: 10.1177/0170840620974338
- George, G., Corbishley, C., Khayesi, J. N. O., Haas, M. R., & Tihanyi, L. (2016). Bringing Africa in: Promising directions for management research. *Academy of Management Journal*, 59(2), 377-393. doi: 10.5465/amj.2016.4002
- Gill, M. J., Gill, D. J., & Roulet, T. J. (2018). Constructing trustworthy historical narratives: Criteria, principles and techniques. *British Journal of Management*, 29(1), 191-205. doi: 10.1111/1467-8551.12262
- Godfrey, P. C., Hassard, J., O'Connor, E. S., Rowlinson, M., & Ruef, M. (2016). What is organizational history? Toward a creative synthesis of history and organization studies. *Academy of Management Review*, 41(4), 590-608. doi: 10.5465/amr.2016.0040
- Hardy, C., & Phillips, N. (1999). No joking matter: Discursive struggle in the Canadian refugee system. *Organization Studies*, 20(1), 1-24. doi: 10.1177/0170840699201001
- Illia, L., & Zamparini, A. (2016). Legitimate distinctiveness, historical bricolage, and the fortune of the commons. *Journal of Management Inquiry*, 25(4), 397-414. doi: 10.1177/1056492616637917
- Kennedy, D. M., Harrington, C. F., Verbos, A. K., Stewart, D., Gladstone, J. S., & Clarkson, G. (2017). *American Indian business: Principles and practices*. Seattle, USA: University of Washington Press.
- Kieser, A. (1994). Why organization theory needs historical analyses: And how this should be performed. *Organization Science*, 5(4), 608-620. doi: 10.1287/orsc.5.4.608
- Kipping, M., & Üsdiken, B. (2014). History in organization and management theory: More than meets the eye. *The Academy of Management Annals*, 8(1), 535-588. doi: 10.1080/19416520.2014.911579
- Lamertz, K., Foster, W. M., Coraiola, D. M., & Kroezen, J. (2016). New identities from remnants of the past: An examination of the history of beer brewing in Ontario and the recent emergence of craft breweries. *Business History*, 58(5), 796-828. doi: 10.1080/00076791.2015.1065819
- Lawrence, B. S. (1984). Historical perspective: Using the past to study the present. *The Academy of Management Review*, 9(2), 307-312. doi: 10.5465/amr.1984.4277663
- Lent, W. Van, & Smith, A. D. (In press). Using versus excusing: The Hudson's Bay company's long-term engagement with its (problematic) past. *Journal of Business Ethics*. Retrieved from: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s10551-019-04320-7.pdf>
- Lincoln, Y. S., & Guba, E. G. (1985). *Naturalistic inquiry*. Beverly Hills, USA: Sage Publications.
- Maclean, M., Harvey, C., & Clegg, S. R. (2016). Conceptualizing historical organization studies. *Academy of Management Review*, 41(4), 609-632. doi: 10.5465/amr.2014.0133
- Maclean, M., Harvey, C., & Clegg, S. R. (2017). Organization theory in business and management history: Current status and future prospects. *Business History Review*, 91(3), 457-481. doi: 10.1017/S0007680517001027
- Maclean, M., Harvey, C., Sillince, J. A. A., & Golant, B. D. (2014). Living up to the past? Ideological sensemaking in organizational transition. *Organization*, 21(4), 543-567. doi: 10.1177/1350508414527247
- Maclean, M., Shaw, G., Harvey, C., & Booth, A. (2020). Management learning in historical perspective: Rediscovering Rowntree and the British interwar management movement. *Academy of Management Learning & Education*, 19(1), 1-20. doi: 10.5465/amle.2018.0301
- Marquis, C. (2003). The pressure of the past: Network imprinting in intercorporate communities. *Administrative Science Quarterly*, 48(4), 655-689. doi: 10.2307/3556640
- Marquis, C., & Tilcsik, A. (2013). Imprinting: Toward a multilevel theory. *The Academy of Management Annals*, 7(1), 195-245. doi: 10.5465/19416520.2013.766076
- Martí, I., & Fernández, P. (2013). The Institutional Work of Oppression and Resistance: Learning from the Holocaust. *Organization Studies*, 34(8), 1195-1223. doi: 10.1177/0170840613492078
- McGaughey, S. L. (2013). Institutional entrepreneurship in North American lightning protection standards: Rhetorical history and unintended consequences of failure. *Business History*, 55(1), 73-97. doi: 10.1080/00076791.2012.687537
- Mika, J. P., & O'Sullivan, J. G. (2014). A Māori approach to management: Contrasting traditional and modern Māori management practices in Aotearoa New Zealand. *Journal of Management & Organization*, 20(5), 648-670. doi: /10.1017/jmo.2014.48
- Mills, A. J., Suddaby, R., Foster, W. M., & Durepos, G. (2016). Re-visiting the historic turn 10 years later: Current debates in management and organizational history – an introduction. *Management & Organizational History*, 11(2), 67-76. doi: 10.1080/17449359.2016.1164927
- Nora, P. (1989). Between memory and history: Les lieux de Memoire. *Representations*, 26(Spring), 7-24.
- Paludi, M. I., Mills, J. H. & Mills, A. J. (2021). Corporate storytelling and the idea of Latin America. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 61(1): e2019-0462. doi: 10.1590/S0034-7590202101013
- Phillips, N., & Hardy, C. (1997). Managing multiple identities: Discourse, legitimacy and resources in the UK refugee system. *Organization*, 4(2), 159-185. doi: 10.1177/135050849742002
- Prieto, L. C., & Phipps, S. T. A. (2016). Re-discovering Charles Clinton Spaulding's "The Administration of Big Business": Insight into early 20th century African-American management thought. *Journal of Management History*, 22(1), 73-90. doi: doi/10.1108/JMH-01-2015-0004
- Ravasi, D., Rindova, V., & Stigliani, I. (2019). The stuff of legend: History, memory, and the temporality of organizational identity construction. *Academy of Management Journal*, 62(5), 1523-1555. doi: 10.5465/amj.2016.0505

- Rowlinson, M. (2004). Historical analysis of company documents. In C. Cassell, & G. Symon (Eds.), *Essential guide to qualitative methods in organizational research* (pp. 301-311). London, UK: SAGE Publications.
- Rowlinson, M., Booth, C., Clark, P., Delahaye, A., & Procter, S. (2010). *Social remembering and organizational memory*. *Organization Studies*, 31(1), 69-87. doi: 10.1177/0170840609347056
- Schneiberg, M. (2007). *What's on the path? Path dependence, organizational diversity and the problem of institutional change in the US economy, 1900-1950*. *Socio-Economic Review*, 5(1), 47-80. doi: 10.1093/ser/mw006
- Schultz, M., & Hernes, T. (2013). *A temporal perspective on organizational identity*. *Organization Science*, 24(1), 1-21. doi: 10.1287/orsc.1110.0731
- Silva, A. R., Vasconcelos, A., & Lira, T. A. (2021). Inscrições contábeis para o exercício do poder organizacional: O caso do fundo de emancipação de escravos no Brasil. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 61(1): e2019-0448. doi: 10.1590/S0034-759020210106
- Sørensen, B. M. (2014). *Changing the memory of suffering: An organizational aesthetics of the dark side*. *Organization Studies*, 35(2), 279-302. doi: 10.1177/0170840613511930
- Souza, J. (2003). *A construção social da subcidadania: Para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Suddaby, R. (2016). *Toward a historical consciousness: Following the historic turn in management thought*. *M@n@gement: Revue officielle de l'Association Internationale de Management Stratégique*, 19(1), 46-60. doi:10.3917/mana.191.0046
- Suddaby, R., Foster, W. M., & Trank, C. Q. (2010). Rhetorical history as a source of competitive advantage. In J. A. C. Baum, & J. Lampel (Eds.), *Advances in strategic management: The globalization of strategy research* (pp. 147-173). Bingley, UK: Emerald.
- Sydow, J., & Schreyögg, G. (2013). *Self-reinforcing processes in and among organizations*. Hampshire, UK: Palgrave.
- Sydow, J., Schreyögg, G., & Koch, J. (2009). *Organizational path dependence: Opening the black box*. *Academy of Management Review*, 34(4), 689-709. doi: 10.5465/amr.34.4.z0k689
- Tennent, K. D., Gillett, A. G., & Foster, W. M. (2020). *Developing historical consciousness in management learners*. *Management Learning*, 51(1), 73-88. doi: 10.1177/1350507619869669
- Tureta, C. Américo, B. & Clegg, S. (2021). Controversies as method for anti-history. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 61(1): e2019-0457. doi: 10.1590/S0034-759020210105
- Üsdiken, B., & Kieser, A. (2004). Introduction: History in organisation studies. *Business History*, 46(3), 321-330.
- Ventresca, M., & Mohr, J. (2002). Archival research methods. In J. A. C. Baum (Ed.), *The Blackwell Companion to organizations*. Oxford, USA: Blackwell.
- Voronov, M., Clercq, D. De, & Hinings, C. R. (2013). *Conformity and distinctiveness in a global institutional framework: The legitimation of Ontario fine wine*. *Journal of Management Studies*, 50(4), 607-645. doi: 10.1111/joms.12012
- Wadhvani, R. D., Suddaby, R., Mordhorst, M., & Popp, A. (2018). History as organizing: Uses of the past in organization studies. *Organization Studies*, 39(12), 1663-1683. doi: 10.1177/0170840618814867
- Walsh, J. P., & Ungson, G. R. (1991). *Organizational memory*. *The Academy of Management Review*, 16(1), 57-91. doi: 10.5465/amr.1991.4278992
- Wanderley, S., & Barros, A. (2018). *Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: Towards a Latin American agenda*. *Management & Organizational History*, 14(1), 79-97. doi: 10.1080/17449359.2018.1431551
- Weatherbee, T. G., Durepos, G., Mills, A., & Mills, J. H. (2012). *Theorizing the past: Critical engagements*. *Management & Organizational History*, 7(3), 193-202. doi: 10.1177/1744935912444358
- Ybema, S. (2014). *The invention of transitions: History as a symbolic site for discursive struggles over organizational change*. *Organization*, 21(4), 495-513. doi: 10.1177/1350508414527255
- Zald, M. N. (1990). History, sociology and theories of organization. In J. E. Jackson (Ed.), *Institutions in American society: Essays in market, political, and social organizations* (pp. 81-108). Ann Arbor, USA: University of Michigan Press.
- Zald, M. N. (1993). *Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: Toward a reconceptualization of the foundations of the field*. *Organization Science*, 4(4), 513-528. doi: 10.1287/orsc.4.4.513
- Zerubavel, E. (1996). *Social memories: Steps to a sociology of the past*. *Qualitative Sociology*, 19(3), 283-299. doi: 10.1007/BF02393273

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores declaram que todos tiveram contribuição no desenvolvimento do estudo. Todos trabalharam na conceitualização e abordagem teórica-metodológica, revisão teórica e participaram da redação e revisão final do manuscrito.

FÓRUM

Submetido 01.07.2019. Aprovado 14.01.2020

Avaliado pelo sistema *double blind review*. Editores científicos convidados: Diego M. Coraiola, Amon Barros, Mairi Maclean e William M. Foster

Versão traduzida

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020210103>

HISTÓRIAS CORPORATIVAS E A IDEIA DA AMÉRICA LATINA

Corporate storytelling and the idea of Latin America

Historias corporativas y la idea de América Latina

RESUMO

O objetivo deste artigo é contribuir para uma grande variedade de perspectivas teóricas e configurações empíricas para gerar evidências cumulativas sobre a influência de legados históricos e capacidade organizacional para gerenciar o passado. Continuando com a perspectiva crítica que desafia o domínio das epistemologias anglo-saxônicas nos estudos de gestão e organização, realizamos um estudo empírico sobre uma companhia aérea multinacional cujos sucessos passados dependiam das fronteiras norte/sul anglo-latino-americanas. Analisamos as grandes narrativas da Pan American Airways (PAA) a partir dos arquivos corporativos da empresa a fim de determinar quais os discursos dominantes acerca das pessoas da América Latina. Com base nos temas: política, economia e cultura, apresentamos três grandes narrativas, ou histórias oficiais, que sumarizam os discursos da PAA acerca da América Latina entre 1927 e 1960. A partir do feminismo decolonial, buscamos recontextualizar o passado e o discurso hegemônico incorporado nas grandes narrativas do PAA.

PALAVRAS-CHAVE | Feminismo decolonial, grandes narrativas, pensamento fronteiriço, América Latina, multinacional americana.

ABSTRACT

The aim of this article is contributing to a great variety of theoretical perspectives and empirical settings to generate cumulative evidence about the influence of historical legacies and organizational ability for managing the past. In a continuation of critical perspectives that challenges the dominance of Anglo-Saxon onto-epistemologies in management and organization studies (MOS), we conducted an empirical study on a multinational airline company whose past successes depended on the North/South, Anglo/Latin American borderlands. We analyzed the grand narratives of Pan American Airways' (PAA) corporate archival material to determine its dominant discourses about people from Latin America. Based on the three themes of politics, economics, and culture, we present three grand narratives, or official stories, that we argue summarize PAA storytelling about Latin America between 1927 and 1960. Following decolonial feminism, we aim to recontextualize the past and the hegemonic storytelling embedded in PAA's grand narratives.

KEYWORDS | Decolonial feminism, grand narratives, border thinking, Latin America, Pan American Airways

RESUMEN

El objetivo de este artículo es contribuir a una gran variedad de perspectivas teóricas y escenarios empíricos para generar evidencia acumulada sobre la influencia de los legados históricos y la capacidad organizativa para gestionar el pasado. Continuando con la perspectiva crítica que desafía el dominio de las epistemologías anglosajonas en los estudios de gestión y organizaciones, realizamos un estudio empírico sobre una aerolínea multinacional cuyos éxitos pasados dependieron de las fronteras Norte/Sur; anglo-latinoamericanas. Analizamos las grandes narrativas del material de archivo corporativo de Pan American Airways (PAA) para establecer discursos dominantes sobre las personas de América Latina. Sobre la base de tres temas: política, economía y cultura, desarrollamos tres grandes narrativas o historias oficiales que argumentamos son un resumen de la narrativa de PAA sobre América Latina entre 1927 y 1960. Utilizando el marco teórico del feminismo decolonial, nuestro objetivo es recontextualizar el pasado y la narración hegemónica incrustada en las grandes narrativas de PAA.

PALABRAS CLAVE | Feminismo decolonial, grandes narrativas, pensamiento fronterizo, América Latina, multinacional estadounidense.

MARIANA I. PALUDI¹
mpaludi@gmail.com
0000-0002-2348-3848

JEAN HELMS MILLS^{2,3}
jean.mills@smu.ca
0000-0002-7598-8549

ALBERT J. MILLS^{2,4}
albert.mills@smu.ca
0000-0003-4427-8795

¹Universidad Mayor, Escuela de Negocios, Facultad de Humanidades, Santiago, Chile

²Saint Mary's University, Sobey School of Business, Halifax, Nova Scotia, Canadá

³University of Jyväskylä University, School of Business and Economics, Jyväskylä, Finlândia

⁴University of Eastern Finland, Faculty of Social Sciences and Business Studies, Kuopio, Finlândia

INTRODUÇÃO

Este artigo contribui para a pesquisa decolonial e feminista ao conduzir um estudo empírico de uma empresa multinacional, a Pan American Airways (PAA), a qual estrategicamente construiu e usou a história para vender a ideia de América Latina e gerenciar sua marca, influenciando retratos do passado, presente e futuro de latino-americanos. Continuando com a perspectiva crítica que desafia o domínio das epistemologias anglo-saxônicas nos estudos de gestão e organização (Gantman, Yousfi, & Alcadipani, 2015; Ibarra-Colado, 2006, 2008), este estudo desafia os sucessos de uma organização cujos sucessos do passado dependiam do norte/sul e das fronteiras anglo-latino-americanas.

Anzaldúa desenvolveu uma teoria feminista amplamente utilizada em campos como filosofia, estudos raciais, estudos culturais e estudos *queer*, que foi recentemente reconhecida por outras estudiosas organizacionais feministas (Calás & Smirich, 2013). O trabalho de Anzaldúa examina dois fatores que são relevantes para o estudo de gestão, história e organizações: 1) ela apresenta uma teorização das interseções de raça, classe, gênero e nação; e 2) faz uma análise histórica para compreender a relação EUA-América Latina ao longo do tempo. Por outro lado, estudiosos organizacionais decoloniais (tais como Alcadipani & Faria, 2014) usam o trabalho de Mignolo (2005, 2011) para incorporar uma perspectiva latino-americana em suas pesquisas. Mignolo fornece uma leitura crítica da história da América Latina, desde a conquista da terra pela Espanha no século XV até a conquista da hegemonia cultural e política sobre a região pelos Estados Unidos no século XX.

Nas seções seguintes, delineamos como a PAA narrativizou e representou a América Latina, abordando a internacionalização de uma multinacional anglo-saxônica na geopolítica latino-americana. Para isso, analisamos as grandes narrativas (Boje, 2001) dos materiais de arquivo corporativo da PAA para estabelecer os discursos dominantes sobre os latinos. Com base nos temas da política, economia e cultura, desenvolvemos três grandes narrativas, ou histórias oficiais, que argumentamos resumir a narrativa da PAA sobre a América Latina entre 1927 e 1960.

QUADRO TEÓRICO

Este trabalho reúne uma pesquisa histórica e arquivística para examinar a história como um recurso estratégico utilizado por uma empresa multinacional. Este artigo reuniu o estudo do passado, pesquisa em arquivos e o estudo da história como um

recurso estratégico utilizado por uma empresa multinacional. Este estudo sobre a PAA-América Latina foi conduzido sob dois pressupostos pós-positivistas principais: 1) o passado, na pesquisa em arquivos, permanece ontologicamente indisponível (Mills & Helms Mills, 2017); e 2) a história é a tentativa de reproduzir o passado por meio de narrativas ou crônicas (descrições de eventos). Em outras palavras, os dados que coletamos servem para interpretar o passado e representar (desconstruir e reconstruir) a história. Assim, consideramos o arquivo do PAA como um local para construir uma representação plausível do passado. Para Hedstrom (2002), existem muitos fatores importantes relacionados à memória e é importante que os pesquisadores considerem o poder dos arquivistas sobre as memórias históricas. Estudiosos organizacionais que realizam pesquisa em arquivos devem reconhecer o processo pelo qual organizações e gerentes organizam e apresentam conhecimento para determinado público (Foster, Coraiola, Suddaby, Kroezen, & Chandler, 2017).

A criação de conhecimento a partir do passado é influenciada por contribuições de teorias decoloniais e feministas (Anzaldúa, 2007), historiografia (White, 2009), análise narrativa (Boje, 2001, 2008a) e conhecimento narrativo (Lyotard, 1987).

A literatura sobre estudos coloniais pode ser dividida em dois grandes grupos (Miñoso & Castelli, 2011, p. 196). Este primeiro é composto pelo grupo subalterno do Sul da Ásia que criticam a hegemonia e dominação do Ocidente, e o grupo de estudos pós-coloniais, o qual inclui Fanon, Spivak e Mohanty, os quais realizam pesquisas nas colônias francesas e inglesas na África, Caribe e Índia. O segundo grande grupo é formado por estudiosos críticos da América Latina que emergiram na década de 1950, tais como Quijano, Amin, Dos Santos e Dussel, e mais recentemente estudiosos decoloniais como Mignolo, Fernandez Retamas, Montero, Rodriguez, Castro Gomez, Mendieta, Grosfoguel e Rivera Cusicanuqui. Entre os estudiosos decoloniais, optamos por seguir a pesquisa de Mignolo (2011), que defende um movimento que vai além do pós-colonialismo que acarreta deslocamento, mudança e uma passagem do pós-colonial (após colonial) para o decolonial (além do colonial) (Mignolo & Tlostanova, 2006, p. 206). Três ideias principais de Mignolo foram importantes para este estudo: 1) no século XVIII, os “latino-americanos” eram identificados como não anglo-europeus e não europeus; 2) a crise econômica e política que atingiu a América “Latina” na década de 1950 reforçou seu sentimento de inferioridade e extinguiu por muitos anos qualquer expectativa de que a América Latina se tornasse uma região emergente; 3) os impérios que colonizaram as Américas influenciaram o próprio processo de colonização. A América

do Norte foi colonizada por dois impérios em ascensão, o britânico e o francês, enquanto a América do Sul foi colonizada por espanhóis e portugueses, dois impérios que estavam em declínio. Essas três ideias demonstram a importância de estudar outras formas de criação de conhecimento ou “pensamento de fronteira” (Anzaldúa, 2007), pois é importante desmascarar a legitimação do conhecimento ocidental acima de todas as outras raízes do conhecimento. O conceito de pensamento de fronteira, tratado pela primeira vez por Gloria Anzaldúa em *Borderlands/La Frontera* (2007), é importante para o estudo da decolonialidade (Mignolo, 2000, 2002, 2007). Para Mignolo, o pensamento de fronteira é necessário para quebrar a superioridade/hegemonia do conhecimento ocidental e eliminar a ideia de um centro e uma periferia. Por meio do pensamento de fronteira, vamos além da crítica pós-colonial e caminhamos em direção à decolonialidade do conhecimento que elimina o legado colonial. Assim, “o pensamento de fronteira é a epistemologia da exterioridade; isto é, do exterior criado a partir do interior” (Mignolo & Tlostanova, 2006, p. 206).

Perspectivas feministas decoloniais (Anzaldúa, 2007; Mohanty, 1984, 1991, 2003, 2008) desenvolveram maneiras de examinar várias dualidades criadas pelas sociedades europeias e americanas e o sistema hierárquico que é formado quando múltiplas díades - raça e gênero e classe e nação, em vez de raça ou gênero ou classe ou nação - são reunidos para análise. Este tipo de trabalho explora o que Lugones (2015) chama de *epistemologías de fronteras* (epistemologias de fronteira) ou o que Anzaldúa (2007) chama de *de fronteras/fronteras*. Ambos os estudiosos analisam a distinção entre moderno/não moderno, colonial/decolonial e nós/eles. Anzaldúa (2007) refere-se ao pensamento de fronteira como uma nova consciência (feminina) que ocorre em sete estágios: 1) ruptura consciente com todas as tradições opressoras de todas as culturas e religiões; 2) documentação da ruptura; 3) reinterpretar a história usando novos símbolos e formar novas perspectivas em torno de pessoas de pele escura, mulheres e pessoas *queer*; 4) desenvolver tolerância à ambiguidade; 5) desenvolver abertura para compartilhar e novas formas de pensar, render-se a noções de segurança/familiar; 6) desconstruir/construir história; e 7) se tornar um *Nahual*; isto é, transformar-se em outra pessoa ou animal.

Uma abordagem de pensamento de fronteira aprimora o pensamento crítico, a contextualização histórica, a compreensão da ambiguidade e a capacidade de transformar o *status quo*. Essa transformação nos lembra que falamos de um determinado local dentro de uma estrutura de poder a qual, para Anzaldúa (2007), é interseccionada por classe, raça e gênero. Essa

interseccionalidade intrínseca torna visíveis as muitas opressões que as mulheres negras enfrentaram ao longo da história (Erel, Haritaworn, Rodriguez, & Klesse, 2011). As vivências do sujeito geram a necessidade de uma abordagem de pensamento de fronteira (Mignolo, 2011) que possa romper o código ocidental e trazer o lócus de enunciação “Eu estou onde faço e penso” (Mignolo, 2011, xvi). Usar uma estrutura feminista decolonial dá voz ao “silêncio dos arquivos” (Decker, 2013) ao se concentrar na criação de uma imagem masculina no passado latino-americano que foi amplamente esquecido na gestão e no conhecimento organizacional.

METODOLOGIA

A estrutura teórica do *feminismo decolonial* destaca o desequilíbrio material e simbólico de poder entre as mulheres ocidentais e não ocidentais ao longo da história ocidental e como essa diferença configurou uma hierarquia na qual as últimas estão em desvantagem em vários aspectos por serem mulheres e pessoas não ocidentais (Latinas, Asiáticos, Indianos, etc.). Conforme descrito na figura 1 a seguir, combinamos três conceitos da estrutura feminista decolonial para completar este trabalho: 1) revisionismo histórico; 2) um exame das relações hierárquicas, poder e colonialidade; e 3) um exame de como gênero, raça e nação se desenvolvem ao longo da história. Uma *grande análise* narrativa foi usada para explorar como o PAA produziu histórias dominantes sobre a América Latina. Uma análise *anti-narrativa* desconstrói essas histórias e mostra as contradições, lacunas e histórias não contadas na narrativa. A análise exigiu a análise do material da PAA e dos eventos históricos que ocorreram entre seu primeiro voo em 1927 e a mudança das relações internacionais dos EUA com a América Latina quando John F. Kennedy tornou-se presidente dos EUA em 1960.

O uso da análise de grandes narrativas de Boje (2001) desmantela a narrativa unilateral da América Latina nas revistas, livretos e boletins da PAA. Grandes narrativas ilustram claramente o discurso unilateral da PAA e mostram como ele legitimou o conhecimento do passado (Lyotard, 1987). Tomando como base Boje (2001, 2008a, 2008b) e uma análise temática, descrevemos três grandes narrativas sobre a América Latina que foram recorrentes no material estudado entre os anos de 1927 e 1960. Mostramos que essas grandes narrativas se sobrepõem ao longo do tempo e as apresentamos de acordo com uma cronologia de eventos sociopolíticos (Mills, 2010) que influenciaram as relações EUA-América Latina (Figura 2).

Figura 1. Referencial teórico e métodos de análise no estudo de caso da PAA

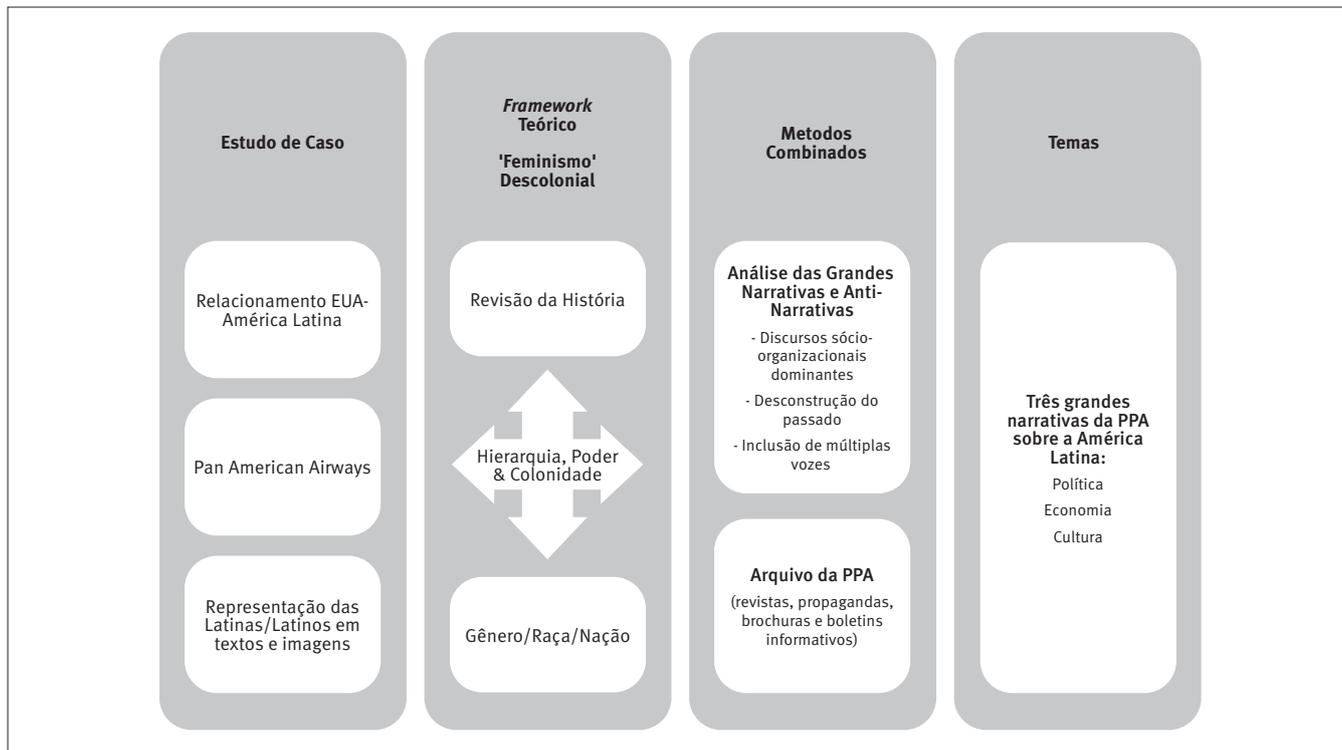
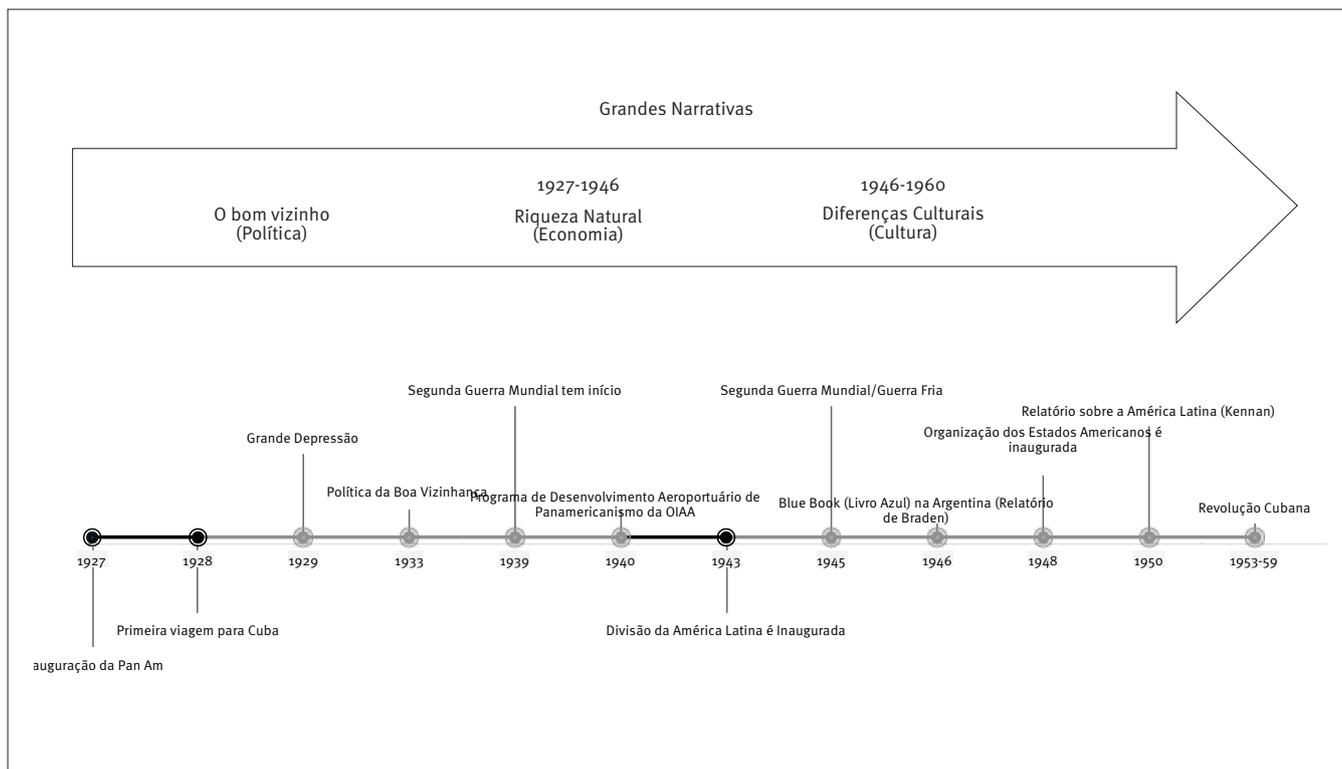


Figura 2. Contexto socio-histórico que influenciou as Grandes Narrativas da PAA entre 1927 e 1960



A criação de grandes narrativas envolveu revisar e questionar “a verdade” e seu significado na história mundial e reconhecer que atualmente conhecemos apenas “metade da história” (Mignolo, 2011, p. 182). Usando uma grande análise narrativa, fomos capazes de revisar e capturar os discursos dominantes que criaram “a verdade” sobre a América Latina. Devido ao hábil desenvolvimento de narrativas históricas da PAA, essa pesquisa exigiu certo grau de ceticismo e uma busca por anti-narrativas em textos, imagens e acontecimentos históricos para explorar o outro lado da história. As anti-narrativas desafiam a grande narrativa ou narrativa organizacional que controla os eventos organizacionais e seu significado (Vaara & Tienari, 2011) ao introduzir novos atores (por exemplo, Argentina), histórias fragmentadas (por exemplo, a democratização da política latino-americana) e histórias plausíveis (por exemplo, o cosmopolitismo na América do Sul).

ANÁLISE DE GRANDE NARRATIVA DA PAN AMERICAN AIRWAYS

A grande narrativa do bom vizinho

Na primeira metade do século XX, houve várias turbulências à nível mundial. A crise econômica da Grande Depressão e duas guerras mundiais remodelaram o mapa mundial. Os EUA se tornaram a potência geopolítica dominante (ao lado da URSS) na era pós-Segunda Guerra Mundial, implementando grandes mudanças políticas e econômicas.

Os Estados Unidos exerceram um papel dominante na política internacional por meio de diversos instrumentos políticos que, direta e indiretamente, envolveram as nações latino-americanas.

A PAA começou a promover a *boa vizinhança* no início dos anos 1930, antes de Franklin D. Roosevelt (FDR) criar a política de boa vizinhança do governo dos Estados Unidos. A *grande narrativa do bom vizinho* foi implementada para incentivar o transporte aéreo e conectar as nações do hemisfério ocidental, enquanto aumenta a influência política e econômica dos EUA na América Latina (Van Vleck, 2013). A política da Boa Vizinhança, lançada pelo governo dos Estados Unidos em 1933, afirmava que os Estados Unidos não implementariam uma intervenção militar em território latino-americano; em vez disso, estreitaria a amizade entre as nações da região. A narrativa de estabelecer e manter boas relações com as nações vizinhas posteriormente influenciou a visão romântica dos latino-americanos, está ligada à desconfiança política entre os EUA e a América Latina e tem origem na Doutrina Monroe de 1823. A Doutrina Monroe tinha como objetivo impedir os esforços europeus de colonizar os Estados Unidos e o restante do continente

americano. No entanto, um Corolário Roosevelt para a Doutrina Monroe foi criado em 1904 durante a presidência de Theodore Roosevelt, sendo saudado como a política do *big stick* dos EUA. Esse corolário deu aos Estados Unidos o direito de proteger seus cidadãos por meio de intervenção militar, mesmo nos casos em que tais perigos fossem apenas previstos (ou seja, de forma oposta às atividades reais das potências europeias). Na prática, Washington interveio militarmente na América Latina uma dúzia de vezes durante o primeiro trimestre do século XX (intervensões militares no Haiti, de 1915 a 1930, e na República Dominicana, de 1916 a 1924, etc.) (Patel, 2016).

O programa de FDR marcou a transição de uma política intervencionista militar (o Corolário de Roosevelt para a Doutrina Monroe) para a política de boa vizinhança: “Tudo o que este país [os EUA] deseja é ver os países vizinhos estáveis, ordeiros e prósperos” e “Qualquer país cujo povo se conduza bem pode contar com nossa sincera amizade” (Holden & Zolov, 2011, p. 97).

Figura 3. Os vizinhos latinos na grande narrativa da PAA



Fonte: Anúncio da Pan American Airways (1941).

A partir de 1933, a política da Boa Vizinhança passou a ser mencionada diretamente na publicidade corporativa da PAA. A política foi enfatizada durante os anos entre guerras e então

estrategicamente durante a Segunda Guerra Mundial; os EUA suspeitavam que grande parte da América Latina fosse pró-Eixo ou pelo menos suscetível a tal influência (Bethell & Roxborough, 1988). Como visto em um anúncio (figura 3), a PAA se identificou como "O Bom Vizinho que Liga Todos os Dias" e diz ao leitor que a segurança dos EUA não apenas "depende de armas, navios e aviões", mas também de "como nós (os EUA) avaliamos os amigos". Além disso, aos olhos dos latino-americanos, a PAA "não reflete apenas o Tio Sam; é o Tio Sam - o principal contato que muitos deles já tiveram com esta nação." A PAA conclui o anúncio compartilhando anti-narrativas (histórias fragmentadas) que explicam como a grande narrativa do bom vizinho acomoda o plano político da Segunda Guerra Mundial contra o Eixo; entretanto, também descreve a América Latina como atrasada, carente e inferior quando comparada aos seus homólogos Anglo-saxão/ do Norte/Ocidental/EUA/PAA. De acordo com o texto do anúncio,

Enfrentando as antigas barreiras de tempo, distância e transporte primitivo da América Latina, a PAA fez mais uma coisa. Ela retomou o desafio das companhias aéreas concorrentes do Eixo lá; tornou milhares de milhas de rotas aéreas seguras para os princípios democráticos representados pela bandeira dos Estados Unidos.

Durante a década de 1940, o governo dos Estados Unidos mobilizou a grande narrativa do bom vizinho criando programas, legislações e programas educacionais que estreitaram a amizade e a colaboração e ofereceram ajuda econômica e consultoria especializada às repúblicas latino-americanas (Interdepartmental Committee on Cooperation with the American Republics [ICCAR], 1940).

Figura 4. Um retrato da América Latina e seu povo



Fonte: Pan American Airways (1946d).

Um guia turístico, "A World of Neighbors" (Um Mundo de Vizinhos, em português), apresenta várias imagens da região usando uma ilustração composta por vários estilos de artefatos culturais, reduzida a meia página, com a legenda: "Um retrato da América Latina, Índias Ocidentais e Bermudas, parte de Um Mundo de Vizinhos." (Pan American Airways, 1946d) (Figura 4).

Este retrato ilustra um pastiche de artefatos simbólicos na tentativa de representar a diversidade cultural de uma região desconhecida para os turistas anglo-americanos. No centro desta imagem estão os líderes da independência de Espanha e Portugal, o que mostra um traço de colonialismo. O retrato masculino da América Latina mostra três mulheres e onze homens. A pós-colonialidade do PAA é generalizada, já que as latinas são comumente representadas de duas maneiras: são mostradas como domésticas (submissas) e como artistas, mostrando sensualidade por meio da dança.

A superioridade cultural dos EUA está presente na narrativa da PAA; "As rotas da Pan American World Airways System podem mostrar abaixo dele [o turista] todo o panorama do passado, presente e indicações do futuro dessas terras" (Pan American Airways, 1946d, p. 20). Nessa narrativa, a pós-colonialidade surge da seguinte forma: o passageiro é considerado um homem branco/anglo-saxão (ele). A América Latina está abaixo dele, portanto inferior ao homem anglo-americano. Além disso, há uma representação do passado e um futuro plausível, onde a ideia de que a PAA é o futuro no presente aparece implícita, já que a PAA é pioneira em tecnologia, aviação comercial e rotas de conexão na América Latina:

Ilhas do Caribe, onde as caravelas de Colombo surfaram nas ondas e Morgan e o Capitão Kidd assombram as areias de coral. A América Latina havia sido tocada por exploradores e caçadores de tesouros europeus... Grande parte da América Latina tinha colônias quase um século antes dos primeiros colonizadores ingleses permanentes desembarcarem em Plymouth Rock em 1620. (Pan American Airways, 1946d, p. 20)

A PAA igualou o passado latino-americano com a conquista europeia, chamando amigavelmente os europeus de "exploradores". A narrativa europeia da "descoberta" da América por Colombo passa a ser a narrativa da PAA. No entanto, a invenção da América (Mignolo, 2005) é um lembrete da existência de culturas pré-colombianas que precederam os exploradores europeus. Em um esforço para seduzir o viajante anglo-saxão e europeu, a PAA elaborou várias narrativas de latino-americanos

como bons vizinhos e, assim, explorou certas imagens, ideias e temas, incluindo natureza, cultura, o passado colonial e a vida urbana versus rural (Pan American Airways, 1946d).

A América Latina foi retratada como uma terra de gaúchos, à qual foram transplantadas cidades europeias, tais como Madrid, e uma terra de impérios (como o Inca) que não existem mais. Essas representações foram elementos usados na narrativa da América Latina, a qual a PAA elaborou fazendo malabarismos com uma noção de tempo (passado pré-colonial e colonial), geografia (Madri/Europa) e o binário de semelhante – diferente (folk/gaúchos). A colonização europeia foi importante para a construção da grande narrativa da boa vizinhança, pois conferiu aos EUA um sentimento de direito às nações sul-americanas cujos cidadãos tinham mais ascendência branca do que caribenha ou afro-ascendência.

Um livreto da PAA, que conta a história dos 17 anos de experiência da PAA voando com os Clippers durante os anos da Segunda Guerra Mundial, é permeado pela grande narrativa do bom vizinho e perpetua um sutil senso de direito da PAA. Em uma manchete, “Nossos bons vizinhos do sul”, a PAA parabeniza suas companhias aéreas associadas na América Latina:

Desde o início da empresa - em 1927 - a Pan American buscou não controlar o ar... mas sim ajudar e aconselhar nossos “Bons Vizinhos” na formação de suas próprias companhias aéreas nacionais. (Pan American Airways, 1945c, p. 13)

A tradição norte-americana de paternalismo em relação aos países latino-americanos (Patel, 2016) sustenta seu papel como conselheiros e provedores de ajuda. A história da guerra mexicana-anglo-americana de 1845-48 parecia há muito esquecida pelos EUA em uma descrição do México feita pela PAA:

“A Rainha das Cidades” uma praça na Cidade do México vista do céu... A capital de nossos “Bons Vizinhos” mais próximos ao sul tem dois milhões de habitantes, lindas avenidas, uma atmosfera verdadeiramente internacional. (Pan American Airways, 1945c, p. 15)

Durante as primeiras décadas do século XX: através da ideologia do pan-americanismo, a produção de representações dos países da América do Sul aumentou (Salvatore, 1998) e passou por várias iterações: antes vistos como ameaça para os EUA (Durepos, Helms Mills, & Mills, 2008), passaram a ser vistos como bons vizinhos.

Posteriormente, as contra-narrativas emergiram como histórias alternativas à grande narrativa da PAA. A primeira que surgiu revelava que a América Latina é um bom negócio para a PAA: “uma vasta área duas vezes e meia o tamanho dos Estados Unidos continental e o lar de 130 milhões de bons vizinhos” (Pan American Airways, 1946b). De acordo com um artigo da revista PAA, “Como o ‘comércio amigável’ com os vizinhos ajuda a economizar dinheiro dos contribuintes dos EUA”, a América Latina representou um mercado que ofereceu benefícios econômicos para os cidadãos dos EUA após a Segunda Guerra Mundial (Pan American Airways, 1958). Outra contra-narrativa se esconde por trás da necessidade da PAA de “tornar verdadeiros vizinhos” países da América do Sul, como a Argentina, que tinha um histórico de confrontos com os Estados Unidos. Essa narrativa de boa vontade pretendia mascarar intervenções militares anteriores em território latino-americano e as tensões diplomáticas entre os Estados Unidos e várias nações latino-americanas.

A grande narrativa da riqueza natural

Após a Segunda Guerra Mundial, a expansão da PAA para a região da América Latina refletiu duas coisas: novos avanços tecnológicos (por exemplo, o avião a jato) e uma mudança no comércio com a América Latina, na qual a Europa perdeu poder comercial e influência contra os EUA. A *grande narrativa da riqueza natural* via a América Latina como fornecedora de recursos naturais para um crescente mercado norte-americano pós-Segunda Guerra Mundial. O outro lado dessa grande narrativa foi a auto-representação da PAA como tecnologicamente superior aos latino-americanos. A grande narrativa do bom vizinho, que ainda promovia uma amizade política entre os EUA e os latino-americanos, se sobrepôs e coexistiu com histórias sobre a América Latina como fonte de riqueza natural e recursos ilimitados que atenderiam às necessidades dos compradores norte-americanos. De fato, a boa vizinhança ajudou o continente americano a se recuperar da crise econômica graças à Lei do Acordo de Comércio Recíproco de 1934 (Argentina e outras nações ficaram de fora); o valor do dólar comercial dos EUA com a América Latina triplicou entre 1934 e 1941 (Patel, 2016).

Várias revistas descreveram a importância de aprofundar os laços comerciais com as nações latinas. Por exemplo, um calendário promocional, “The Wealth of the Other Americas - A Riqueza das Outras Américas, em português” (Pan American Airways, 1945b), previu a abertura do comércio entre os EUA e a América Latina, região que foi um “fator importante na expansão do comércio exterior dos EUA após a guerra” (Pan American

Airways, 1945b, p. 4). A expansão do comércio dos Estados Unidos foi desafiada pela concorrência europeia e pelo fato de a América Latina ser o único mercado aberto em 1946. Com isso, a PAA executou um plano para se tornar o principal *trader* entre os países latino-americanos, criando voos mais rápidos e baratos entre Nova York e as cidades sul-americanas para competir com as rotas das cidades europeias. (*Pan American Airways*, 1946a). Por exemplo, a PAA lançou um voo com duração de 38 horas entre Nova York e Buenos Aires, o que se tornou um marco para os negócios internacionais. Este novo serviço estava alinhado com a narrativa americana do pan-americanismo que dominou os anos entre guerras (Schoultz, 1998, p. 318) e com o momento histórico no qual os EUA reestruturaram a economia mundial (*Pan American Airways*, 1946c) quebrando a dependência da Argentina do comércio europeu.

De muitas maneiras, o sistema capitalista se traduziu na narrativa da riqueza natural da PAA. Por exemplo, a Clipper cargo ajudou empresas locais a vender produtos fora da América do Norte, desde pintinhos a produtos congelados (*Pan American Airways*, 1957b). A comercialização de diamantes do Brasil, maior produtor de diamantes depois da África do Sul, reflete o envolvimento das elites latino-americanas na construção da narrativa capitalista. De fato, o governo brasileiro patrocinou a Panair do Brasil (associada a PAA) para “acelerar o tráfego” do negócio de diamantes (*Pan American Airways*, 1945a, p. 26). Enquanto isso, a grande narrativa da riqueza natural descreve a) a América Latina como fornecedora de frutas exóticas e nativas e matérias-primas (diamantes) e b) a América do Norte como exportadora de produtos, principalmente os industrializados.

A grande narrativa do bom vizinho complementou a grande narrativa da riqueza natural ao intensificar o comércio entre os EUA e a América Latina, transformando assim a economia global de tal forma que o Brasil se tornou mais importante para os Estados Unidos do que a França e Cuba para a Holanda (Patel, 2016). Através do olhar das dualidades pós-coloniais, a América Latina foi colonizada, representando o mundo natural e lar dos povos nativos. Por outro lado, a América do Norte era o colonizador trabalhador, uma região com cidadãos ao invés de nativos. Um dos livretos da PAA explicava aos clientes da PAA como era importante ter o Brasil como fornecedor de borracha:

Todo mundo sabe o que aconteceu com nosso suprimento de borracha quando os japoneses tomaram as Índias Orientais e a Península Malaia. *Algumas* pessoas sabem que os melhores pneus de borracha sintética não podem ser feitos sem adicionar um *pouco* de borracha natural. Mas

poucas pessoas percebem que a Pan American tem *transportado* látex (borracha natural) do Brasil para os Estados Unidos (*Pan American Airways*, 1945c, p. 17).

A expansão da PAA também reagiu aos acordos políticos entre os Estados Unidos, América Latina e Europa. Por exemplo, a incorporação de Barbados à Divisão Latino-Americana da PAA exigiu a permissão do Conselho de Aeronáutica Civil dos Estados Unidos (1948) e a aprovação do Reino Unido, visto que Barbados foi uma colônia do Império Britânico até 1966 (*Pan American Airways*, 1957b). No período pré-guerra, a PAA conseguiu evitar a interferência do governo negociando “seus próprios contratos de desembarque na América do Sul” (*Pan American Airways*, 1946a). Durante os anos de guerra, a PAA esteve diretamente envolvida na construção de aeroportos na região da América Latina. A PAA conseguiu construir aeroportos militares na selva brasileira devido a contratos secretos do governo, e “quando acabou a guerra, a PAA havia construído cinquenta aeroportos em quinze países” (*Pan American Airways*, 1996, p. 167).

No livreto de 37 páginas, “The wealth of the other America - A riqueza da Outra América, em português”, a PAA divulga o impacto das viagens aéreas no comércio e na troca comercial com vinte países latino-americanos além dos Estados Unidos. Os mercados latino-americanos são descritos como fornecedores subdesenvolvidos de matérias-primas, mas também como ricos:

[cidades portuárias] são separadas umas das outras por grandes distâncias de áreas subdesenvolvidas e, em alguns casos, inexploradas; elas têm servido simplesmente como centros de comércio onde matérias-primas dos distritos agrícolas e de mineração adjacentes podem ser enviadas para o exterior em troca de artigos manufaturados.

Quando a Segunda Guerra Mundial separou as Nações Unidas de suas fontes usuais de matéria-prima, eles olharam para a América Latina com sua riqueza em alimentos, peles, lã e algodão, e seus minerais como cobre, óleo, cromo, antimônio e manganês. (*Pan American Airways*, 1943, p. 4)

A co-dependência comercial no relacionamento EUA-América Latina após a Segunda Guerra Mundial e o papel fundamental da PAA no avanço de suas viagens aéreas comerciais ajudaram a grande narrativa da riqueza natural a ganhar vida.

A PAA ajudou a “abrir caminho” para esta nova era na América Latina. Com suas companhias aéreas associadas, conseguiu superar as barreiras naturais que escondiam a riqueza dos países (Pan American Airways, 1943, p. 5).

A grande narrativa da diferença cultural

Os negócios da PAA na América Latina estavam ligados às consequências políticas contemporâneas da Segunda Guerra Mundial, um mundo dividido entre dois grupos de super-alianças: o Eixo (Alemanha, Itália, Japão, Hungria, Romênia e Bulgária) e os Aliados (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, URSS, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Grécia, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, África do Sul e Iugoslávia). Os Aliados se retrataram como os países com liberdade de expressão, imprensa e associação. Já as potências do Eixo eram portadoras de ideologias nazistas e fascistas. Como a PAA era uma empresa sediada nos Estados Unidos e que tinha voos em todo o mundo, tornou-se um aliado das relações exteriores dos Estados Unidos durante a segunda guerra mundial: “A guerra era um negócio especialmente para a Pan Am, com metade de seus contratos sendo com o exércitos dos Estados Unidos e cujas receitas durante os quatro os anos de guerra aumentaram 75%” (Bender & Altschul, 1982, p. 366).

O monopólio da PAA na América Latina teve implicações em diferentes setores. Uma dessas indústrias foi a de transporte, onde o transporte terrestre e marítimo foi substituído pelo aéreo, e a outra o comércio e as atividades comerciais, que sofreram grandes mudanças devido ao transporte mais rápido de mercadorias possibilitado pelo avião a jato. Além disso, as viagens aéreas revolucionaram a indústria de viagens ao criar uma nova identidade de viagens: o turista aéreo. Porém, não havia demanda por viagens aéreas, e a PAA teve que criar um mercado para a América Latina. A PAA era a única companhia aérea que voava para fora dos Estados Unidos antes da Segunda Guerra Mundial e, portanto, tornou-se um recurso especializado e fonte de informações sobre a geografia e as pessoas da América Latina. O processo que a PAA empreendeu para entender os eventos históricos e as características culturais dos países latino-americanos está refletido em documentos como “Observations on U.S. Policy toward Latin America” (Observações sobre a política dos Estados Unidos para a América Latina, em português), da Divisão Latino-americana da PAA (Pan American Airways, 1961).

Durante a Segunda Guerra Mundial, os EUA apoiaram os ditadores latino-americanos tanto financeira quanto legalmente (Schoultz, 1998), mas a situação mudou com o discurso dos EUA

sobre democratização. A grande narrativa da boa vizinhança em relação às nações latino-americanas vigente até então tornou-se um discurso de democratização das repúblicas latinas e tolerância zero aos ditadores (por exemplo, Getúlio Vargas no Brasil ou Rafael Trujillo na República Dominicana) (Schoultz, 1998). Na década de 1950, as representações dos Estados Unidos dos latino-americanos como bons vizinhos se sobrepuseram às representações deles como anti-democráticos, caóticos, grandiloquentes e fortemente masculinos. A grande narrativa do bom vizinho estava se transformando porque, desde 1957, os Estados Unidos desenvolviam uma relação conflituosa com ditadores como Trujillo na República Dominicana. No entanto, a PAA continuou trabalhando com Trujillo e seu regime até seu assassinato (1961). Além disso, em 1961 estava claro que a Doutrina Monroe continuava em vigor pela Organização do Estado Americano (Organization of the American State - OAS), cuja criação após a Segunda Guerra Mundial intensificou a busca contínua do governo dos Estados Unidos pelo domínio das nações latino-americanas pelos Estados Unidos. Isso pode ser visto na imposição de sanções sem precedentes ao regime de Trujillo pela OEA (Roorda, 1998).

Um relatório chocante foi publicado em 1950, durante a presidência de HS Truman. O relatório crítico e opinativo de George Kennan tornou-se a narrativa que descrevia as ditaduras e governos populistas das nações latino-americanas. Sua explicação do comportamento das pessoas baseada no caráter descreveu os latinos como egoístas egocêntricos com “um desejo patético de criar a ilusão de coragem desesperada, inteligência suprema e uma virilidade ilimitada, onde as virtudes mais construtivas são tão visivelmente ausentes” (Schoultz, 1998, p. 330).

Uma distinção fundamental do deslocamento latino e anglo-saxão, além do caráter nacional, da língua e da herança europeia, é a cor da pele. Os europeus foram os primeiros a categorizar sistematicamente o mundo e seu povo de acordo com a cor da pele e a criar um continuum do superior ao inferior, da branca à escuridão, e o resto do mundo ocidental rapidamente seguiu o exemplo. Os materiais oficiais da PAA retratam principalmente a raça através do uso da linguagem, em particular usando o termo *nativos* para se referir aos latino-americanos e imagens de mulheres e homens de pele escura. As narrativas da PAA lembram contos dos primeiros conquistadores europeus; isto é, os contos de descoberta, fascinação, diferença racial e culturas estranhas. As primeiras viagens da PAA fora dos Estados Unidos solidificaram as narrativas norte-americanas da etnia latino-americana, estabelecendo a imagem dos latinos morenos.

A grande narrativa da diferença cultural fortalece duas ideias desenvolvidas por Mignolo (2005): a ideia de que um novo continente nasceu e a reconfiguração do processo de decolonização da Europa nas Américas.

Essa grande narrativa foi solidificada como uma estratégia corporativa para diversificar o mercado latino-americano para o público anglo-saxão, e os guias turísticos da PAA ilustram uma ligação clara com o passado colonial britânico e espanhol das Américas. A divisão das Américas entre o espanhol e o inglês também criou uma divisão entre

as culturas latina e anglo-saxã. Comparando como a PAA descreve os ingleses e os espanhóis, e depois analisando como eles fazem o mesmo com seus territórios colonizados, podemos apontar como a linguagem colonial, como o uso do termo *nativos* em referência ao povo, música, e produtos de nações como México e Peru, se conecta a diferentes nações da América Latina (Quadro 1). A representação de dançarinos nativos, cantores de calipso e ruínas astecas aparecem como contra-narrativas que revelam a supressão de indígenas e afrodescendentes no continente.

Quadro 1. Diferenças nacionais: anglo-saxônicos versus latino-americanos

Etnia-Nação	Representação
Anglo-américa	
Grã-Bretanha	“Inglaterra, Irlanda, Escócia e País de Gales... terras históricas de primeira que irão encantá-lo com o verde, a graciosidade e as tradições antigas”
Estados Unidos e Alasca	“O Alasca se apresenta no círculo ártico como um grande e vigoroso gigante do norte. Robusto, majestoso, preservado... é o paraíso do esportista em qualquer estação ”
Bermudas e Bahamas	“Longe de casa, mas com reverência leal à sua herança britânica, as Bermudas e as Bahamas oferecem um santuário pacífico dos cuidados ou do mundo cotidiano... ilhas atlânticas tranquilas e tranquilas”
América "Latina"	
Espanha	“A música e os risos, a cor e a alegria que apimentam a vida em Madrid são típicos da Espanha... as touradas de Madrid superarão todas suas expectativas”
México	“Há muito da velha Espanha no México, mas seu charme e cor são produtos estritamente nativos. É uma terra de ruínas astecas e belas festas... tamales e tequila... montanhas, desertos e praias amenas. Você conhecerá o sol e a diversão em cada esquina do México.” “Fiel à velha tradição espanhola, os mexicanos adoram a emoção de assistir aos movimentos ousados de um toureiro” “Dançar a rumba ao som de música nativa” “A pirâmide do Sol, na cidade pré-asteca de Teotihuacan, é apenas uma evidência da história violenta do México”
Caribe	“As ilhas românticas do Caribe se espalham confortavelmente em um semicírculo longo e preguiçoso...” “Cuba é a maior, e sua capital, Havana, é uma das cidades mais belas. Haiti, terra do vodu” “Trinidad com seus cantores de calipso e mulheres de nariz redondo” “Há mistério e aventura de todo tipo no Caribe e você encontrará emoção em todos os lugares”
Buenos Aires	“Quando não estiver comendo bife, você estará dançando tango ou indo às corridas na movimentada Buenos Aires. Cidade moderna, revigorante e sofisticada, “B.A.” é uma prova monumental do progresso argentino e se você for um verdadeiro cosmopolita não se atreverá a deixá-la de lado.” “Um grupo de dançarinos folclóricos de Buenos Aires demonstra que a Argentina é uma terra de verdadeira música e alegria espanholas”
Peru	“Dançarinos nativos... em trajes tão exóticos e coloridos quanto os próprios dançarinos... descansam entre as ruínas dos Incas em Sacsayhuaman, Peru”

Fonte: “É um Mundo Pan-Americano” (Pan American Airways, 1952).

O legado da *lenda negra* (Juderías, 1914) e os estereótipos de um império espanhol atrasado, cruel e irresponsável, que foram originalmente criados pelo Império Britânico, foram transportados para as Américas e mais tarde integrados na grande narrativa

da PAA. As representações de touradas no México carregam os velhos estereótipos usados contra os espanhóis (ou seja, bravura, crueldade e violência), enquanto ignoram histórias como a guerra EUA-México e os conflitos de fronteira que mostram que os EUA tinham características semelhantes.

Uma distinção entre as Ilhas Britânicas e o Caribe (América Latina) é retratada por meio da linguagem usada para comparar os estilos de vida de cada grupo de ilhas. As representações do Caribe referem-se à preguiça, mistério (por exemplo, vodu e magia negra), aventura e emoção da ilha. Enquanto isso, as Bermudas e as Bahamas eram descritas como santuários tranquilos, pacíficos e que têm seu próprio tempo. Essa comparação deve ser vista através do binário de racional-emocional, que há muito faz parte da ideologia moderna, europeia e ocidental. O Caribe é emocional, apaixonado e romântico, assim como os latino-americanos são românticos; no entanto, os bahamenses são calmos, racionais e centrados, como os anglo-saxões. A PAA apresenta uma visão romântica “deles”, dos outros, dos latino-americanos. O artigo sobre Remessas Aéreas Expressas de Miami para Caracas é um exemplo disso. Uma remessa de cordas de violão é retratada como parte da “música romântica de cordas tão valorizada pelos latino-americanos”. A narrativa a seguir expande a visão dualista entre nós – eles, América do Norte (Anglo-americano) – América do Sul (Latina):

Mal sonharia o belo *caballero*, enquanto seus dedos dedilham as primeiras notas de sua amada dança nacional ou alguma terna serenata, que as cordas que ele toca vieram da vida prosaica da metrópole gelada do Norte para se tornar uma parte de sua música romântica sob uma lua tropical. (Pan American Airways, 1945a, p. 21)

Esta descrição combina a identidade masculina latino-americana (por exemplo, *caballeros*) com uma narrativa sobre o romance e o sul tropical exótico (prosaico) em contraste com a vida cotidiana e fria da cidade do Norte.

Por último, a vida urbana na América Latina está representada em um retrato da cidade de Buenos Aires que destaca sua sofisticação e estilo de vida cosmopolita. As anti-narrativas surgem como histórias alternativas, já que Buenos Aires, junto com outras cidades da América Latina, fez parte de uma narrativa que descrevia a urbanização e a modernidade de algumas nações. Nesse contexto, as nações sul-americanas eram vistas como mais progressistas e trabalhadoras do que as nações centro-americanas.

O ponto de inflexão da grande narrativa da diferença cultural ocorreu durante a Revolução Cubana (1953-1959), durante

a qual a posição dominante dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial o que permitiu que governo dos EUA conduzisse uma cruzada para impedir as nações latino-americanas de aderir ao comunismo. Essa mudança foi evidenciada no diário de Betty Trippe (Pan American Airways, 1996, p. 345):

Muito se falou na festa sobre a chocante corrupção do atual ditador, o presidente Batista, e a crescente inquietação popular. Poucos meses depois, dizem alguns por influência de um repórter do New York Times, Sr. Matthews, Fidel Castro começou lentamente a formar um Partido Comunista no leste.

DISCUSSÃO

Partindo da obra de Boje (2001, 2008a, 2008b) estruturamos o material da PAA em três grandes narrativas sobre a América Latina: política, econômica e cultural. Embora delineadas como progredindo de uma para outra, essas narrativas se sobrepõem ao longo do tempo. A leitura do material da PAA por meio de lentes decoloniais mostra que o contexto histórico (1927 a 1960), como a introdução da narrativa do bom vizinho, influenciou a companhia aérea a orquestrar uma narrativa moderna sobre vizinhança e amizade. O bom vizinho fazia parte do discurso patriarcal e masculino da PAA que apadrinhava as nações latino-americanas. Os estereótipos de gênero também eram comuns, já que a PAA exibia masculinidade através do gaúcho e do camponês moreno e feminilidade através da dançarina caribenha morena. A grande narrativa da riqueza natural revela maior interesse pela riqueza natural da América Latina e menos interesse pela amizade e como a tecnologia foi um grande motivador para a expansão da PAA. Enquanto isso, mapas de viagens e outros documentos mostram a colonialidade por meio da forma como as mulheres e os homens latino-americanos eram retratados. A grande narrativa da diferença cultural desdobra-se em duas anti-narrativas nas quais as imagens racializadas e descrições dos latino-americanos, juntamente com a urbanização sul-americana, reforçam as diferenças e semelhanças entre o Anglo-americano e a América Latina.

Trabalhar com arquivos exigiu um processo iterativo de alternância entre a análise dos materiais da organização e o contexto sócio-histórico em que foram criados (Mills & Helms Mills, 2011). As narrativas da PAA sobre a América Latina foram co-criadas (Boje, 2008b) com o governo dos Estados Unidos. Eventos como a política de Boa Vizinhança de FDR tentaram

melhorar as relações com a América Latina, enquanto a criação de uma 'Ameaça Alemã' dentro das companhias aéreas sul-americanas na década de 1930 e na Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e revoltas populares no México e Cuba (Holden & Zolov, 2011) demonstram o aprofundamento dos assuntos entre EUA e América Latina. Enquanto isso, a expansão do PAA na parte sul da América do Norte (ou seja, primeiro México, Cuba e Colômbia), por meio do estabelecimento de escritórios, agências e investimento em infraestrutura, apoiou a presença do governo dos Estados Unidos nas nações latino-americanas (Bender & Altschul, 1982). Ao mesmo tempo, o discurso em torno do pan-americanismo, relativo à unificação regional dos Estados Unidos vis-à-vis a América Latina, resultou no aumento da produção de representações culturais de povos latino-americanos em diferentes enclaves. Um exemplo de sua impressão inclui a iniciativa dos Estados Unidos que criou o Escritório de Coordenação de Relações Comerciais e Culturais (Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations - OCCIA) entre as Américas. Ao escolher 1927 como ponto de partida para este estudo, pudemos ilustrar como a empresa ganhou espaço na América Latina em seus primeiros três anos de operação; encerramos o estudo na década de 1960 devido ao menor interesse dos Estados Unidos pela região após esse período (Schultz, 1998) e devido à retomada do controle pelas repúblicas latino-americanas de muitas de suas companhias aéreas, antes cedidas para serem administradas pela PAA.

Este estudo contribui para o estudo da gestão, organizações e história ao abordar uma nova consciência histórica (Suddaby, 2016), compreender e envolver as organizações com seu passado (Lasewicz, 2015; Taylor, Bell, & Cooke, 2009) e usar a história como um recurso estratégico (Foster et al., 2017). Nossa abordagem do passado e da história usa teorias feministas decoloniais para analisar a narrativa da PAA.

Ao usar a teoria feminista decolonial, contribuimos para o estudo da administração, história e organizações de três maneiras. Em primeiro lugar, o feminismo decolonial aumenta nossa compreensão do presente, recontextualizando o passado histórico. Assim, o estudo do feminismo decolonial nas organizações requer conhecimento de eventos históricos para ver a influência do processo de colonização na atualidade. Foi possível estudar como as relações geo-históricas entre a América Latina e os Estados Unidos (Anglo-América) se refletiram nos documentos e materiais publicitários da PAA para a América Latina. Os estereótipos raciais de latinos e latinas ilustram o legado colonial de colonos espanhóis e portugueses na América Latina versus colonos britânicos na América do Norte; os primeiros foram vistos negativamente e vistos como cruéis e irresponsáveis.

Em consonância com a 'virada histórica' na teoria organizacional e de gestão (Booth & Rowlinson, 2006), este trabalho oferece uma explicação plausível de como as organizações se tornam (re) produtoras de colonialidade no presente, reproduzindo imagens, textos e identidades retratando o latino-americano como um americano de segunda classe (viz. Latim). Em segundo lugar, exploramos diferentes identidades sociais, tais como nação, classe e gênero por meio da narrativa patriarcal embutida no passado colonial e no presente pós-colonial. O feminismo decolonial presume que as fronteiras ilusórias permitem que aqueles no poder criem identidades sociais, e as grandes narrativas das organizações refletem noções de gênero e raça que mostram quais e como diferentes identidades sociais foram excluídas ou legitimadas. Em terceiro lugar, o feminismo decolonial propõe uma mudança na gestão, na história e nas organizações, recontextualizando, descontextualizando o passado e a narrativa hegemônica embutida nas grandes narrativas das organizações.

Por fim, este artigo é uma obra política que contribui para as literaturas decoloniais e feministas que abordam criticamente as representações históricas da América Latina. Nos inspiramos em Anzaldúa (2007) e sua abordagem do feminismo e do colonialismo, e isso guiou esta pesquisa pelo caminho da consciência decolonial. Esta obra é decolonial no campo dos estudos de gestão e organizações, pois levanta questões críticas sobre raça e gênero, ao mesmo tempo que permite que a voz de uma de suas autoras, uma mulher sul-americana, mestiça, seja incluída como uma das narradoras. O pensamento de fronteira (Anzaldúa, 2007; Mignolo, 2000) é uma ferramenta poderosa para repensar as histórias organizacionais na pesquisa qualitativa.

REFERÊNCIAS

- Alcadipani, R., & Faria, A. (2014). *Fighting Latin American marginality in "international" business. Critical Perspectives on International Business* 10(1/2), 107-117. doi: 10.1108/cpoib-11-2013-0047
- Anzaldúa, G. (2007). *Borderlands/La Frontera: The new mestiza* (3rd ed.). San Francisco, USA: Aunt Lute Books.
- Bender, M., & Altschul, S. (1982). *The chosen instrument Pan Am, Juan Trippe, the rise and fall of an American entrepreneur*. Retrieved from <http://books.google.com/books?id=CojPAAAMAAJ>
- Bethell, L., & Roxborough, I. (1988). *Latin America between the Second World War and the Cold War: Some reflections on the 1945-8 conjuncture*. *Journal of Latin American Studies*, 20(1), 167-189. doi: 10.1017/S0022216X00002522Pub
- Boje, D. M. (2001). *Narrative methods for organizational and communication research*. Thousand Oaks, USA: SAGE.

- Boje, D. M. (2008a). Antenarrative. In R. Thorpe & R. Holt (Eds.), *The Sage dictionary of qualitative management research*. London, UK: SAGE. 28-30.
- Boje, D. M. (2008b). *Storytelling organizations*. London, UK; Thousand Oaks, USA: SAGE.
- Booth, C., & Rowlinson, M. (2006). **Management and organizational history: Prospects**. *Management & Organizational History*, 1(1), 5-30. doi: 10.1177/1744935906060627
- Calás, M., Ou, H., & Smircich, L. (2013). "Woman" on the move: **Mobile subjectivities after intersectionality**. *Equality, Diversity & Inclusion*, 32(8), 708-731. doi: 10.1108/EDI-05-2012-0037
- Decker, S. (2013). **The silence of the archives: Business history, post-colonialism and archival ethnography**. *Management & Organizational History*, 8(2), 155-173. doi: 10.1080/17449359.2012.761491
- Durepos, G., Helms Mills, J., & Mills, A. J. (2008). **Flights of fancy: Myth, monopoly and the making of Pan American Airways**. *Journal of Management History*, 14(2), 116-127. doi:10.1108/17511340810860249
- Erel, U., Haritaworn, J., Gutierrez Rodriguez, E., & Klesse, C. (2011). On the depoliticisation of intersectionality talk: Conceptualising multiple oppressions in critical sexuality studies. In Y. Taylor, S. Hines, & M. E. Casey (Eds.), *Theorizing intersectionality and sexuality* (pp. 56-77). Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.
- Foster, W. M., Coraiola, D. M., Suddaby, R., Kroezen, J., & Chandler, D. (2017). **The strategic use of historical narratives: A theoretical framework**. *Business History*, 59(8), 1176-1200. doi: 10.1080/00076791.2016.1224234
- Gantman, E. R., Yousfi, H., & Alcadipani, R. (2015). **Challenging Anglo-Saxon dominance in management and organizational knowledge**. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 55(2), 126-129. doi: 10.1590/S0034-759020150202
- Hedstrom, M. (2002). **Archives, memory, and interfaces with the past**. *Archival Science*, 2(1-2), 21-43. doi: 10.1023/A:1020800828257
- Holden, R. H., & Zolov, E. (2011). *Latin America and the United States: A documentary history*. New York, USA: Oxford University Press.
- Ibarra-Colado, E. (2006). **Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: Thinking otherness from the margins**. *Organization*, 13(4), 463-488. doi: 10.1177/1350508406065851
- Ibarra-Colado, E. (2008). **Is there any future for critical management studies in Latin America? Moving from epistemic coloniality to 'trans-discipline'**. *Organization*, 15(6), 932-935. doi: 10.1177/1350508408095822
- Interdepartmental Committee on Cooperation with the American Republics. (1940, January 17). *Report of the Interdepartmental Committee on Cooperation with the American Republics*. Franklin D. Roosevelt Presidential Library and Museum archives.
- Juderías, J. (1914). *La leyenda negra y la verdad histórica*. Madrid, España: Tip. de la "Rev. de Arch., Bibl. y Museos".
- Lasewicz, P. C. (2015). **Forget the past? Or history matters? Selected academic perspectives on the strategic value of organizational pasts**. *The American Archivist*, 78(1), 59-83. doi: 10.17723/0360-9081.78.1.59
- Lugones, M. (2015). Hacia metodologías de la decolonialidad. In Leyva, X. J. Alonso, A. Hernández, A. Escobar, A. Köhler, A. Cumes, & W. Mignolo (Eds.), *Prácticas otras de conocimiento (s): Entre crisis y guerras*. (Tomo III). México, Cooperativa Editorial RETOS, Taller Editorial La Casa del Mago, CLACSO, 3 tomos. Retrieved from: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180515110853/Practicas_Otras_2.pdf
- Lyotard, J.-F. (1987). *La condicion postmoderna: Informe sobre el saber*. Madrid, España: Editions de Minuit.
- Mignolo, W. D. (2000). *Local histories/global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton, USA: Princeton University Press.
- Mignolo, W. D. (2002). **The geopolitics of knowledge and the colonial difference**. *South Atlantic Quarterly*, 101(1), 57-96. doi: 10.1215/00382876-101-1-57
- Mignolo, W. D. (2005). *The idea of Latin America*. Oxford, UK: Wiley-Blackwell.
- Mignolo, W. D. (2007). **Delinking the rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality**. *Cultural Studies*, 21(2), 449-514. doi: 10.1080/09502380601162647
- Mignolo, W. D. (2011). *The darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options*. Durham, USA: Duke University Press.
- Mignolo, W. D., & Tlostanova, M. V. (2006). **Theorizing from the borders: Shifting to geo- and body-politics of knowledge**. *European Journal of Social Theory*, 9(2), 205-221. doi: 10.1177/1368431006063333
- Mills, A. J. (2010). Juncture. In A. J. Mills, G. Durepos, & E. Wiebe (Eds.), *Encyclopedia of case study research* (pp. 509-511). Thousands Oaks, USA: Sage.
- Mills, A. J., & Helms Mills, J. (2011). Digging archaeology: Postpositivist theory and archival research in case study development. In R. Piekkari & C. Welch (Eds.), *Rethinking the case study in international business and management research* (pp. 342-360). Northampton, USA: Edward Elgar Publishing.
- Mills, A. J., & Helms Mills, J. (2017). Archival research. In C. Cassell, A. L. Cunliffe, & G. Grandy (Eds.), *The SAGE Handbook of qualitative business and management research methods* (pp.32-45). London, UK: Sage.
- Miñoso, Y. E., & Castelli, R. (2011). Colonialidad y dependencia en los estudios de género y sexualidad en América Latina: El caso de Argentina, Brasil, Uruguay y Chile. In K. Bidaseca & V. Vazquez Laba (Eds.), *Feminismos y poscolonialidad: Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*, (pp.191-214). Buenos Aires, Argentina: Ediciones Godot.
- Mohanty, C. T. (1984). **Under western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses**. *Boundary 2*, 12/13(3/1), 333-358. doi: 10.2307/302821
- Mohanty, C. T. (1991). Cartographies of struggle: Third World women and the politics of feminism. In C. T. Mohanty, A. Russo, & L. Torres (Eds.), *Third World women and the politics of feminism* (pp. 1-47). Bloomington, USA: Indiana University Press.
- Mohanty, C. T. (2003). *Feminism without borders: Decolonizing theory, practicing solidarity*. Durham, USA: Duke University Press.
- Mohanty, C. T. (2008). Women workers and capitalist scripts: Ideologies of domination, common interests, and the politics of solidarity. In A. Bailey & C. J. Cuomo (Eds.), *The feminist philosophy reader* (pp. 379-400). Boston, USA: McGraw-Hill.
- Pan American Airways. (1943). *The wealth of the Other Americas* (Series 17, Collection ASM0341, pp. 1-39). Pan American World Airways, Inc. Records, Special Collections, University of Miami Libraries, Coral Gables, USA.

- Pan American Airways. (1945a). *The flying clippers in the Southern Americas* (Series 17, Subseries 3, Subseries 20, Box 8, Collection ASB0341). Pan American World Airways, Inc. Records, Special Collections, University of Miami Libraries, Coral Gables, USA.
- Pan American Airways. (1945b). *Pan American clipper* (Vol. 1, N. 8, Series 17, Subseries 3, Subseries 91, Box 49, Collection ASB0341). Pan American World Airways, Inc. Records, Special Collections, University of Miami Libraries, Coral Gables, USA.
- Pan American Airways. (1945c). *Ten thousand times around the world* (Box 625, Folder 46, Collection ASB0341). Usher, Donald K. Pan American World Airways, Inc. Records, Special Collections, University of Miami Libraries, Coral Gables, USA.
- Pan American Airways. (1946a). Article in *The Wall Street Journal*. *Pan American Airways, pioneer in foreign field, becomes first carrier certified to fly around world* (Series 4, Subseries 17, Box 1, Collection ASB0341). Pan American World Airways, Inc. Records, Special Collections, University of Miami Libraries, Coral Gables, USA.
- Pan American Airways. (1946b). *Pan American clipper* (Vol. 2, N. 7, Box 82, Folder 10, Collection ASB0341). Pan American World Airways, Inc. Records, Special Collections, University of Miami Libraries, Coral Gables, USA.
- Pan American Airways. (1946c). *Pan American clipper* (Vol. 2, N. 13, Box 82, Folder 10, Collection ASB0341). Pan American World Airways, Inc. Records, Special Collections, University of Miami Libraries, Coral Gables, USA.
- Pan American Airways. (1946d). *A world of neighbors* (Series 17, Subseries 1, Collection ASB0341). Pan American World Airways, Inc. Records, Special Collections, University of Miami Libraries, Coral Gables, USA.
- Pan American Airways. (1952). *It's a Pan American world* (Collection 341, Printed Material Pan Am – Brochures – Others). Miami, USA: Otto Richter Library, University of Miami.
- Pan American Airways. (1957b). *Barbados advocate P.A.A. supplement* (Series 4, Subseries 17, Box 1, Collection ASMO341). Pan American World Airways, Inc. Records, Special Collections, University of Miami Libraries, Coral Gables, USA.
- Pan American Airways. (1958). *A story of people, opportunities, and services* (Series 17, Subseries 1, Subseries 2, Collection ASMO341). Pan American World Airways, Inc. Records, Special Collections, University of Miami Libraries, Coral Gables, USA.
- Pan American Airways. (1961). *Observations on US policy toward Latin America (LAD CUBA)* (Series 17, Subseries 3, Subseries 20, Box 8, Collection ASB0341). Pan American World Airways, Inc. Records, Special Collections, University of Miami Libraries, Coral Gables, USA.
- Pan American Airways. (1996). *Draft of Pan Am's first lady: The diary of Betty Stettinius Trippe* (Series 6, Subseries 3, Box 20, Folder 1 30 9: 50.20. 02, Collection ASMO341). Pan American World Airways, Inc. Records, Special Collections, University of Miami Libraries, Coral Gables, USA.
- Pan American Airways advertisement. (1941). *The good neighbor who calls every day*. Retrieved from library.duke.edu/digitalcollections/adaccess
- Patel, K. K. (2016). *The New Deal: A global history*. Princeton, USA: Princeton University Press.
- Roorda, E. P. (1998). The cult of the airplane among U.S. military men and Dominicans during the U.S. occupation and the Trujillo Regime. In G. M. Joseph, C. LeGrand, & R. D. Salvatore (Eds.), *Close encounters of empire: Writing the cultural history of U.S.-Latin American relations* (pp. 269-310). London, UK, and [North Carolina], USA: Chapel Hill: Duke University Press.
- Salvatore, R. (1998). The enterprise of knowledge: Representational machines of informal empire. In G. M. Joseph, C. LeGrand, & R. D. Salvatore (Eds.), *Close encounters of empire: Writing the cultural history of U.S.-Latin American relations* (pp. 69-104). London, UK, and [North Carolina], Chapel Hill: Duke University Press.
- Schultz, L. (1998). *Beneath the United States: A history of U.S. policy toward Latin America*. Massachusetts, USA: Harvard University Press.
- Suddaby, R. (2016). [Toward a historical consciousness: Following the historic turn in management thought](#). *M@n@gement*, 19(1), 46-60.
- Taylor, S., Bell, E., & Cooke, B. (2009). Business history and the historiographical operation. *Management & Organizational History*, 4(2), 151-166. doi: 10.1177/1744935909102906
- Vaara, E., & Tienari, J. (2011). [On the narrative construction of multinational corporations: An antenarrative analysis of legitimation and resistance in a cross-border merger](#). *Organization Science*, 22(2), 370-390. doi: 10.1287/orsc.1100.0593
- Van Vleck, J. (2013). *Empire of the air: Aviation and the American ascendancy*. Massachusetts, USA: Harvard University Press.
- White, H. (2009). *The content of the form: Narrative discourse and historical representation*. Johns Baltimore, USA: Hopkins University Press.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores declaram que participaram de forma conjunta na revisão final do texto, mas individualmente trabalharam na conceitualização e abordagem teórica-metodológica, bem como na revisão teórica (levantamento de literatura), coleta de dados, bem como na análise de dados e, por fim, redação e revisão final do artigo.

FÓRUM

Submetido 28.06.2019. Aprovado 02.12.2019

Avaliado pelo sistema *double blind review*. Editores científicos convidados: Diego M. Coraiola, Amon Barros, Mairi Maclean e William M. Foster

Versão traduzida

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020210104>

SEQUESTRADO PELA ESPERANÇA: DINÂMICAS DE DESVIO DA MISSÃO E DISSOLUÇÃO DE IDENTIDADE EM UMA ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS

Hijacked by hope: dynamics of mission drift and identity dilution in a nonprofit organization

Secuestrado por la esperanza: Dinámicas de disolución identitaria y desviación de la misión en una organización sin fines de lucro

RESUMO

Este artigo aborda como a identidade e missão organizacionais são construídas e reproduzidas ao longo do tempo por meio de processos de lembrança e esquecimento. Com base na literatura sobre memória organizacional, em uma perspectiva de recurso estratégico, o artigo apresenta os efeitos da história, da memória e do passado que permitiram a resiliência e a sobrevivência organizacional. Enquanto narrativas temporais podem ser aplicadas como ferramentas retóricas para construir a coerência entre passado, presente e futuro, descobrimos que elas também têm o potencial de "derivar" e "sequestrar" a direção organizacional. O presente estudo mostra como um foco excessivo no futuro causa desvio de missão e ambiguidade de identidade. Contudo, a ambiguidade de identidade é resolvida revisitando e lembrando o passado. O passado organizacional não é apenas um recurso estratégico para a construção da identidade, mas uma âncora temporal a partir da qual a organização pode redescobrir seu propósito original. Os resultados são baseados em um estudo de caso qualitativo, aprofundado e etnográfico de uma organização sem fins lucrativos com o objetivo de estabelecer uma rede nacional de hortas em escolas locais.

PALAVRAS-CHAVE | Identidade organizacional, memória coletiva, narrativa histórica, foco temporal, organização sem fins lucrativos.

ABSTRACT

This article addresses how organizational identity and mission are constructed and reproduced over time through processes of remembering and forgetting. Building on literature that views organizational memory as a strategic resource, this paper showcases the enabling effects of history, memory, and the past for organizational resilience and survival. Although temporal narratives may be employed as rhetorical tools to construct coherence between the past, present, and future, we find they also have the potential of sidetracking and hijacking an organization's direction. Our study shows how an excessive focus on the future can cause mission drift and identity dilution. However, the identity dilution can be addressed through revisiting and remembering the past. The organizational past is not merely a strategic resource for identity construction, it is also a temporal anchor from which the organization may rediscover its original purpose. The findings are based on a qualitative, in-depth, ethnographic case study of a nonprofit organization whose goal is to establish a national network of local school gardens.

KEYWORDS | Organizational identity, organizational memory, historical narrative, temporal focus, nonprofit organization

RESUMEN

Este artículo aborda cómo la identidad y la misión organizativa se construyen y se reproducen a lo largo del tiempo a través de procesos de recuerdo y olvido. Con base en la literatura sobre memoria organizacional, a través de una perspectiva de recurso estratégico, el artículo presenta los efectos de la historia, de la memoria y del pasado que permitieron la resiliencia y la supervivencia organizacional. Mientras que las narraciones temporales se pueden aplicar como herramientas retóricas para construir la coherencia entre pasado, presente y futuro, descubrimos que ellas también tienen el potencial de "desviar" y "secuestrar" la dirección organizacional. El presente estudio muestra cómo un enfoque excesivo en el futuro causa desviación de misión y ambigüedad de identidad. Sin embargo, la ambigüedad de identidad se resuelve al revisar y recordar el pasado. El pasado organizacional no es sólo un recurso estratégico para la construcción de la identidad, sino un ancla temporal a partir de la cual la organización puede redescubrir su propósito original. Los resultados se basan en un estudio de caso cualitativo en profundidad y etnográfico de una organización sin fines de lucro con el objetivo de establecer una red nacional de huertos en escuelas locales.

PALABRA CLAVE | Identidad organizacional, memoria organizacional, narrativa histórica, enfoque temporal, organización sin fines de lucro.

SOPHIE MARIE CAPPELEN¹

smc.ioa@cbs.dk

0000-0002-0875-243X

JESPER STRANDGAARD

PEDERSEN¹

js.ioa@cbs.dk

0000-0002-2332-5540

Copenhagen Business School,
Department of Organization,
Frederiksberg, Dinamarca

“It puzzles me sometimes... Why look back at what has been done for more than a hundred years? Why not look forward and say what could be fantastic?”

(Chair and Nonprofit founder)

INTRODUÇÃO

As maneiras como os mecanismos de memória moldam a construção da identidade organizacional ao longo do tempo recentemente passou a ser uma área fundamental de interesse entre autores da área organizacional (por exemplo, Anteby & Molnár, 2012; Foster, Coraiola, Suddaby, Kroezen, & Chandler, 2017; Schultz & Hernes, 2013). Essa corrente de pesquisa enfatizou as bases temporais da construção da identidade em que a experiência vivenciada é mobilizada no presente para projetar a direção futura da organização (Ezzy, 1998). Ao chamar a atenção para a agência temporal das organizações (Emirbayer & Mische, 1998), este artigo destaca a plasticidade da identidade organizacional e como as identidades estão sujeitas a mudanças contínuas (Kreiner, Hollensbe, Sheep, Smith, & Kataria, 2015). Nós nos baseamos em pesquisas anteriores que veem a construção da identidade como um processo de desdobramento em que buscas são realizadas em resposta a eventos, transições e pontos de inflexão (Maclean, Harvey, Gordon, & Shaw, 2015). Resultados anteriores mostram como as organizações direcionam sua atenção para o passado para mobilizar memórias do presente para o futuro (Schultz & Hernes, 2013). Embora essas descobertas indiquem que o foco temporal - o grau em que as organizações tendem a direcionar e focar sua atenção no passado, presente e/ou futuro - importa, o papel que o foco temporal desempenha na construção da identidade permaneceu em grande parte implícito.

Trazendo essa questão para o primeiro plano, esse estudo investiga os mnemônicos da construção da identidade, mostrando como as organizações devem equilibrar a adaptação contínua às mudanças nas condições ambientais ao mesmo tempo em que permanecem fiéis a si mesmas. Achados anteriores mostram como as organizações, consciente ou inconscientemente, selecionam ou omitem elementos históricos específicos de suas narrativas a fim de promover uma determinada identidade e direção rumo ao futuro (por exemplo, Foster, Suddaby, Minkus, & Wiebe, 2011; Hatch & Schultz, 2017; Rowlinson, Casey, Hansen, & Mills, 2014). Portanto, a memória organizacional pode não apenas facilitar a mudança, mas também criar um senso de continuidade da identidade (Anteby & Molnár, 2012). Partindo dessa visão, argumentamos que a capacidade de uma organização de alavancar e empregar tais memórias depende de sua capacidade de mudar continuamente o foco temporal.

Enfatizando a dimensão temporal da identidade organizacional, fazemos a seguinte pergunta: *Como o foco temporal molda os processos de construção da identidade organizacional?*

Para responder a essa pergunta, nos baseamos em um estudo de caso qualitativo de uma organização sem fins lucrativos. Mostramos como uma série de incidentes e ações resultam na perda de memória organizacional e no desenvolvimento de um enfoque temporal unilateral no futuro. Esse processo é impulsionado por uma preocupação exagerada com o desenvolvimento para concretizar um “futuro esperado”, o que, por sua vez, tem consequências para a identidade organizacional. Argumentamos que o esquecimento organizacional pode levar à produção de narrativas de identidade fracamente acopladas que sequestram e deslocam a identidade e missão organizacional original. A alta rotatividade de funcionários e as pressões de benfeitores externos, dos quais a organização depende financeiramente para continuar operando, alimentam ainda mais esse processo. Consequentemente, essas condições precárias induzem um foco excessivo em projetos orientados para o futuro e uma menor atenção às operações passadas e presentes. Por estar excessivamente preocupada em agradar os *stakeholders* externos, a organização gera um vácuo da identidade por meio do qual uma narrativa organizacional recém-construída se torna uma ferramenta de remendo para construir coerência entre projetos novos e projetos em andamento. No entanto, nosso estudo também mostra que as narrativas de identidade podem ser reequilibradas quando os esforços são direcionados a revisitar e lembrar o passado. Nossos achados expandem e contribuem para a abordagem social construtivista da memória, que atualmente se concentra principalmente nos processos intraorganizacionais (Mena, Rintamäki, Fleming, & Spicer, 2016). As discussões anteriores sobre o esquecimento coletivo eram focadas em um amplo número de questões, tanto positivas quanto negativas, em relação à identidade organizacional (Easterby-Smith & Lyles, 2011). Embora reconheçamos que o esquecimento pode encorajar a manutenção e estabilidade da identidade (Anteby & Molnár, 2012), argumentamos que a perda de memória organizacional também pode levar ao desvio da missão organizacional e diluição da identidade. O conceito de “diluição” origina-se dos estudos da teoria do Direito sobre marcas, a qual “tal como concebida originalmente, referia-se ao dano que ocorre quando uma marca famosa e distinta perde seu sentido singular” (Dogan, 2006, p. 103). Frank Schechter, que cunhou o termo em 1927 (Bone, 2007), definiu diluição como “o apagamento gradual ou dispersão da identidade e controlar a opinião pública sobre a marca ou nome pelo seu uso em bens não concorrentes” (Schechter, 1927, recuperado de Dogan, 2006, p. 103).

Narrativas de identidade temporal

A interação entre temporalidade organizacional e identidade é um campo de crescente interesse acadêmico. Esse campo de pesquisa examina como as organizações se envolvem com seu passado, presente e futuro como uma forma de construir sua identidade (por exemplo, Foster et al., 2011; Hatch & Schultz, 2017; Schultz & Hernes, 2013). Apesar de seu caráter de permanência e resistência (Albert & Whetten, 1985), a identidade gradualmente emergiu como um conceito dinâmico. Como as narrativas de identidade descrevem um tempo vivido e contínuo, elas estão “em andamento e inacabadas, sendo continuamente feitas e refeitas à medida que os episódios acontecem” (Ezzy, 1998, p. 247). À medida que as organizações se valem da experiência vivenciada no presente para projetar sua identidade no futuro, a identidade organizacional pode, portanto, ser considerada um processo de construção e mudança contínua (Kreiner et al., 2015).

Estudos anteriores já observaram como os atores organizacionais se envolvem no trabalho temporal ao mobilizar memórias organizacionais para orientar a construção contínua de identidades no presente e no futuro (Cappelen & Strandgaard Pedersen, 2020; Maclean, Harvey, Sillince, & Golant, 2018; Schultz & Hernes, 2013). Definimos memória organizacional como uma forma de memória coletiva, consistindo em artefatos mentais e estruturais embutidos e distribuídos em diferentes níveis e estruturas dentro e além da organização (Walsh & Ungson, 1991). Essa compreensão da memória coletiva pressupõe que a memória de grupo existe e vive além da lembrança individual. As memórias não são vistas como um repositório de experiências passadas, mas sim como imagens que são ativadas em contextos sociais específicos (Halbwachs, 1992). Portanto, a memória organizacional está intimamente ligada à identidade organizacional uma vez que os grupos se constituem no processo de lembrança quando o passado é refeito para fins coletivos atuais (Olick & Robbins, 1998).

O ato de atribuir significado particular no presente a eventos passados foi conceituado como “lembrança organizacional” e é definido como “o processo pelo qual os atores usam a retórica e a história para construir socialmente a adesão a uma organização” (Suddaby et al., 2016, p. 298). Usando ferramentas retóricas e narrativas discursivas, os atores organizacionais criam valores compartilhados com base na memória compartilhada, a fim de construir uma identidade comum ancorada em um passado comum socialmente construído. Nessas tentativas de uso do passado, as organizações empregam traços mnemônicos e narrativas como matéria-prima a partir da qual a identidade é posteriormente montada. Para isso, os atores contam com tecnologias mnemônicas, tais como símbolos como formas de

memória material e narrativas compartilhadas, para enquadrar e substanciar o que é lembrado coletivamente (Lippmann & Aldrich, 2016; Schultz & Hernes, 2013). Portanto, a forma como as organizações se identificam está “íntima e intrincadamente conectada com as histórias que adotaram a respeito do caminho que percorreram até o presente” (Heisler, 2008, p. 15) e para onde se imaginam caminhando no futuro.

Trabalho de memória organizacional

Embora em um estado de fluxo, as identidades organizacionais podem se apresentar estáveis (Anteby & Molnár, 2012). Os gerentes podem interferir na *memória organizacional* ao omitir repetidamente elementos contraditórios da narrativa organizacional preferida, como Anteby e Molnár (2012) retrataram em seu estudo de uma empresa aeroespacial francesa. Por meio do uso estratégico de narrativas históricas, as organizações também podem construir demarcações entre o passado e o presente para promover a mudança de identidade. Ybema (2010) argumentou que os atores organizacionais podem alterar a identidade organizacional ao se envolverem em conversas *descontínuas* temporalmente. No caso de um jornal nacional holandês, os atores organizacionais possibilitaram a mudança da identidade ao construir fortes contrastes entre o antigo e o novo por meio de narrativas e histórias organizacionais. Esses exemplos ilustram como o uso intencional de narrativas e recursos discursivos desempenha um papel importante na formação e mudança da identidade. Por meio da repetição, as narrativas temporais ganham destaque ao longo do tempo, contribuindo para a estabilidade da identidade organizacional e dos significados que os indivíduos compartilham em relação ao passado organizacional (Dailey & Browning, 2014). Em seu estudo sobre uma transição organizacional na Procter & Gamble, Maclean et al. (2018) verificaram que a retórica e a narrativa organizacional eram usadas tanto como uma âncora ou pedra de toque do passado quanto como uma ferramenta para preparar a organização para mudanças futuras. Desse modo, as narrativas são tanto geradoras quanto performativas (Maclean et al., 2015), pois as histórias (re)contadas e lembradas fornecem às organizações roteiros de ação para o futuro (Bluedorn, 2002).

Enquanto as discussões sobre memória organizacional tendem a enfatizar a lembrança, o *esquecimento organizacional* é um aspecto igualmente importante da memória. O conceito denota a inexistência de uma versão compartilhada do passado, que surge em decorrência da “ausência de memória institucionalizada” (Fine, 2012, p. 59). Embora algum esquecimento organizacional ocorra

como resultado da alta rotatividade de funcionários (Easterby-Smith & Lyles, 2011) ou processos inconscientes de inércia ao longo do tempo (Walsh & Ungson, 1991), o esquecimento coletivo também pode resultar do "esquecimento do trabalho" de forma deliberada, ativa e instrumental" (Mena et al., 2016). Como o esquecimento depende do contexto, suas consequências podem ser tanto positivas quanto negativas (Holan & Phillips, 2004). Os estudos que ilustram os resultados organizacionais *positivos* do esquecimento postulam que o esquecimento fortalece a capacidade da organização de promover disrupção e inovar, promove mudança e renovação e reduz a perda de moral após o fracasso (Wilkins & Bristow, 1987). Outros estudos sugerem que o esquecimento seletivo também pode ajudar na manutenção da identidade (Anteby & Molnár, 2012; Ybema, 2010) ou permitir que as organizações se distanciem de um passado que é considerado ilegítimo no presente (Booth, Clark, Delahaye, Procter, & Rowlinson, 2007). Outros estudos mostram como o esquecimento induz as comunidades mnemônicas a se tornarem mais atentas às mudanças ambientais e, portanto, mais aptas a se desenvolver e se ajustar de acordo com o ambiente em constante mudança (Blaschke & Schoeneborn, 2006). Mudando o foco para as consequências *negativas* do esquecimento, esses estudos geralmente giram em torno de questões relacionadas ao conhecimento organizacional e aprendizagem (por exemplo, Madsen, 2009) (ou a falta dele) (por exemplo, Brunsson, 2009; Holan & Phillips, 2004) e perda ou silenciamento da identidade (por exemplo, Albert & Whetten, 1985; Maclean, Harvey, & Stringfellow, 2017). Portanto, para evitar a perda de memória, as organizações devem se esforçar para manter "um vínculo contínuo com seus 'veteranos' para garantir adequada aquisição de memória e processos de recuperação controlados" (Walsh & Ungson, 1991, p. 78).

Agência temporal e foco na construção da identidade

A noção de identidade como sendo processual, por meio da qual as memórias da experiência vivenciada são continuamente integradas à narrativa de identidade, pressupõe que as organizações recorrem a memórias passadas e imaginários futuros para construir e visualizar sua identidade. Isso implica um nível de agência na maneira como as organizações constroem e fazem uso do passado e do futuro imaginado em sua contínua construção de identidade. Emirbayer e Mische (1998) cunharam a frase "a tríade cordial" para descrever as modalidades temporais de passado, presente e futuro, que são

concepções temporais vistas como emaranhadas (Reinecke & Ansari, 2016). Enquanto as concepções temporais denotam as propriedades que as organizações atribuem ao tempo (ou seja, passado-presente-futuro), as orientações temporais referem-se ao *valor* que é dado ao tempo (Kunisch, Bartunek, Mueller, & Huy, 2017). As orientações temporais são distintas, mas ainda assim relacionadas ao foco temporal, que se refere ao grau em que as organizações tendem a direcionar e focar sua atenção no passado, presente ou futuro (ou uma combinação desses). Organizações com orientação e foco temporal no passado tendem a atribuir maior valor e prioridade a eventos passados (Clark & Collins, 1993), enquanto orientação e foco no futuro enfatizam e valorizam o que está por vir (Bluedorn, 2002; Maclean et al., 2018). De igual modo, as organizações com foco dominante no presente priorizam o aqui e agora em suas ações e correm o risco de se tornarem vítimas do curto prazo (Marginson & McAulay, 2008).

Embora poucos estudos discutam explicitamente como o foco temporal molda a identidade organizacional, algumas pesquisas discutiram como o foco temporal influencia a estratégia (Kunisch et al., 2017). Alguns autores argumentam que as organizações que possuem foco temporal no passado tendem a ser menos adaptáveis e mais avessas a novas experiências. Essas organizações têm menos probabilidade de iniciar mudanças estratégicas ou introduzir novos produtos do que aquelas caracterizadas por foco temporal mais forte no presente ou no futuro (Nadkarni & Chen, 2014). Outros autores constataram que o foco temporal no presente influencia as organizações a enfatizar metas imediatas, adjacentes e de curto prazo (Marginson & McAulay, 2008), enquanto o foco temporal no passado pode melhorar o aprendizado organizacional e a tomada de decisão (Shipp, Edwards, & Lambert, 2009). Argumentamos que o foco temporal é fundamental para a construção da identidade organizacional. No entanto, ele foi amplamente negligenciado em pesquisas anteriores. Enquanto estudos anteriores mostram como as organizações mobilizam memórias e visões para construir suas identidades (Schultz & Hernes, 2013), *a maneira pela qual elas se deslocam entre os focos temporais* nesse processo permaneceu em grande parte implícita (Corley & Gioia, 2004). Trazemos esse mecanismo para o primeiro plano, mostrando como um foco temporal desequilibrado no futuro pode levar à diluição da identidade. Argumentamos que a diluição da identidade resulta de uma falha em integrar continuamente a experiência vivenciada (isto é, memória organizacional) na narrativa da identidade temporal. Finalmente, demonstramos como uma mudança contínua no foco temporal (entre o passado, o presente e o futuro) permite que as organizações restaurem o equilíbrio identitário.

O ESTUDO

Contexto do ambiente de pesquisa

Para esse estudo, conduzimos um estudo de caso empírico em uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é estabelecer uma rede nacional de hortas escolares de culinária. A horta escolar é promovida como uma “sala de aula alternativa” e tem demonstrado fortalecer competências alimentares e sociais, saúde e consciência ambiental das crianças (Wistoft, 2013). Como tal, a organização tem o potencial de formar crianças com mais conhecimento sobre alimentos e comunidades locais sustentáveis por meio de seu conceito educacional. A organização opera em um contexto no qual as organizações sem fins lucrativos têm desempenhado um papel social substancial desde que a “liberdade de associação” passou a fazer parte da constituição democrática dinamarquesa em 1848 (Henriksen, Strømsnes, & Svedberg, 2018). Após o avanço do estado de bem-estar social após a Segunda Guerra Mundial, caracterizado por disposições sociais financiadas por impostos e uma redistribuição da renda baseada em impostos progressivos, as organizações sem fins lucrativos dinamarquesas começaram gradualmente a assumir seu papel como organizações de interesse (Henriksen & Bundesen, 2004). Como o modelo de bem-estar social foi pressionado no final da década de 1980, o governo passou a depender cada vez mais do setor sem fins lucrativos para fornecer serviços de bem-estar suplementares. Nas políticas desenvolvidas em meados da década de 1990, foi recomendado que as organizações sem fins lucrativos deveriam aliviar a pressão crescente sobre o bem-estar público, agindo “como empreendedores para enfrentar os problemas sociais emergentes” (Henriksen et al., 2018, p. 17). Embora o setor sem fins lucrativos tenha ganhado destaque, os recursos públicos para financiar suas operações têm diminuído lentamente. Para preencher essa lacuna, as fundações industriais privadas assumiram um papel de destaque na garantia de operação contínua de organizações sem fins lucrativos dinamarquesas. Em 2017, as fundações industriais doaram mais de € 2,3 bilhões (DKK 17,25 bilhões) ao setor (Kraft & Partners, 2019). Essa mudança também significou uma reorganização do setor sem fins lucrativos, o qual é caracterizado por organizações baseadas em projetos e esquemas de financiamento de curto prazo.

Coleta e análise de dados

Os resultados são baseados em um estudo de caso aprofundado realizado durante 2016–2019. Os dados provem de várias fontes incluindo dados de arquivo (documentos organizacionais,

páginas da web, relatórios, etc.) e materiais divulgados em mídias públicas (recortes de notícias, etc.). Além disso, os participantes foram observados amplamente no local (reuniões, eventos de horta escolar, seminários, etc.). Os resultados desse estudo são em grande parte extraídos de dados observacionais (150 horas) coletados ao longo de três anos. Nesse período, organizamos e realizamos um total de dezoito workshops, de aproximadamente quatro horas cada, em colaboração com membros da equipe de gestão da organização sem fins lucrativos. Essas reuniões tinham uma dupla função: primeiro, adquirir conhecimentos sobre a organização e seus antecedentes, contexto e desenvolvimentos; e, posteriormente, gerar dados específicos sobre como os membros da organização veem coletivamente a missão, visão, estratégia, identidade, cultura e imagem organizacional (Hatch & Schultz, 2002). Ao considerarmos que a construção da identidade ocorre por meio do diálogo, da linguagem e das narrativas, as oficinas também representaram uma oportunidade para observar e notar como as memórias e os imaginários organizacionais foram colocados em jogo no contexto de grupo (Olick, 1999). As oficinas possibilitaram o acesso regular às organizações, o que nos permitiu acompanhar de perto o desenvolvimento contínuo da narrativa da identidade organizacional. As oficinas também forneceram oportunidades para capturar fotos e fazer anotações extensas.

Para complementar nosso material de observação, um total de vinte e cinco entrevistas foram realizadas. Sete entrevistas foram realizadas com a organização principal (uma entrevista foi realizada com o fundador da organização e atual presidente do conselho e seis entrevistas foram realizadas com membros da secretaria da organização e equipes de gestão). Além disso, treze hortas escolares locais foram visitadas e durante as visitas foram realizadas entrevistas com representantes de hortas escolares locais. Essas entrevistas foram realizadas individualmente ou em grupo e duraram entre uma e duas horas. Durante as entrevistas, buscamos estimular a lembrança e o compartilhamento de “memórias de lampejo” (Brown & Kulik, 1977): memórias que surgem após um acontecimento surpreendente ou resultante que as pessoas percebem como decisivo. Também investigamos estruturas de memória mais estáveis, baseadas em narrativas organizacionais predominantes (Boje, 2008). Ao questionar a memória de nossos informantes, consideramos com cautela a dependência que tais lembranças tem de pistas, já que a capacidade de lembrar é “obviamente altamente dependente de uma série de fatores contextuais, fatores esses que estão sempre em fluxo” (Olick, 1999, p. 340). Para limitar os efeitos da dependência de pistas, as perguntas foram feitas de forma e maneira aberta para evitar o direcionamento do processo de

rememoração para corresponder às nossas ideias preconcebidas de eventos organizacionais decisivos. Por fim, cinco entrevistas foram realizadas com representantes de cinco fundações que operam em diferentes setores para subsidiar o contexto organizacional das organizações sem fins lucrativos. O Quadro 1 apresenta uma visão geral dos dados.

Quadro 1. Visão geral dos dados

Tipo de dados coletados	Especificação	Uso de dados
Observações: aproximadamente 150 h.	Oficinas e reuniões: 80 h. Eventos de networking sobre hortas escolares: 30 h. Visitas à horta escolar: 43 h.	Forneceram-nos pistas narrativas, pois fomos capazes de observar mudanças na identidade e missão ao longo do tempo.
Entrevistas: 20	Equipe de gestão organizacional: 6 entrevistas realizadas pessoalmente; anotações feitas. Duração: 1–2 h. Fundador da organização e presidente do conselho: 1 entrevista realizada pessoalmente; anotações feitas. Duração: 1-2 h. Representantes da horta escolar: 13 entrevistas realizadas pessoalmente; anotações feitas. Duração: 1-2 h. Fundações: 5 entrevistas presenciais; anotações feitas. Duração 30 min. -1 h. 15 min.	Os depoimentos dos entrevistados foram usados para identificar memórias e narrativas organizacionais. Eles nos permitiram entender melhor como os atores entendiam o passado, o presente e o futuro da organização.
Exemplos de documentos organizacionais	Candidaturas de projetos: 227 pp. Candidaturas de projetos: 212 pp. Propostas de estratégia organizacional: 6 p. Estatutos e descrição da organização: 63 p. Manuais de horta escolar: 90 pp. Comunicados à imprensa: 16 pp. Correspondência de e-mail com membros da organização Material da página da Web com descrições da visão organizacional, missão, conceito educacional etc.	As candidaturas e avaliações de projetos nos permitiram entender melhor como o foco temporal se desenvolveu ao longo do tempo. Nós consideramos o número de candidaturas e seu conteúdo. Estatutos organizacionais, descrições e propostas de estratégia nos permitiram entender melhor a mudança organizacional da missão organizacional e mudanças no foco temporal e identidade ao longo do tempo. A correspondência por e-mail realizada entre as observações nos permitiu sondar os membros da organização sobre temas emergentes em nossos dados. O material público (ou seja, comunicados à imprensa e material da página da web) forneceu descrições da missão organizacional, visão e auto-apresentação no domínio público para complementar as narrativas coletadas por meio de observações e entrevistas.
Material de mídias	Recortes de imprensa contendo entrevistas e retratos da organização de 2003 a 2019, principalmente de fontes nacionais.	Descrevem a visão do público externo sobre a organização e são usados para entender o contexto histórico e o contexto político e socioeconômico atual.
Exemplos de material fotográfico	Fotos auto capturadas durante as observações.	Manifestações físico-materiais documentadas das atividades durante reuniões e eventos.

Todas as entrevistas foram transcritas e enviadas aos entrevistados para controle de qualidade e validação. Após a validação, cada um dos autores do estudo codificou as transcrições separadamente no NVivo antes de comparar e discutir suas interpretações e códigos. Todos os dados foram compilados em uma linha do tempo linear que estabeleceu o ponto de partida de um processo final de codificação. Codificamos para pistas narrativas que apresentavam expressões da identidade, o que nos permitiu ver uma mudança no foco temporal ao longo do tempo.

Achados

Na seção seguinte, apresentamos nossos achados como uma sequência linear de eventos para dar conta de suas contingências (Sewell, 2005). Argumentamos que uma mudança gradual no foco temporal, por meio da qual a organização direciona cada vez mais sua atenção para o futuro, está ligada ao esquecimento organizacional e à diluição de identidade. Trazemos esse mecanismo para o primeiro plano, descrevendo uma série de eventos, transições e pontos de inflexão que instigaram essas mudanças. Mostramos como a diluição da identidade resulta de uma falha em continuamente integrar a experiência vivenciada na narrativa da identidade temporal; em seguida, demonstramos como uma mudança contínua no foco temporal permite um restabelecimento do equilíbrio identitário.

Introdução: os primeiros anos

A organização sem fins lucrativos estudada foi inaugurada em 2006 como uma filial de um fornecedor comercial de kits de refeição orgânica. A organização recém-formada começou com o objetivo explícito de fortalecer o conhecimento das crianças sobre cultura alimentar, saúde e sustentabilidade, estabelecendo o que eles definiram como a “melhor sala de aula do mundo” (Manual Organizacional Interno, 2011). A organização sem fins lucrativos desenvolveu um conceito educacional baseado em oito módulos teóricos e práticos com três áreas de foco: jardinagem escolar, natureza e culinária ao ar livre (Manual Organizacional Interno, 2011). No início de sua operação, a organização estabeleceu uma colaboração contínua com o município local, o que ajudou a financiar as visitas regulares às escolas locais (quarto e quinto ano). Além disso, as doações de duas fundações ajudaram a financiar as operações iniciais. A organização sem fins lucrativos era

administrada de forma *ad-hoc* e informal, administrada pelo fundador, um gerente e alguns instrutores de jardinagem trabalhando em meio período e voluntários (Ejlertsen, 2019).

Como o conceito de hortas escolares foi bem-sucedido (Wistoft, 2013), entusiastas de jardinagem de municípios de todo o país logo entraram em contato com a organização para pedir ajuda para criar suas próprias hortas escolares locais. Para acomodar o interesse crescente, a organização solicitou financiamento de uma das maiores fundações da Dinamarca para iniciar uma disseminação nacional do conceito educacional em 2013 (Candidatura para financiamento, 2013). Em seu esforço para atrair suporte financeiro, a organização sem fins lucrativos enfatizou veementemente sua conexão com sua amplamente reconhecida empresa-mãe em sua candidatura para financiamento. Por meio de repetidas menções à empresa-mãe (16 vezes), a identidade da organização sem fins lucrativos permaneceu estreitamente narrada e conectada à de seu fundador. Enfatizando a relação sinérgica entre as duas organizações, a candidatura demonstra como a empresa-mãe representa uma parte indispensável do passado da organização sem fins lucrativos:

[A organização sem fins lucrativos] tem como base os mesmos fundamentos que [a empresa-mãe], o que tornou possível desenvolver o que agora constitui o conceito básico de [OSFL]. Existem persianas econômicas à prova d'água entre as duas organizações, mas ambas as organizações ganham por compartilhar o mesmo local. (Candidatura para financiamento, 2013, p.4)

Depois de obter o subsídio (€ 1,3 milhões) para a qual se candidataram, a organização sem fins lucrativos estava pronta para embarcar no projeto iminente de implementação de hortas escolares em todo o país. No entanto, depois de receber o subsídio, o gerente da horta escolar saiu para buscar outras oportunidades, deixando a organização quase vazia.

Na verdade, o escritório ficou completamente vazio por 4 a 5 meses, enquanto eu, como presidente estava pensando: 'Uau!' Naquela época, tínhamos acabado de receber 10 milhões de coroas norueguesas [1,3 milhão de euros] [da fundação] que eram incertos. E tipo, o que eu faço? Com quem eu faço isso? (Entrevista do presidente, 2017)

Para dar início à tarefa de implantar hortas escolares em todo o país, foi contratado um novo conjunto de funcionários em tempo integral: um gerente, um desenvolvedor de comunicações e dois instrutores de hortas escolares que se encarregaram de ensinar e desenvolver o conceito educacional. No entanto, os novos funcionários enfrentaram o desafio de construir alguns sistemas organizacionais básicos e rotinas para a organização nascente. A base informal em que a organização era administrada anteriormente deixava poucos traços mnemônicos (como documentos e procedimentos estabelecidos) para orientar os funcionários em sua narrativa de tarefa e identidade.

Percebi muito rápido que faltavam alguns sistemas básicos. E mesmo que não fosse minha especialidade nem nada, decidi me focar nisso, e foi a primeira coisa que fiz. E tentei construir isso. (Entrevista com um membro da equipe de gestão, 2017)

Com exceção do presidente do conselho de administração, que era um empreendedor serial com uma quantidade inesgotável de novas ideias, a rotatividade da organização fez com que não houvesse quem transmitisse a memória organizacional aos novos funcionários. Portanto, com a candidatura para subsídio como modelo, os funcionários recém-contratados começaram a construir uma nova narrativa da identidade organizacional, olhando para o futuro e dando sentido às promessas feitas nas candidaturas de projetos.

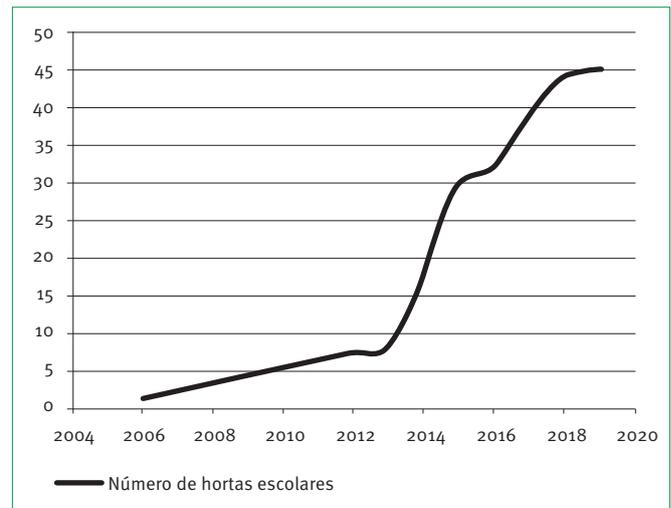
Desenvolvimento: Crescimento em escala e escopo

A mudança gradual no foco temporal se manifestou na expansão organizacional que se seguiu à obtenção do subsídio em 2013. Entre 2014 e 2016, o número de hortas escolares em todo o país cresceu de 7 para cerca de 30 (ver Figura 1). Esse crescimento coincidiu com a implementação de uma reforma escolar nacional em 2013, que, entre outras coisas, exigiu um maior foco nas ciências naturais, atividade física e horários escolares mais longos, mas mais flexíveis, tornando as hortas escolares uma excelente ferramenta para atender às novas demandas governamentais (Olsen & Trier, 2013).

Além de aumentar o número de hortas escolares em todo o país, a organização sem fins lucrativos também desenvolveu uma série de novos projetos. Em vez de permanecer dentro dos limites da educação alimentar, a organização procurou explorar o interesse generalizado da sociedade em agendas sustentáveis e o número crescente de iniciativas verdes, expandindo a missão da organização:

Precisamos nos abrir para outras áreas relevantes. Não há o suficiente no campo educacional. (Entrevista com um membro da equipe de gestão, 2017)

Figura 1. Número total de hortas escolares



Se aproveitando da atenção recebida, a organização sem fins lucrativos gradualmente se viu em um ciclo de redação de candidaturas para financiar novas iniciativas, desenvolvendo novos conceitos e procedimentos, enquanto também tentava expandir o número de hortas escolares. A decisão de expandir a missão da organização a levou a se aventurar em outras áreas, tentando adaptar o conceito original de horta escolar para caber em outros contextos (por exemplo, habitação social). Esse desenvolvimento foi impulsionado ainda mais pelo modelo financeiro da organização sem fins lucrativos, que dependia de doações externas e tornava a organização vulnerável às demandas e expectativas de seus benfeitores. Como o financiamento das fundações é alocado principalmente para novas iniciativas, ao invés de manter as operações existentes, a organização sem fins lucrativos enfrentou um problema: para se manter em atividade, promessas de novas entregas tinham que ser feitas. Para manter a legitimidade e um relacionamento favorável com financiadores em potencial, a organização tomou decisões com base em suas esperanças de futuro, moldando a direção da organização de maneiras não intencionais:

Estou muito feliz que abrimos [para novas áreas], mas provavelmente não teríamos, se não fosse ... se não fosse a única maneira pela qual a fundação e outros nos apoiariam financeiramente novamente. (Entrevista com o presidente, 2017)

Para lidar com a pressão contínua para obter novos financiamentos, a organização continuou a gerar novas ideias sobre como adaptar o conceito de horta escolar a outros ambientes. Uma dessas iniciativas foi desenvolver um livro de receitas para crianças com receitas inspiradoras que permitiriam às crianças expandir sua curiosidade culinária, conhecimento e habilidades em casa com suas famílias. Em 2015, 170.000 exemplares foram publicados e distribuídos gratuitamente, graças a uma doação adicional da fundação patrocinadora (€ 0,7 milhões / DKK 5,1 milhões). Para apoiar ainda mais essa iniciativa, a organização sem fins lucrativos inaugurou clubes de culinária infantil em todo o país. Outro projeto desenvolvido pela organização foi uma iniciativa que visava melhorar a qualidade de vida em comunidades de habitação social por meio da jardinagem social. Além disso, a organização sem fins lucrativos se comprometeu a criar uma plataforma digital de aprendizagem, um festival anual de comida, desenvolver cinco novos projetos-piloto e realizar um ciclo anual de atividades durante todo o ano (seminários, dias temáticos, etc.). Programas para estender o conceito de horta escolar a outras faixas etárias (por exemplo, jardins de infância, adolescentes e idosos aposentados) e a grupos vulneráveis (por exemplo, refugiados e pessoas com várias deficiências) também foram considerados como projetos em potencial. Um membro da organização explica:

Você não acreditaria em todas as coisas que já passamos. Temos visto de tudo, desde a conversão orgânica de municípios. [...] É louco! (Entrevista com um membro da equipe de gestão, 2017)

Sequestrado por um futuro imaginado

Tendo tentado separar sua narrativa da identidade daquela de seu fundador, a organização sem fins lucrativos tornou-se cada vez mais focada em seu potencial futuro ao invés de focar em suas realizações passadas. Depois de controlar sua identidade como uma organização sem fins lucrativos e silenciar seu passado, quase nenhuma referência foi feita à organização-mãe nas candidaturas de projetos enviadas após 2015. Em vez disso, a identidade da organização sem fins lucrativos tornou-se cada vez mais definida e subsidiada por seus projetos em andamento e aspirações futuras, as quais foram incentivadas e legitimadas por fundações de financiamento que preferiam que as menções explícitas ao passado da organização sem fins lucrativos fossem reduzidas ao mínimo (correspondência por e-mail, 2017). As conversas durante as reuniões e workshops demonstraram ainda mais como os membros da organização cada vez mais consideravam que sua tarefa principal era desenvolver novos

projetos e não manter os empreendimentos anteriores. Nessas discussões, os membros da organização pareciam concordar que a missão original havia se tornado redundante, pois não abarcava a ampla gama de novas atividades e ambições organizacionais. Embora a missão tenha sido considerada “*muito limitada*” e “*sem foco*” (notas de campo, 2017), a administração teve dificuldade em articular as reivindicações da identidade atuais da organização. Quando questionados sobre as diferentes funções da organização, a maioria dos funcionários descreveu suas funções como principalmente relacionadas ao “*desenvolvimento*”, ao mesmo tempo em que descrevem a organização como “*uma desenvolvedora de ideias*” (notas de campo, 2017). Essas noções formaram a base para a identidade organizacional emergente, que foi guiada por novas candidaturas de projeto, temporalmente localizadas no futuro, e quase completamente desligadas do passado.

O foco temporal no futuro da nova narrativa da identidade emergente refletiu-se ainda mais em como e quais tarefas a organização sem fins lucrativos realizava e priorizava. Consequentemente, inúmeras horas de trabalho e esforços foram dedicados à busca e identificação de novas possibilidades de financiamento e, subsequentemente, a elaboração de candidaturas de projetos para financiar potenciais iniciativas futuras. A busca contínua por novas ideias de projetos resultou em uma cultura que comparou “novo” a “bom” em detrimento das tarefas contínuas:

[As pessoas] realmente se animaram e falaram sobre todo esse 'desenvolvimento' e outras ideias que também podiam ser seguidas. E isso ... isso foi ... Dá para falar que o que acontece é que isso se infiltra na organização. É como se o que estou fazendo não fosse tão importante. Nem há ninguém que defina uma direção e a enquadre. E então é realmente difícil priorizá-la. (Entrevista com um membro da equipe de gestão, 2017)

A crescente atenção dada a novos projetos gradualmente mudou a perspectiva temporal da organização sem fins lucrativos para um futuro imaginado, à medida que as tarefas relacionadas ao desenvolvimento ganharam “*destaque em termos de valor e prestígio*” (correspondência por e-mail) entre os funcionários. Enquanto a gama de projetos se expandia e mais esforços eram investidos no desenvolvimento de novos projetos e candidaturas de financiamento, as operações em andamento foram gradualmente negligenciadas. Intensificado por uma cultura organizacional que celebrava a inovação e o desenvolvimento,

as tarefas mundanas e as atividades no presente tinham menos prioridade. À medida que a organização se tornou cada vez mais voltada para o futuro, a narrativa da identidade que anteriormente subsidiava a missão e a identidade da organização sem fins lucrativos ficou em segundo plano:

Às vezes isso me intriga... Por que olhar para trás, para o que foi feito por mais de cem anos? Por que não olhar para frente e dizer: o que poderia ser fantástico? Então, quando as pessoas perguntam: 'De onde você tira todas essas ideias?' Eu digo: 'Nós olhamos para frente! Com o que sonhamos?' (Entrevista do presidente, 2017)

À medida que a organização foi sendo gradualmente definida pelo seu potencial futuro, novos projetos começaram a constituir novos marcadores da identidade organizacional. A transferência do conceito de horta escolar para outros contextos revelou-se muito mais problemática do que era inicialmente esperado, pois foi desafiador adquirir conhecimento suficiente para transferir e adaptar o conceito a outras áreas. Embora a organização tenha descrito sua cultura como sendo caracterizada por “*muita energia*” e “*funcionários dedicados*”, seu foco no desenvolvimento de novos projetos havia desviado a organização de sua missão original. À medida que a identidade da organização sem fins lucrativos se diluía e um vácuo da identidade emergia, uma nova narrativa da identidade era necessária para criar coerência e dar sentido a todos os projetos divergentes que estavam em desenvolvimento:

(...) é necessário um fio condutor claro em todas as nossas iniciativas. Mesmo você achando que pode estar um pouco mais longe do núcleo, é necessária uma linha comum clara. (Entrevista com um membro da equipe de gestão, 2017)

A nova narrativa da identidade emergente era uma história sobre uma organização em que o “desenvolvimento” era o coração de sua identidade. Essa mudança na autopercepção levou à diluição da identidade, onde a missão original da organização foi sequestrada por seu futuro imaginado.

Lidando com a diluição da identidade e desvio da missão

Com o tempo, uma nova consciência foi emergindo entre os funcionários, a de que a organização sem fins lucrativos havia

se desviado de seu caminho original, o que resultou em confusão sobre a identidade e a direção estratégica da organização. Um funcionário se lembra de ter pensado o seguinte:

Há algo errado aqui. Ninguém se atreveu a dizer que havia algo de errado na maneira como nos organizamos [como organização] e isso nunca foi mencionado. (Entrevista com um membro da equipe de gestão, 2017)

A incerteza quanto ao propósito e missão da organização fez emergir questões da identidade: Ainda somos uma organização de hortas escolares e, se não, o que somos? Estava em jogo a identidade e a memória da organização sobre “quem somos e de onde viemos”.

O que percebi foi que ninguém tinha uma visão geral sobre o que estava acontecendo. Simplesmente não tinha quando eu cheguei. (Entrevista com um membro da equipe de gestão, 2017)

A crescente frustração com a identidade entre os membros de organizações sem fins lucrativos atingiu seu auge no início do verão de 2017. Os esforços para lidar com a crescente insatisfação resultaram em duas demissões, uma transição gerencial e mudanças na equipe da alta administração. Um novo gerente principal, que anteriormente supervisionava o contato com as hortas da escola local, foi recrutado internamente. A transição significou uma mudança no estilo de gestão e um foco estrito nas tarefas principais. Como resultado, onze projetos antecipados ficaram presos em um “*limbo de desenvolvimento*” (correspondência por e-mail).

Antes a equipe de desenvolvimento era a coisa mais importante do mundo, agora somos uma função de apoio. (Entrevista com um membro da equipe de gestão, 2017)

Assim, a mudança implicou em um tipo de abordagem de volta ao básico, no sentido de que a organização sem fins lucrativos se redescobriu como uma organização de horta escolar, realinhando assim sua identidade e foco temporal.

Acho que estamos no caminho certo agora. Estamos realmente focados no negócio principal, que é a parte de horta escolar. (Entrevista com um membro da equipe de gestão, 2017)

Como resultado desse realinhamento, a organização sem fins lucrativos também tomou conhecimento de seus ativos de memória interna, reconhecendo como seus membros mais duradouros eram o verdadeiro fio condutor e portadores da identidade na organização. Por meio de uma série de reuniões, a organização passou a revisitar seu passado relativamente curto em busca de sua identidade. Ao examinar seu passado, a organização sem fins lucrativos tomou conhecimento de uma história mais ampla das hortas escolares que se estendia para além do que eles imaginavam. Dessa forma, a organização sem fins lucrativos *redefiniu e estendeu sua história* ao reconhecer como fazia parte de um movimento mais amplo e antigo de hortas escolares. A organização expandiu sua perspectiva histórica para encapsular uma história mais distante, não

mais apenas se referindo ao seu próprio passado fundador. No entanto, estender seu horizonte temporal não afetou apenas a conceitualização da organização sobre seu passado, mas também permitiu que vislumbrassem seu futuro. A organização expandiu seu horizonte futuro, passando de horizontes temporais focados no futuro próximo, definidos por cada período de financiamento do projeto, para adotar a Agenda de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 2030 como sua missão. Essa ampliação dos horizontes do passado-futuro reforçou ainda mais a importância da sua missão original e tarefa central: “fortalecer o compromisso de crianças e jovens com a sustentabilidade, cultura alimentar e saúde” (Tradução dos autores do texto encontrado no site). O Quadro 2 fornece uma visão geral das mudanças no foco temporal.

Quadro 2. Mudanças no foco temporal marcadas por eventos, transições e pontos de inflexão

Ano	Grandes eventos, transições e pontos de inflexão	Foco temporal
2003	O fundador da organização sem fins lucrativos inicia atividades no terreno da empresa que mais tarde evoluiriam para a organização sem fins lucrativos	<i>Presente</i>
2006	A organização sem fins lucrativos é estabelecida.	<i>Presente - futuro</i>
2013	Financiamento do lote principal obtido. A empresa fundadora foi mencionada 16 vezes na candidatura. Descrito como um relacionamento próximo e sinérgico Foco no reconhecimento externo e na legitimidade (local)	<i>Orientação passado-presente-futuro</i>
2014	Rotatividade total na organização. Novas contratações (sem experiência vivenciada do passado organizacional).	<i>Orientação presente-futuro</i>
2015	Novo(s) projeto(s) adicionado(s) ao portfólio.	<i>Orientação futura</i>
2016	Novo projeto grande. Organização financiadora nunca mencionada (parcialmente baseada nos desejos do financiador, reunião posterior com a fundação, legitimidade dos financiadores). Psicólogo organizacional contratado para ajudar a moldar o desenvolvimento da organização. Um novo líder administrativo é contratado.	<i>Orientação futura</i>
2017	Workshops iniciados. Desejo expresso de se concentrar ainda mais no desenvolvimento. Visão expressa como sendo muito focada nas crianças. Necessidade de encontrar o núcleo da organização; um desenvolvedor de ideias e conceitos? Promessa de estabelecer mais cinco projetos piloto Novos funcionários desconhecem o passado organizacional Alta administração demitida Os objetivos de desenvolvimento da ONU e a história da horta escolar tornam-se parte da narrativa da identidade	<i>Mudança do futuro (curto)</i> <i>para passado-presente-futuro</i> <i>para orientação de longo prazo passado-presente-futuro</i>

DISCUSSÃO

Ao longo desse artigo, ilustramos como um foco temporal unilateral no futuro que emerge instigado por uma série de ações e eventos resultou na perda da memória organizacional e diluição da identidade organizacional. Esse processo foi impulsionado por uma preocupação exagerada com o desenvolvimento para concretizar um futuro esperado, o que, por sua vez, teve consequências para a identidade organizacional. Argumentamos que o esquecimento organizacional pode levar à criação de narrativas de identidade fracamente acopladas que sequestram e deslocam a identidade e missão originais da organização. Outros fatores, como alta rotatividade de funcionários e pressões de benfeitores externos dos quais a organização depende financeiramente para garantir a sua operação contínua, alimentam ainda mais esse processo. Consequentemente, essas condições precárias induzem um foco excessivo em projetos organizacionais orientados para o futuro e uma menor atenção às operações passadas (e presentes). Por estar excessivamente preocupada em agradar os *stakeholders* externos, a organização gera um vácuo da identidade, por meio do qual uma narrativa organizacional recém-construída se torna uma ferramenta de remendo para construir coerência entre projetos organizacionais novos e em andamento. Interpretando nossos resultados em relação à teoria existente, notamos como as narrativas assumem um papel performativo nos processos de construção da identidade (Maclean et al., 2015). Contribuímos para as discussões anteriores sugerindo que as narrativas de identidade emergentes que reivindicam um foco temporal consistente e unidirecional tendem a se amplificar e a se alimentar mutuamente, aumentando o risco de diluição da identidade. Embora as organizações tenham agência temporal (Emirbayer & Mische, 1998), mostramos como elas podem não a exercer *deliberadamente*. Nossos resultados sugerem que a memória organizacional não é apenas um recurso estratégico para a construção de identidade (Foster et al., 2011), mas também uma âncora temporal que mantém a ambição futura sob controle (Maclean et al., 2018).

Desde o início, consideramos a lembrança e o esquecimento como dois lados da mesma moeda, dos quais dependem as narrativas que subsidiam a identidade organizacional, incluindo e excluindo elementos do passado organizacional e de campo (Foster et al., 2011). Pesquisas anteriores sobre esquecimento organizacional concentraram-se em grande parte na *ação intencional e no potencial estratégico do esquecimento*, no qual as organizações omitem ou selecionam conscientemente elementos do passado para permitir a

coerência, autenticidade e legitimidade de sua identidade (por exemplo, Anteby & Molnár, 2012; Foster et al., 2017; Hatch & Schultz, 2017). Nesses estudos, o esquecimento organizacional é em grande parte visto como uma decisão estratégica, na qual a alta administração omite elementos particulares do passado da organização para construir e promover uma identidade desejada e uma direção estratégica específica. Embora concordemos com esses argumentos, nosso estudo contribui para um aspecto menos examinado do esquecimento organizacional, focando na *ação não intencional* e nas consequências de silenciar ou esquecer o passado. Além disso, estudos anteriores mostram como as organizações promovem esquecimento intencional (Mena et al., 2016) e enfatizam como as organizações manipulam o que é lembrado (Anteby & Molnár, 2012). Assim, presumem que à medida que algumas memórias são silenciadas, outras são mobilizadas em seu lugar. No entanto, nosso caso demonstra como o passado organizacional é silenciado e esquecido por completo. Isso é confirmado pelo estudo de Maclean et al. (2017) sobre a transição da identidade dos alemães orientais à medida que faziam a transição para uma Alemanha reunificada e sua identidade original foi sequestrada e deslocada pela identidade da Alemanha Ocidental. Portanto, entendemos a pesquisa sobre memória organizacional, destacando como o foco temporal constitui um mecanismo chave para a lembrança organizacional e construção da identidade. Teorizamos uma ligação entre o foco temporal, a memória organizacional e a identidade, mostrando como uma série de eventos (não intencionais), transições e momentos decisivos influenciam e moldam a organização. Nossa contribuição está no esquecimento, não apenas como escolha estratégica e resultado de ação deliberada (Mena et al., 2016), mas também como efeitos *não intencionais* de uma série de ações e decisões tomadas em decorrência da dependência financeira da organização de financiamento externo, práticas de recrutamento, rotatividade organizacional, crescimento organizacional, inclinação cultural e uma orientação estratégica voltada para o desenvolvimento e inovação.

Nosso estudo confirma as descobertas anteriores de Easterby-Smith e Lyles (2011), que argumentam que a *alta rotatividade organizacional* pode levar ao esquecimento organizacional e à diluição da identidade. Nossos achados sugerem que as narrativas do passado são esquecidas devido ao rápido crescimento e à rotatividade de pessoal, a qual é caracterizada por uma mudança quase completa na equipe organizacional. Nosso caso ilustra como a organização sem fins lucrativos envolvida no *trabalho da identidade* para estabelecer independência de sua organização-mãe na tentativa de definir e dar sentido a sua identidade e missão. Envolvendo-se nesse

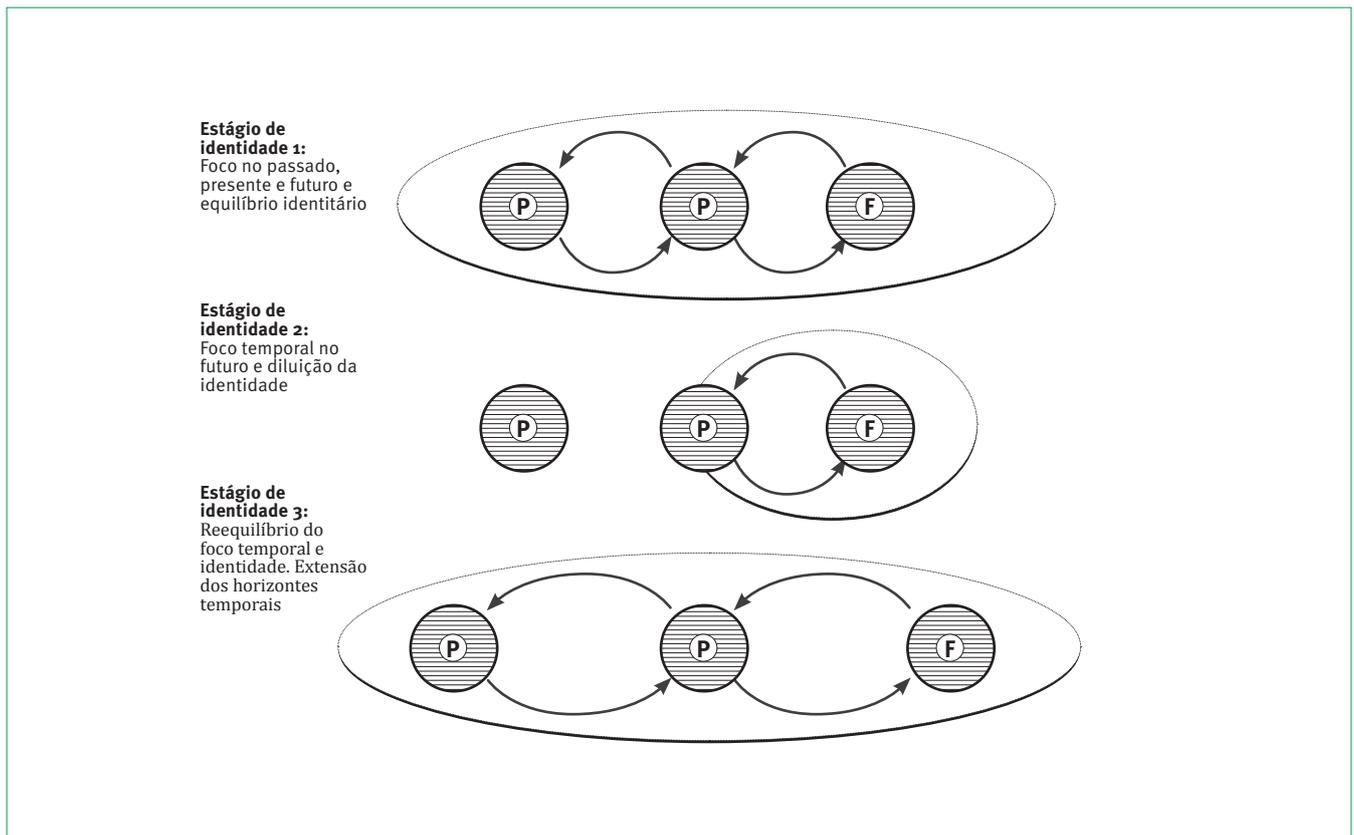
tipo de trabalho, os membros da organização *fazem uso de tecnologias mnemônicas* (Olick, 1999) como um substituto para a narrativa da identidade anterior e a memória que a conectava à organização original. Em um esforço para estabelecer uma nova identidade, alterando o estreito vínculo histórico entre a empresa controladora e a organização sem fins lucrativos, a organização sem fins lucrativos mudou sua orientação temporal e foco para o futuro estabelecendo a candidatura para financiamento - com ênfase no desenvolvimento organizacional - como um novo marcador da identidade. Nossas descobertas demonstram ainda como a realização bem-sucedida de novos (futuros) projetos faz com que a organização esqueça seu passado, levando assim a um *desvio de missão*.

Além disso, devido à estrutura sem fins lucrativos da organização, ela permanece *altamente dependente de financiamento externo* e, portanto, altamente vulnerável às demandas de seus benfeitores externos (Santos, Pache, & Birkholz, 2015). Consequentemente, essas relações precárias levam a um foco excessivo em projetos organizacionais

orientados para o futuro e uma menor atenção às operações passadas e em andamento, o que resulta em hiperadaptação (Hatch & Schultz, 2002). O resultado dessa perspectiva temporal unilateral, que se concentra em grande parte no futuro, é ainda refletido e apoiado por uma cultura organizacional em que o "novo" é igualado ao "bom". Essa perspectiva temporal faz com que a administração negligencie revisitar as questões básicas e importantes de "quem somos" (Albert & Whetten, 1985) e "de onde viemos?" (Gioia, Schultz, & Corley, 2000), o que por sua vez estimula uma reação negativa contra a identidade da organização. Portanto, nossas descobertas sugerem que em tempos de mudança, o trabalho de identidade é fundamental para a sobrevivência de uma organização. Nossos resultados também confirmam pesquisas anteriores, mostrando como o passado é usado *para* o futuro (Schultz & Hernes, 2013). Dessa forma, o passado, o presente e o futuro são entidades inseparáveis que estão inerentemente ligadas (Emirbayer & Mische, 1998). Ilustramos os três estágios de busca e diluição de identidade e mudanças no foco temporal na Figura 2.

Número de hortas escolares

Figura 2. Foco temporal e estágios de busca e diluição de identidade



Verificamos que o passado não é apenas um recurso de identidade estratégica para construir autenticidade e legitimidade (Hatch & Schultz, 2017), mas, assim como afirmado por Maclean et al. (2018), é também uma *âncora temporal* a partir da qual a organização pode buscar seu propósito, evitar a diluição de identidade e se preparar para mudanças futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo contribui para a literatura sobre narrativas temporais como forças construtoras de identidade, e os resultados do estudo fornecem *insights* sobre o poder e os mecanismos em torno de tais narrativas. Embora as narrativas temporais possam ser empregadas como ferramentas retóricas para construir coerência temporal entre diferentes ações organizacionais, afirmamos que elas também têm o potencial de “sequestrar” a direção organizacional. Sugerimos que organizações orientadas para o presente e o futuro estão mais sujeitas a isso, pois silenciar o passado (Maclean et al., 2017) e esquecer sua história pode distorcer a missão pretendida da organização. Por estar excessivamente preocupada em agradar os *stakeholders* externos, a organização gera hiperadaptação (Hatch & Schultz, 2002), o que leva à diluição da identidade e a um vácuo da identidade. A narrativa organizacional recém-construída torna-se uma ferramenta de remendo para criar coerência em todo o portfólio com cada vez mais novos projetos organizacionais. No entanto, essas novas narrativas podem gradualmente sequestrar e substituir a missão organizacional original. Sugerimos que as organizações podem ser menos propensas a hiperadaptação, diluição de identidade e desvio de missão ao adotar uma visão de longo prazo (Maclean et al., 2018) e prever *passados e futuros distantes* ao se tornarem menos sensíveis a mudanças nos gostos e demandas externas do campo. No entanto, nosso estudo também mostra que a identidade organizacional pode ser restaurada ao visitar e lembrar o passado. Dessa forma, nosso estudo também demonstra os mesmos efeitos habilitadores do passado para resiliência organizacional e sobrevivência mostrados em outros estudos (por exemplo, Anteby & Molnár, 2012; Foster et al., 2011; Schultz & Hernes, 2013). No entanto, sugerimos que o passado da organização não é apenas um recurso estratégico para a construção da identidade, é também uma *âncora temporal* a partir da qual a organização pode buscar seu propósito e se preparar para mudanças futuras. Por fim, sugerimos que uma organização deve ser capaz de *equilibrar seu foco temporal* e olhar para o futuro imaginado, ao mesmo tempo em que se lembra do passado.

AGRADECIMENTOS

Uma versão inicial do texto foi apresentada na conferência LAEMOS em Buenos Aires e versões posteriores deste trabalho foram apresentadas na Conferência SCANCOR-Weatherhead na Universidade de Harvard e também, no EGOS na área “Organization & Time” em Edimburgo. Agradecemos todos os feedbacks recebidos em todas as conferências e também, aos Editores Convidados dessa chamada e aos dois avaliadores, que nos ajudaram no enquadramento teórico do texto. Um agradecimento especial aos nossos colegas Joanne Geraldí e José Ossandón pela tradução de nossos resumos para o português e espanhol, respectivamente. Por fim, gostaríamos de agradecer à liderança e aos membros da organização sem fins lucrativos por nos conceder acesso à sua organização e dedicar parte de seu tempo a este estudo.

REFERÊNCIAS

- Albert, S., & Whetten, D. A. (1985). *Organizational identity*. *Research in Organizational Behavior*, 7, 263-295.
- Anteby, M., & Molnár, V. (2012). *Collective memory meets organizational identity: Remembering to forget in a firm's rhetorical history*. *Academy of Management Journal*, 55(3), 515-540. doi: 10.5465/amj.2010.0245
- Blaschke, S., & Schoeneborn, D. (2006). *The forgotten function of forgetting: Revisiting exploration and exploitation in organizational learning*. *Soziale Systeme*, 12(1), 100-120. doi: 10.1515/sosys-2006-0107 |
- Bluedorn, A. C. (2002). *The human organization of time: Temporal realities and experience*. Stanford, California: Stanford University Press
- Boje, D. M. (2008). *Storytelling organizations*. Thousand Oaks, California: Sage.
- Bone, R. G. (2007). *Schechter's ideas in historical context and dilution's rocky road*. *Santa Clara High Technology Law Journal*, 24(3), 469-506.
- Booth, C., Clark, P., Delahaye, A., Procter, S., & Rowlinson, M. (2007). *Accounting for the dark side of corporate history: Organizational culture perspectives and the Bertelsmann case*. *Critical Perspectives on Accounting*, 18(6), 625-644. doi: 10.1016/j.cpa.2007.03.012
- Brown, R., & Kulik, J. (1977). *Flashbulb memories*. *Cognition*, 5(1), 73-99.
- Brunsson, N. (2009). *Reform as routine: Organizational change and stability in the modern world*. Oxford, UK: Oxford University Press

- Cappelen, S.M. and Strandgaard Pedersen, J. (2020). Inventing Culinary Heritage through Strategic Historical Ambiguity. *Organization Studies*. doi: 10.1177/0170840620918382
- Clark, L. F., & Collins, J. E. (1993). Remembering old flames: How the past affects assessments of the present. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19, 399-408. doi: 10.1177/0146167293194005
- Corley, K. G., & Gioia, D. A. (2004). Identity ambiguity and change in the wake of a corporate spin-off. *Administrative Science Quarterly*, 49(2), 173-208. doi: 10.2307/4131471
- Dailey, S. L., & Browning, L. (2014). Retelling stories in organizations: Understanding the functions of narrative repetition. *Academy of Management Review*, 39(1), 22-43. doi: 10.5465/amr.2011.0329
- Dogan, S. L. (2006). What is dilution, anyway? *Michigan Law Review First Impressions*, 105, 103-107.
- Easterby-Smith, M., & Lyles, M. A. (2011). In praise of organizational forgetting. *Journal of Management Inquiry*, 20(3), 311-316. doi: 10.1177/1056492611408508
- Ejlersen, S. (2019). *Dyrk Livet: Skolehaver, klimatanke og fornyet jordforbindelse*. Copenhagen, Denmark: Peoples Press.
- Emirbayer, M., & Mische, A. (1998). What is agency? *American Journal of Sociology*, 103(4), 962-1023.
- Ezzy, D. (1998). Theorizing narrative identity: Symbolic interactionism and hermeneutics. *Sociological Quarterly*, 39(2), 239-252. doi: 10.1111/j.1533-8525.1998.tb00502.x
- Fine, G. A. (Ed.). (2012). *Sticky reputations: The politics of collective memory in midcentury America*. New York, NY: Routledge.
- Foster, W. M., Coraiola, D. M., Suddaby, R., Kroezen, J., & Chandler, D. (2017). The strategic use of historical narratives: A theoretical framework. *Business History*, 59(8), 1176-1200. doi: 10.1111/j.1533-8525.1998.tb00502.x
- Foster, W. M., Suddaby, R., Minkus, A., & Wiebe, E. (2011). History as social memory assets: The example of Tim Hortons. *Management & Organizational History*, 6(1), 101-120. doi: 10.1177/1744935910387027
- Gioia, D. A., Schultz, M., & Corley, K. G. (2000). Organizational identity, image, and adaptive instability. *Academy of Management Review*, 25(1), 63-81. doi: 10.2307/259263
- Halbwachs, M. (1992). *On collective memory*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press.
- Hatch, M. J., & Schultz, M. (2002). The dynamics of organizational identity. *Human Relations*, 55(8), 989-1018. doi: 10.1177/0018726702055008181
- Hatch, M. J., & Schultz, M. (2017). Toward a theory of using history authentically: Historicizing in the Carlsberg Group. *Administrative Science Quarterly*, 62(4), 657-697. doi: 10.1177/0001839217692535
- Heisler, M. O. (2008). Introduction: The political currency of the past: History, memory, and identity. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 617(1), 14-24. doi: 10.1177/0002716208315024
- Henriksen, L. S., & Bundesen, P. (2004). The moving frontier in Denmark: Voluntary-state relationships since 1850. *Journal of Social Policy*, 33(4), 605-625. doi: 10.1017/S0047279404008025
- Henriksen, L. S., Strømsnes, K., & Svedberg, L. (2018). Civic engagement in Scandinavia. *Volunteering, informal help and giving in Denmark, Norway and Sweden*. Springer. Cham, Germany
- Holan, P. M. De, & Phillips, N. (2004). Organizational forgetting as strategy. *Strategic Organization*, 2(4), 423-433.
- Kraft & Partners. (2019). Den Danske Fondsanalyse 2019. Analyse af fonde med almennyttige uddelinger i Danmark. Kraft & Partners.dk
- Kreiner, G. E., Hollensbe, E., Sheep, M. L., Smith, B. R., & Kataria, N. (2015). Elasticity and the dialectic tensions of organizational identity: How can we hold together while we are pulling apart? *Academy of Management Review*, 58(4), 981-1011. doi: 10.5465/amj.2012.0462
- Kunisch, S., Bartunek, J. M., Mueller, J., & Huy, Q. N. (2017). Time in strategic change research. *Academy of Management Annals*, 11(2), 1005-1064. doi: 10.5465/annals.2015.0133
- Lippmann, S., & Aldrich, H. E. (2016). A rolling stone gathers momentum: Generational units, collective memory, and entrepreneurship. *Academy of Management Review*, 41(4), 658-675. doi: 10.5465/amr.2014.0139
- Maclean, M., Harvey, C., Gordon, J., & Shaw, E. (2015). Identity, storytelling and the philanthropic journey. *Human Relations*, 68(10), 1623-1652. doi: 10.1177/0018726714564199
- Maclean, M., Harvey, C., Sillince, J. A. A., & Golant, B. D. (2018). Intertextuality, rhetorical history and the uses of the past in organizational transition. *Organization Studies*, 39(12), 1733-1755. doi: 10.1177/0170840618789206
- Maclean, M., Harvey, C. & Stringfellow, L. J. (2017). Narrative, metaphor and the subjective understanding of historic identity transition. *Business History*, 59(8), 1218-1241. doi: 10.1080/00076791.2016.1223048
- Madsen, P. M. (2009). These lives will not be lost in vain: Organizational learning from disaster in US coal mining. *Organization Science*, 20(5), 861-875. doi: 10.1287/orsc.1080.0396
- Marginson, D., & McAulay, L. (2008). Exploring the debate on short-termism: A theoretical and empirical analysis. *Strategic Management Journal*, 29(3), 273-292. doi: 10.1002/smj.657
- Mena, S., Rintamäki, J., Fleming, P., & Spicer, A. (2016). On the forgetting of corporate irresponsibility. *Academy of Management Review*, 41(4), 720-738. doi: 10.5465/amr.2014.0208
- Nadkarni, S., & Chen, J. (2014). Bridging yesterday, today, and tomorrow: CEO temporal focus, environmental dynamism, and rate of new product introduction. *Academy of Management Journal*, 57(6), 1810-1833. doi: 10.5465/amj.2011.0401

- Olick, J. K. (1999). *Collective memory: The two cultures*. *Sociological Theory*, 17(3), 333-348. doi: 10.1111/0735-2751.00083
- Olick, J. K., & Robbins, J. (1998). *Social memory studies: From “collective memory” to the historical sociology of mnemonic practices*. *Annual Review of Sociology*, 24(1), 105-140. doi: 10.1146/annurev.soc.24.1.105
- Olsen, J. V., & Trier, M. B. (2013). *Ny folkeskolereform virker fra august 2014*. *Folkeskolen.dk*. June 13, 2013.
- Reinecke, J., & Ansari, S. (2016). Time, temporality and process studies. In A. Langley, & H. Tsoukas (Eds.), *The Sage handbook of process organization studies* (pp. 402-416). London, UK: Sage.
- Rowlinson, M., Casey, A., Hansen, P. H., & Mills, A. J. (2014). *Narratives and memory in organizations*. *Organization*, 21(4), 441-446. doi: 10.1177/1350508414527256
- Santos, F. M., Pache, A., & Birkholz, C. (2015). *Making hybrids work: Aligning business models and organizational design for social enterprises*. *California Management Review*, 57(3), 36-58. doi: 10.1525/cmr.2015.57.3.36
- Schechter, F. I. (1927). *The rational basis of trademark protection*. *Harvard Law Review*, 40, 813. doi: 10.2307/1330367
- Schultz, M., & Hernes, T. (2013). *A temporal perspective on organizational identity*. *Organization Science*, 24(1), 1-21. doi: 10.1287/orsc.1110.0731
- Sewell, W. H., Jr. (2005). *Logics of history: Social theory and social transformation*. University of Chicago, Illinois: Chicago Press.
- Shipp, A. J., Edwards, J. R., & Lambert, L. S. (2009). *Conceptualization and measurement of temporal focus: The subjective experience of the past, present, and future*. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 110(1), 1-22. doi: 10.1016/j.obhdp.2009.05.001
- Suddaby, R., Foster, W. M., & Quinn-Trank, C. (2016). Organizational re-membering: Rhetorical history as identity work. In M. G. Pratt, M. Schultz, B. E. Ashforth, & D. Ravasi (Eds.), *The Oxford Handbook of Organizational Identity* (pp. 297-316). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Walsh, J. P., & Ungson, G. R. (1991). *Organizational memory*. *Academy of Management Review*, 16(1), 57-91. doi: 10.5465/amr.1991.4278992
- Wilkins, A. L., & Bristow, N. J. (1987). For successful organization culture, honor your past. *Academy of Management Perspectives*, 1(3), 221-229. doi: 10.5465/ame.1987.4275745
- Wistoft, K. (2013). *The desire to learn as a kind of love: Gardening, cooking, and passion in outdoor education*. *Journal of Adventure Education & Outdoor Learning*, 13(2), 125-141. doi: 10.1080/14729679.2012.738011
- Ybema, S. (2010). *Talk of change: Temporal contrasts and collective identities*. *Organization Studies*, 31(4), 481-503. doi: 10.1177/0170840610372205

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores declaram que participaram de forma conjunta na revisão final do texto, mas individualmente trabalharam na conceitualização e abordagem teórica-metodológica, bem como na revisão teórica (levantamento de literatura), coleta de dados, bem como na análise de dados e, por fim, redação e revisão final do artigo.

FÓRUM

Submetido 30.06.2019. Aprovado 04.05.2020

Avaliado pelo sistema *double blind review*. Editores convidados: Diego M. Coraiola, Amon Barros, Mairi Maclean e William M. Foster
Versão traduzida

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020210105>

CONTROVÉRSIAS COMO MÉTODO PARA ANTI-HISTÓRIA

Controversies as method for ANTi-history

Controversias como método para la Antihistoria

RESUMO

Nosso objetivo é construir uma proposta de método para os ANTi-historiadores, tomando a análise da controvérsia como ponto de partida. Apesar do desenvolvimento teórico e metodológico da abordagem ANTi-história para o estudo do conhecimento do passado e a criação de sua história, há espaço para o desenvolvimento de um método com base na análise de controvérsias. Baseamos nossa proposta em algumas das suposições da ANTi-história (relacionalismo, princípio de simetria e multiplicidade) e conceitos práticos (tradução e política de redes de atores). Além disso, recomendamos quatro critérios que os pesquisadores devem usar na escolha de uma controvérsia para servir como ponto de partida para a investigação. Por fim, apresentamos cinco etapas para colocar em ação a investigação do conhecimento do passado e a criação da história.

PALAVRAS-CHAVE | ANTi-história, história organizacional, controvérsias, virada histórica, teoria-ator-rede.

ABSTRACT

Our aim is to develop and propose a method for ANTi-historians, using analysis of controversy as the starting point. Despite the theoretical and methodological development of the ANTi-history approach to the study of knowledge of the past and the creation of its history, there is room for method development based on controversy analysis. We ground our proposal in some of ANTi-history's assumptions (relationalism, the symmetry principle, and multiplicity) and practical concepts (translation and politics of actor-networks). In addition, we recommend four criteria that researchers should use in choosing a controversy to serve as a starting point for investigation. Finally, we present five steps for investigating knowledge of the past and the creation of history.

KEYWORDS | ANTi-history, organizational history, controversies, historic turn, actor-network theory.

RESUMEN

Nuestro objetivo es construir una propuesta de método para antihistoriadores, tomando el análisis de la controversia como el punto de partida. A pesar del desarrollo teórico y metodológico del enfoque ANTi-History para el estudio del conocimiento del pasado y la creación de su historia, hay espacio para el desarrollo de un método basado en el análisis de controversias. Basamos nuestra propuesta en algunos de los supuestos de la ANTi-History (relacionalismo, principio de simetría y multiplicidad) y conceptos prácticos (traducción y política de redes de actores). Además, recomendamos cuatro criterios que los investigadores deben usar para elegir una controversia que sirva como punto de partida para la investigación. Finalmente, presentamos cinco pasos para poner en práctica la investigación del conocimiento del pasado y la creación de la historia.

PALABRAS CLAVE | Antihistoria, historia organizacional, controversias, giro histórico, teoría del actor-red.

CÉSAR TURETA¹
cesartureta.ufes@gmail.com
0000-0003-0091-1114

BRUNO AMÉRICO¹
brunolaa@hotmail.com
0000-0003-2615-6583

STEWART CLEGG^{2,3}
Stewart.Clegg@uts.edu.au
0000-0001-6083-4283

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Administração, Vitória, ES, Brasil

² University of Technology Sydney, Sydney, New South Wales, Australia

³ Universidade Nova de Lisboa, NOVA School of Business and Economics, Lisboa, Portugal

INTRODUÇÃO

Apesar de a história ser uma dimensão importante da contemporaneidade das organizações (Ocasio, Mauskopf, & Steele, 2016), seu papel foi marginalizado e esquecido na pesquisa de gestão convencional, como tem sido demonstrado recentemente por autores (Coraiola, Suddaby, & Foster, 2017; Maclean, Harvey, & Clegg, 2017). A virada histórica nos estudos organizacionais (Booth & Rowlinson, 2006; Maclean, Harvey, & Clegg, 2016; Mills, Suddaby, Foster, & Durepos, 2016) proporcionou mais oportunidades de estudar o passado, a história e a memória de diferentes perspectivas. Uma dessas abordagens emergentes é a ANTI-história, que tem mostrado como as versões dominantes da realidade são estabelecidas nas organizações (Corrigan & Mills, 2012). Ambas as implicações teóricas e metodológicas da ANTI-história para pesquisar o passado e criar histórias foram foco de discussões recentes (para implicações teóricas, ver Durepos & Mills, 2018; Mills & Durepos, 2010; para implicações metodológicas, ver Durepos, 2015; Durepos & Mills, 2012a).

Estudos de ANTI-história mostraram que o processo de criação da história é marcado por desacordos, conflitos e vozes marginais silenciadas (ver Corrigan & Mills, 2012; Deal, Mills, & Mills, 2018; Durepos, Mills, & Mills, 2008). Para traçar a rede de atores, seria interessante começar com controvérsias e identificar situações em que os atores discordam e questionam o que era dado como certo (Venturini, 2010a). Apesar de os aspectos teóricos e metodológicos da ANTI-história serem bem desenvolvidos pela literatura especializada, o potencial de análise de controvérsias como método para a ANTI-história não é suficientemente abordado. Além disso, poucos estudos abordam a sistematização da prática de pesquisa da ANTI-história, a qual indica como uma investigação pode ser operacionalizada e dar vida a vozes marginalizadas e controvérsias suprimidas. Portanto, nosso objetivo é propor um método para ANTI-historiadores usando a análise da controvérsia como um ponto de partida razoável.

O desenvolvimento de dimensões de métodos é importante para os estudiosos da ANTI-história porque a identificação e análise de controvérsias permite explorar diferentes relatos históricos criados por atores e evita conferir um *status* especial a atores privilegiados (Secord & Corrigan, 2017). Mesmo quando a superfície da realidade parece coerente e não problemática, histórias não contadas podem ganhar vida quando as controvérsias são o ponto de partida do trabalho de campo. A descrição e interpretação das práticas, interesses e relações de atores heterogêneos que retratam a história como múltipla (Durepos, 2015) podem se beneficiar da cartografia

da controvérsia porque esta analisa múltiplos pontos de vista (Venturini, 2010b).

Criar uma cartografia de controvérsias é uma ferramenta útil para explorar presenças e ausências contemporâneas. Na condução da pesquisa ANTI-histórica, é difícil acompanhar os atores cujas vozes foram silenciadas e cujas histórias não foram contadas (Kivijarvi, Mills, & Mills, 2018). Ao focar as divergências, permitindo observar situações em que os autores não podem ignorar uns aos outros (Venturini, 2010a), os pesquisadores podem expor as redes de associações responsáveis por produzir e obstruir realidade(s) (Venturini, 2010a, 2010b).

Recentemente, Durepos, Shaffner e Taylor (2019) manifestaram-se a favor de uma análise histórica mais crítica. A resposta pode ser a análise de controvérsias, um método pelo qual realidades ocultas e pontos de vista marginalizados podem ser implantados (Venturini, 2010a). Considerando que o desenvolvimento da ANTI-história ainda está em uma fase inicial (Mills & Durepos, 2010), aproveitaremos o espaço para “desenvolver cada uma de suas facetas constitutivas, bem como delinear implicações práticas de pesquisa para os pesquisadores que desejam utilizar a abordagem” (Durepos & Mills, 2017, pp. 57-58). Explorando esse espaço, apresentaremos uma proposta para operacionalização que se baseia em desenvolvimentos recentes da abordagem ANTI-histórica (por exemplo, Bettin & Mills, 2018; Durepos & Mills, 2017).

Após apresentar as principais ideias controversas na próxima seção, apresentaremos as suposições da ANTI-história. Posteriormente, serão apresentados os conceitos práticos utilizados para a operacionalização, juntamente com a análise de controvérsias. Em seguida, apresentaremos a proposta do método, mostrando alguns critérios para a escolha de uma controvérsia e fazendo algumas recomendações para orientar os pesquisadores no desenho de suas investigações e no planejamento de sua prática de trabalho de campo. Argumentaremos que há cinco etapas de pesquisa baseadas na análise de controvérsias que serão úteis, servindo como um guia para o estudo do passado e para a criação de um mapa da história dada como certa. Por fim, apresentaremos um exemplo prático para ilustrar brevemente as cinco etapas do método proposto.

ANÁLISE DE CONTROVÉRSIA

Principais ideias

A ANTI-história problematiza a facticidade tida como certa da história como um relato contemporâneo do passado e as práticas

e suposições subjacentes que sustentam relatos históricos convencionais (Bettin & Mills, 2018; Durepos & Mills, 2018; Myrick, Mills, & Mills, 2013). A análise de controvérsias é uma maneira útil de realizar essa tarefa porque a gênese dos processos sociais que sustentam contemporaneamente e cuidadosamente sentidos forjados de normalidade é trazida à tona, incluindo tanto as correntes que se tornaram dominantes quanto aquelas que foram dominadas (Scott, Richards, & Martin, 1990). Além disso, vozes e pontos de vista de diversos atores entram no escopo de investigação possível (Venturini, 2010a), pois as controvérsias são constituídas por pessoas e organizações tomando partido, considerando todas as questões em jogo.

As controvérsias têm sido uma questão central desde o surgimento da teoria ator-rede (*Actor-network theory* – ANT ou TAR) (ver Callon, 1989). Para Latour e Woolgar (1986), “os fatos são construídos de tal forma que, uma vez que a controvérsia se estabelece, eles são tidos como certos (p. 202)”. A controvérsia pode ser definida como “qualquer coisa (um discurso ou ação) que desafia o *status quo* entre os atores” (Hussenot & Missonier, 2010, p. 272). Assim, a controvérsia é uma situação de desacordo entre atores heterogêneos engajados na ação (Venturini, 2010a), em que traduções alternativas buscam fixar seus diversos e contraditórios interesses (Latour, 1999). As traduções podem estar envolvidas de maneira conflituosa ou dominar o campo de tal forma que parecem ser hegemônicas, com apenas pequenas rachaduras e fissuras aparentes no verniz da concordância. O processo de tradução torna-se evidente durante a reconfiguração da rede de atores, fazendo com que elementos heterogêneos apareçam, sejam modificados ou excluídos (Hussenot, 2014). Para os estudos de gestão e organização (*Management and organization studies* – MOS), as controvérsias dizem respeito a divergências sobre a forma como uma organização, projeto ou prática organizacional é ordenada, gerenciada ou planejada (Hussenot, 2014).

Embora algumas diferenças tornem a controvérsia evidente (Venturini, 2010a), ela é distinta do conflito de relacionamentos ou tarefas (Jehn, 1995), que são situações pontuais que ocorrem e são resolvidas na vida cotidiana da organização como eventos comuns. Ocasionalmente, os conflitos podem tornar-se uma controvérsia quando uma variedade de questões sucessivas é trazida à tona (Hussenot, 2008). Nesse sentido, a controvérsia é uma noção orientada para o processo, “uma forma de acompanhar os processos da organização à medida que ela evolui ao longo do tempo” (Hussenot, 2014, p. 374).

A realidade organizacional apresenta-se naturalmente como estável e coerente, a versão típica da realidade mantida e tida como certa pelos atores. Essas características são o

efeito de muito trabalho tácito possibilitando uma aparência de ordem (Law, 1994) em termos de estratégia, estrutura ou organização em geral. Porém, os processos de construção de uma versão da realidade e de sua organização raramente estão isentos de controvérsias (Latour, 2005; Venturini, 2010a). Muitas controvérsias envolvem diferentes modelos de governança, cuja base são números (Michaud, 2014), objetos (Hussenot & Missonier, 2010) e a introdução de novas tecnologias (Lanzara & Patriotta, 2001). Elas também envolvem interpretações e representações do passado como uma questão central no presente.

Alguns estudiosos da ANTi-história abordaram controvérsias direta ou indiretamente. Secord e Corrigan (2017) mostram que a historiografia corsária da Nova Escócia foi marcada por controvérsias entre corsários e a corte do vice-almirantado. Por meio de vários relatos do passado, os autores analisam as tensões entre as diferentes versões da história e como as controvérsias ajudaram a questionar a versão dominante da realidade. Apesar de não utilizar a noção de controvérsia, Corrigan (2016) trata as controvérsias indiretamente, analisando os conflitos entre o município de Halifax e a comunidade de Africville. O autor trouxe à vida atores periféricos e novas versões do passado. No entanto, esses autores não usam a controvérsia como método sistemático para mapear e descrever a rede de atores que constitui as histórias.

O método da cartografia de controvérsias pode ajudar os estudiosos da ANTi-história a investigarem redes de atores e mapear sua constituição (Durepos & Mills, 2017) a fim de trazer a política para o primeiro plano da organização e questionar fatos tidos como certos. Os “fatos” são vistos como produtos da prática das traduções, os quais podem ser mapeados por meio da análise das controvérsias para evidenciar redes heterogêneas de atores que constituem o passado (Durepos & Mills, 2012b). Sempre que uma situação se torna questionável, uma controvérsia é retratada em torno de vários pontos de vista. Interpretações divergentes da controvérsia devem ser descritas até que a disputa se estabilize temporariamente (Lanzara & Patriotta, 2001). A controvérsia pode terminar com um compromisso (Venturini, 2010a) que legitime seu resultado, sendo, então, compartilhada pelos membros da organização como forma de realizar uma determinada atividade (Lanzara & Patriotta, 2001), levando a novas relações entre os atores (Hussenot & Missonier, 2010).

De acordo com os preceitos da ANTi-história, podemos argumentar que a solução de controvérsias colabora para a criação de uma versão dominante do passado (Corrigan & Mills, 2012; Durepos, Mills, & Mills, 2008). A seguir, abordaremos como isso acontece.

Suposições analíticas da ANTI-história

Relacionalismo

O relacionalismo envolve enfatizar as relações dos atores e traçar associações que produzem conhecimento do passado (Kivijarvi et al., 2018), formando redes em vez de presumir que elas são preestabelecidas (Durepos & Mills, 2018). Os atores que compõem as redes podem se associar ou se desassociar quando surgem controvérsias (Callon, 1989), com suas crenças, identidade e características variando enquanto o fazem (Callon, 1986). As redes de atores são heterogêneas: podem ser organizações, movimentos sociais, grupos ou indivíduos, por exemplo. Assim, relações tidas como assuntos sólidos são processos incertos e abertos que não podem ser reduzidos a um estado objetivo e acabado (Law, 1992, 1999). A exposição dessas relações por meio de controvérsias (Venturini, 2010a) mostra, por exemplo, como a governança organizacional e as relações entre os atores mudam ao longo do tempo (Michaud, 2014).

O relacionalismo proposto pela ANTI-história sugere que as relações entre os atores em uma rede dão sentido a eventos passados e promovem engajamento político (Durepos & Mills, 2017), tornando as questões controversas (Secord & Corrigan, 2017). A resposta para a pergunta "Como o passado foi transformado em história?" é trazida à tona (Durepos & Mills, 2018) pelo "olhar para a política de representação do passado rastreando atores simetricamente (tratando cada um com a mesma curiosidade) e trazendo à tona o passado como história em sua multiplicidade" (Durepos, Mills, & Weatherbee, 2012, p. 269). Traçar a composição das redes (Durepos et al., 2012) permite aos pesquisadores passarem de fatos sociais tidos como certos para histórias alternativas explicando o surgimento deles (Foster, Mills, & Weatherbee, 2014).

Princípio de simetria

As práticas de ordenação social resultam não apenas de ações humanas, mas também de associações entre humanos e não humanos (Latour, 2005). Por trás dessa ideia, está o princípio da simetria, que consiste em analisar atores humanos e não humanos nos mesmos termos analíticos (Latour, 1987; Latour & Woolgar, 1986; Law, 1987). As controvérsias nas quais os atores estão engajados são uma ferramenta analítica simétrica potente, uma vez que sua análise requer que os estudiosos considerem todos os traços disponíveis do efeito dos atores (Venturini, 2010a).

O pressuposto é uma das ontologias planas na constituição de redes e controvérsias. Como a ação é resultado de entidades

associadas (Latour, 2005), vários elementos, como ratos e pulgas (Anderson, 1974; Hinnebusch, 1997) – normalmente deixados de fora da análise organizacional –, podem participar da produção da história (Bettin & Mills, 2018) e estar envolvidos em diferentes controvérsias (Secord & Corrigan, 2017). É por meio de controvérsias que a heterogeneidade aparece com mais clareza. Nesse sentido, espera-se que múltiplas narrativas do passado sejam representadas por atores (Corrigan, 2016). Portanto, a realidade diz respeito à multiplicidade (Mol, 2002), sendo mais do que um ao mesmo tempo que é menos do que muitos (Law, 2004; Mol, 1999). As histórias produzem realidades.

Multiplicidade: mais de um, menos do que muitos

A multiplicidade está relacionada às práticas que retratam uma realidade específica (Mol, 2002). Diferentes práticas produzem diferentes realidades (Law, 2004). Portanto, as realidades históricas são consequências das muitas pessoas e artefatos que compõem uma prática organizacional (Corrigan, 2016), bem como a forma como esses elementos são manipulados para criar múltiplas narrativas sobre o passado (Foster, Coraiola, Suddaby, Kroezen, & Chandler, 2017). Quando narrativas concorrentes enquadram situações em termos diferentes, a controvérsia em torno de uma questão específica emerge, com suposições, procedimentos de rotina e pontos de argumentos sendo questionados (Scott et al., 1990).

Durepos e Mills (2018) afirmam que a realidade histórica é mais do que singular porque diferentes – mas não infinitas e independentes – versões do passado podem ser incorporadas por meio de práticas distintas. Ao mesmo tempo, a realidade histórica é, em alguns aspectos, menos do que infinita em suas possibilidades porque, embora os atores tenham diferentes perspectivas e visões do passado, essas perspectivas têm pontos de referência comuns (Durepos & Mills, 2018). Uma parte da história pode ser contada em termos de reis, rainhas e elites; batalhas e vitórias; vencedores e perdedores; ou histórias de pessoas, mulheres e subalternos. A abordagem da ANTI-história leva essa ideia a sério e mostra que o trabalho histórico implica a representação de um conjunto de histórias produzidas por vários atores.

Os atores às vezes discordam uns dos outros, trazendo diferentes relevâncias e interesses ao contar a história, resultando em controvérsias (Latour, 2005; Venturini, 2010a). Portanto, a ANTI-história investiga as múltiplas representações observadas nas práticas dos atores (Kivijarvi et al., 2018) para permitir que realidades alternativas passem a existir. Presumir que o

conhecimento da realidade é múltiplo implica uma questão política (Law, 2004; Mol, 1999) sobre qual realidade deve ser adotada. A melhor resposta para essa questão não é “tomar partido”, mas desvendar analiticamente as controvérsias, como são constituídas e quais são os pressupostos que enquadram as diferentes posições (Yaneva, 2012).

Conceitos para prática

Tradução

A realidade social é obstinada, mas não imutável. Suas relações, equivalências e diferenças surgem por meio de atos de tradução. A tradução pode tornar coisas diferentes equivalentes (Law, 1999), transformando-as por meio da combinação de interesses em um único foco composto (Latour, 1999). É assim que as metas organizacionais se tornam evidentes, por exemplo, ao traduzir interesses que motivam as pessoas a agirem de modo diferente, mudarem de direção e se moverem de um lugar para outro em um objeto focalmente coletivo (Latour, 1987). Essa tradução é sempre contingente e local (Law, 1992).

Do ponto de vista histórico, entender como ocorre a transformação é importante. Assim, a ANTI-história foca as práticas pelas quais as relações realizam a história (Bettin & Mills, 2018) e criam conhecimento do passado, moldando nossa visão do objeto de estudo (Kivijarvi et al., 2018). Relatos e narrativas históricas sobre o passado que parecem oferecer uma versão sólida, única e confiável da realidade devem ser vistos com desconfiança (Durepos & Mills, 2018): tal concordância mascara os processos de sua produção. Como Laclau e Mouffe (1985) argumentam, a hegemonia consiste precisamente em tais práticas, e não no conteúdo substantivo que elas sustentam. A tradução envolve políticas de atores-redes, assim como argumentado por Secord e Corrigan (2017), de modo que “o conhecimento histórico está situado em práticas oficiais que ocultam traduções e estratégias políticas que permitem que atores-redes atuem como um” (p. 94).

Política dos atores-redes

A ANTI-história nos ajuda a mostrar o trabalho (Weatherbee, Durepos, Mills, & Mills, 2012) realizado pela política de atores-redes, por meio do qual os atores buscam construir uma interpretação imutável do passado (Durepos et al., 2008), estabelecendo o domínio de uma determinada história (Durepos et al., 2012). Redes de atores são formadas por interesses políticos

(Alcadipani & Hassard, 2010; Mol, 2002), portanto “o passado é visto como composto por atores que têm a capacidade de alterar o curso de outros atores” por meio da inclusão de elementos heterogêneos (Durepos & Mills, 2012b, p. 711). A tradução de interesses, às vezes divergentes e contraditórios (Latour, 1999), leva os atores a se engajarem na política de atores-redes, criando uma interpretação do passado que pode ser considerada durável (Durepos & Mills, 2012b).

Segundo Mol (2002), o “real” está implicado no “político”, tornando a realidade algo não fixo (Alcadipani & Hassard, 2010). Consequentemente, retratar uma realidade em vez de outra torna-se uma questão política: qualquer relato da realidade pode ocultar, encobrir ou deslocar possíveis versões alternativas (Law, 2004). Ao traçar a política das redes de atores, a ANTI-história busca explicitá-las (Durepos et al., 2008). A criação da história ocorre por meio de interpretações diversas e distintas da realidade, e contabilizá-las não é um processo tranquilo e estável (Kivijarvi et al., 2018), gerando controvérsias entre os atores envolvidos em sua produção. Portanto, quando abordamos a política de redes de atores, devemos falar sobre controvérsias.

PROPOSTA DE MÉTODO

Crítérios para escolher uma controvérsia

A partir de Venturini (2010a, 2010b) e Hussenot (2014), indicamos alguns critérios utilizados na escolha de controvérsias para estudar o passado e analisar como os relatos históricos são criados. Ressalta-se que os quatro critérios elaborados por Venturini (2010a) para o estudo das controvérsias tecnocientíficas e adaptados por Hussenot (2014) para a investigação da controvérsia gerencial indicam o que os pesquisadores devem evitar em vez de favorecer. Mudamos a polaridade de três critérios para a direção oposta originalmente sugerida pelos autores. Ao invés de evitar “controvérsias passadas, frias e ocultas”, recomendamos aceitá-las. Em relação ao quarto critério (evitar controvérsias sem limites), nós o enunciamos de modo diferente. Sugerimos que os pesquisadores “tomem cuidado com as controvérsias sem limites”. Considerando a natureza da pesquisa da ANTI-história, ou seja, “uma abordagem crítica alternativa para fazer história nos estudos de gestão e organização” (Durepos & Mills, 2017, p. 53), a modificação era necessária. A seguir, detalharemos cada um dos critérios, explicando nossa escolha por alterar a recomendação de utilizar três critérios e por modificar o quarto como forma de alerta.

Primeiro critério: aceitar controvérsias do passado

Venturini (2010a) e Hussenot (2014) sugerem que os pesquisadores devem evitar as controvérsias do passado. Segundo Hussenot (2014), o objetivo de evitar as controvérsias do passado é evitar que os pesquisadores percam a compreensão do significado das controvérsias à medida que os atores produzem novas interpretações ao longo do tempo. No entanto, os processos de criação de sentido responsáveis por produzir conhecimento do passado devem ser investigados (Hartt, Mills, Mills, & Corrigan, 2014), a fim de expor o que é tido como certo como fato histórico (Durepos et al., 2008). Venturini (2010a) argumenta que, se uma controvérsia passada chegou a um acordo e foi encerrada, ela carece de interesse, razão pela qual ele afirma que os pesquisadores devem evitar controvérsias anteriores. No entanto, o *status* de qualquer controvérsia nunca é definitivo (Mol, 1999) e pode ser representado de outra forma (Law, 2004). O aparente encerramento de uma controvérsia pode ser um meio pelo qual vozes divergentes foram silenciadas (Foster et al., 2017) e um fenômeno foi “colocado em uma caixa preta” (Latour, 1987).

Embora Venturini (2010a) recomende evitar controvérsias do passado, ele enfatiza alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, questões passadas podem fazer parte da investigação se o pesquisador for capaz de voltar “ao momento em que a controvérsia estava se desenrolando” (p. 264). Conforme amplamente demonstrado pelos ANTI-historiadores, voltar ao passado e fazer um relato rigoroso da história é possível (por exemplo, Deal et al., 2018; Secord & Corrigan, 2017). Em segundo lugar, mesmo uma controvérsia que tenha alcançado uma resolução “pode ser encerrada de muitas maneiras diferentes” (Venturini, 2010a, p. 268), ou seja, a realidade histórica é mais do que um e menos do que muitos (Durepos & Mills, 2018). Ressaltamos que, se os pesquisadores pretendem compreender a realidade por meio de controvérsias, não devem evitar as controvérsias do passado, mas sim tentar trazê-las à tona por meio da associação de elementos heterogêneos.

Segundo critério: aceitar controvérsias frias

Segundo Venturini (2010a), situações em que os atores não estão atualmente em desacordo ou onde não há potencial de ruptura entre eles não favorecem a análise de controvérsias; é melhor observar debates acalorados para compreender as várias dimensões de uma controvérsia (Hussenot, 2014). O que foi uma controvérsia pode ter sido colocado em uma

caixa preta devido a suposições dominantes que silenciavam vozes marginalizadas. É o caso da natureza não controversa do efeito Hawthorne durante grande parte do seu percurso, a qual pesquisas recentes desconstruíram ao retornar ao “caso arquivado” e vê-lo novamente por meio de materiais históricos (Busse & Warner, 2017; Hassard, 2012; Mannevu, 2018; Muldoon, 2017). A inspeção de uma questão supostamente fria pode revelar que o conhecimento do passado é um dado adquirido na história organizacional (Durepos & Mills, 2012b; Durepos et al., 2008). Os sentimentos, significados e emoções dos atores (Hussenot, 2014) podem ter sido suprimidos da cena e ficar ocultos da vida organizacional cotidiana (Mannevu, 2018). Controvérsias frias permanecem como uma barreira sobre vozes silenciadas e histórias não contadas (Kivijarvi et al., 2018) e podem ser ocultadas da história organizacional.

Terceiro critério: aceitar controvérsias ocultas

Venturini (2010a) e Hussenot (2014) recomendam que os pesquisadores evitem controvérsias ocultas. Concordamos que é difícil acessar questões confidenciais ou secretas (Venturini, 2010a), especialmente quando as organizações desejam preservar sua reputação (Hussenot 2014). No entanto, se os atores atuam ou se, de alguma forma, se associam, deixam alguns vestígios e informações que os pesquisadores podem usar para descrevê-los (Latour, 2005), mesmo que a controvérsia seja supostamente fria e tenha sido ocultada.

Considerando que as boas controvérsias são as mais intensas (Venturini, 2010a), os pesquisadores devem aceitar as controvérsias ocultas como um meio de dar vida à dinâmica organizacional e aos debates acalorados (Hussenot, 2014) de modo a expor as relações de poder, a política das redes de atores e mostrar a multiplicidade da realidade. Traçar relações de poder e mostrar como o conhecimento do passado é produzido e dado como certo é um dos objetivos da abordagem da ANTI-história (Corrigan & Mills, 2012). As relações de poder podem ser mascaradas, enterrando as controvérsias e cobrindo-as com relações sociais naturalizadas, estabelecidas em estruturas institucionais, embutidas nas tecnologias ou enviesadas na criação histórica. Como Mannevu (2018) sugere, as configurações das organizações “sempre têm fraturas que podem abrir possibilidades para leituras reparativas do processo de formação de trabalhadores e, assim, revisar teorias excessivamente deterministas de opressão e vulnerabilidade” (p. 1243), o que ela argumenta ter sido o caso da pesquisa histórica conduzida na Sala de Testes de Montagem de Relés da planta Hawthorne da General Electric.

Simon Kuper (2019) fornece outro exemplo adequado ao mostrar como a adesão à Oxford Union na década de 1980 prefigurava a política do Brexit nos dias atuais. Como ele descreve, “você vira as páginas de jornais de estudantes amarelecidos de 30 anos atrás, e lá estão eles, reconhecidamente os mesmos rostos que dominam as notícias britânicas de hoje”. Johnson, Gove, Rees-Mogg, Hunt e Cameron saíram sem esforço de suas escolas de elite (na maioria dos casos, Eton) para um meio no qual as habilidades de debate consistiam, em grande parte, na capacidade de falar com humor sobre algo de que se tinha pouco conhecimento sem sentir a necessidade de ganhar o debate. Estilo acima do conteúdo, retórica e sagacidade acima da razão e da evidência: esses eram os atributos que marcavam a rede de atores que se tornaria o círculo governante do Brexit no governo.

Quarto critério: ter cuidado com controvérsias sem limites

Venturini (2010a) e Hussenot (2014) sugerem que os pesquisadores devem evitar controvérsias sem limites. Não sugerimos evitar totalmente esse tipo de controvérsia, pois traçar a extensão de uma rede de atores relacionada a uma controvérsia é uma escolha do pesquisador baseada no interesse em abordar um determinado período no relato histórico ou no qual a rede de atores em estudo está situada (Law, 1987). Além disso, a extensão de uma controvérsia depende de sua complexidade e abrangência (Venturini, 2010a). Não recomendamos, entretanto, aceitar controvérsias ilimitadas indiscriminadamente, mas sim que, ao escolher uma controvérsia envolta em muito debate, exigindo muito trabalho e tempo, os pesquisadores estejam cientes da disponibilidade de recursos (Venturini, 2010a) e dos limites textuais dos gêneros. Conforme apontado por Latour (2005), “qualquer método depende do tamanho e do tipo de texto que você prometeu entregar [...] escrever textos tem *tudo* a ver com método” (p. 148, *itálico no original*).

Uma abordagem útil para lidar com essas questões é tomar o conceito da Teoria ator-rede (TAR), que entende o ator como qualquer coisa que faz a diferença, modificando o estado das coisas (Latour, 2005; Mol, 2010), e o utilizar na delimitação do escopo da rede de atores envolvidos na controvérsia. Conforme afirma Law (1987), “o escopo da rede em estudo é determinado pela existência de atores que são capazes de fazer sentir a sua presença individual nela” (p. 131). Essa abordagem está alinhada com a abordagem da ANTi-história por entender os atores como elementos capazes de alterar as ações de outros atores por meio de associações (Durepos & Mills, 2012b). Segundo Latour (2005), os atores deixarão alguns rastros, direta ou indiretamente, mesmo

que sejam silenciados ou reprimidos, gerando oportunidades para inspecionar elementos de uma rede que costumam ser ignorados (Law, 1992). Tendo esses critérios em mente, veremos, a seguir, as cinco etapas de pesquisa implicadas no uso de pressupostos e práticas da ANTi-história.

Etapas de pesquisa

Nesta seção, apresentaremos as cinco etapas úteis para os pesquisadores da ANTi-história: a primeira é identificar a controvérsia relacionada ao fenômeno em análise; a segunda é mapear a rede de atores envolvida na controvérsia ao longo do tempo; a terceira é rastrear a prática de tradução ao longo da história; a quarta é identificar a política dos atores-redes; a quinta é descrever as múltiplas realidades sendo desempenhadas na prática pelos atores. Essas etapas não devem ser vistas de modo linear, pois muitas delas ocorrem simultaneamente.

1. Amostragem: como identificar controvérsias.

Conforme mencionado anteriormente, quando apresentamos os critérios para a escolha de controvérsias, é útil identificar uma controvérsia emergente e viva (Hussenot, 2014; Venturini, 2010a). No entanto, em vez de ignorar controvérsias frias, os pesquisadores devem inspecioná-las em busca de vozes silenciadas e reprimidas marginalizadas por relações de poder, cujos efeitos podem se tornar visíveis como “traços suprimidos” (Hartt et al., 2014, p. 14). As controvérsias expõem relações ocultas e heterogêneas (Venturini, 2010a) na rede de atores do relato histórico. À medida que a controvérsia se desenvolve, a heterogeneidade da interpretação de um objeto apresenta-se mais claramente conforme os atores envolvidos discutem e se posicionam em relação ao suposto objeto (Latour, 1987) de contestação.

Para identificar o que é ou não controvérsia, os pesquisadores devem buscar ideias ou práticas tidas como certas no passado, mas que estão sendo questionadas mais recentemente (Venturini, 2010a). Ao contrário dos conflitos de relacionamento pontuais ou conflito de tarefas (Jehn, 1995), as controvérsias históricas desencadeiam uma variedade de questões sucessivas (Hussenot, 2008) relacionadas ao passado e à facticidade da produção de conhecimento (Durepos & Mills, 2018). A tensão entre narrativas e relatos distintos é o que importa,

pois evidencia uma ruptura inicial entre os atores (Bettin & Mills, 2018). Identificada a controvérsia, abre-se caminho para que o pesquisador descubra quem foram os atores e, posteriormente, trace as diferentes narrativas históricas criadas por eles nas divergências. Assim, o próximo passo é mapear a rede de atores da controvérsia.

2. **Escaneamento do terreno: como mapear a rede de atores.** Depois que surge uma controvérsia, uma rede de atores forma-se em torno dela, tornando-se “as configurações fugazes onde os atores estão renegociando os laços de velhas redes e o surgimento de novas redes está redefinindo a identidade dos atores” (Venturini, 2010a, p. 264). As controvérsias envolvem todos os tipos de atores (Hussenot, 2014; Venturini, 2010a): aqueles centrais e periféricos (Corrigan & Mills, 2012), atuantes não corpóreos (Hartt et al., 2014), humanos e não humanos (Secord & Corrigan, 2017) e profissionais e historiadores (Kivijarvi et al., 2018). Considerando que a análise da controvérsia é baseada no princípio da simetria (Callon, 1986), mapear uma rede de atores exige estar aberto a todas as perspectivas e incluir tantos pontos de vista quanto possível (Venturini, 2010b).

Dessa forma, uma rede de atores pode ser mapeada por meio de três parâmetros que assumem o ponto de vista dos atores: representatividade, influência e interesse (Venturini, 2010b). Esses parâmetros são úteis para enquadrar a escolha do pesquisador sobre a extensão da rede de atores a ser mapeada. Um ponto de vista é considerado representativo quando tem apoio substancial de atores que têm argumentos em comum. Nessa situação, as falas desse grupo merecem atenção especial do pesquisador. Para mapear a rede de atores, é importante que os pesquisadores identifiquem os atores cujas declarações geram controvérsia. As visões minoritárias não devem ser desconsideradas, como veremos adiante, “porque a representatividade é muito mais uma questão de pesar do que de contar” (Venturini, 2010b, p. 798).

Alguns pontos de vista têm mais influência do que outros. Enquanto uma controvérsia está em cursos, atores vão competir para ocupar posições influentes “que lhes dão o poder de afetar as ações de outros atores [...] porque, gostem ou não, eles terão melhores chances de moldar controvérsias” (Venturini, 2010b, p. 798). Pontos de vista influentes dizem respeito não apenas ao número de aliados que atraem, mas também ao recrutamento de apoios proeminentes,

umentando, assim, a chance de sucesso. O mapeamento da rede de atores exige que o pesquisador trace no tempo as trilhas utilizadas pelos atores para se posicionar em um ponto favorável capaz de recrutar apoiadores de peso.

A controvérsia obrigatoriamente depende de minorias disputando e discordando de relatos da maioria: “São as minorias discordantes que trazem controvérsias ao se recusar a se adequar ao convencional e reabrir as caixas pretas” (Venturini, 2010b, p. 798) de relatos históricos. Os pontos de vista marginais e das minorias articulam perspectivas silenciadas ou reprimidas que são úteis para questionar o que é dado como certo e mostrar versões alternativas da realidade marginalizada por atores poderosos.

3. **Traçar: como desenhar o processo de tradução.** Mapear a rede de atores envolvida em uma controvérsia ao longo do tempo é uma etapa que torna os atores e as conexões mais visíveis. No entanto, conforme observado por Bettin e Mills (2018, p. 70), fazer história não se limita a rastrear a associação de humanos e não humanos, “mas também inclui se preocupar sobre como os atores se relacionam, como se conectam e desconectam, e como eles alcançam alinhamentos tão fortes” para criar história. Esses movimentos entre os atores são um efeito dos processos de tradução e, em certa medida, são resultado das controvérsias (Hussenot, 2014).

Callon (1986) descreveu a tradução como composta por quatro etapas: problematização, interesse, engajamento e mobilização de aliados. Problematização refere-se a um sistema de alianças ou associações estabelecidas entre entidades para definir sua identidade e objetivos e para criar um ponto de passagem obrigatório que todos os atores devem aceitar para alcançar o que desejam (ver Clegg, 1989). Em controvérsias, isso significa que as associações e oposições criadas em torno de uma questão específica determinam as posições dos atores e da estrutura da rede ao longo do processo e fluxo de sua evolução (Venturini, Rici, Mauri, Kimbell, & Meunier, 2015).

O interessamento é representado por ações realizadas pelos atores “para impor e estabilizar os outros atores definidos por meio de sua problematização” e construir dispositivos para protegê-los de outros atores “que querem definir suas identidades de outra forma” (Callon, 1986, pp. 71-72). Embora o sucesso do interessamento seja influenciado pela etapa anterior e seus sistemas de alianças, ele nunca está assegurado. Portanto, os atores devem ser engajados.

O engajamento corresponde à atribuição de papéis inter-relacionados para a criação de alianças entre os atores, resultante de múltiplas negociações em torno de uma solução proposta. A discordância suscitada por uma controvérsia nesta etapa explícita não apenas os comportamentos e expectativas dos atores, mas também as principais práticas e regras organizacionais (Hussenot, 2014).

Por fim, a mobilização é a etapa em que os atores aceitam um objetivo específico, há uma coalizão dominante de elites que estão bem interligadas e têm um papel claro na rede. Nesse momento, um ator central passa a ser um porta-voz influente, representando uma rede de interesses que dá voz a todos aqueles silenciados durante a formação da rede. As diversas entidades atuam em unidade, como uma rede de atores, por meio de um porta-voz representativo. Nesta fase, a controvérsia termina no compromisso de uma ordem negociada (Venturini, 2010a) cujo resultado passa a ser legitimado (Lanzara & Patriotta, 2001) como a história organizacional oficial.

Essas diferentes etapas do processo de tradução podem ser úteis para um ANTI-historiador na investigação de controvérsias, mas sugerimos que não sejam usadas de maneira linear e mecânica, pois podem se sobrepor e não têm limites claros (Callon, 1986).

- 4. Rotulagem: a política dos atores-redes.** As controvérsias da rede de atores são decididas por relações e práticas de poder (Law, 2004; Mol, 2002; Venturini, 2010a). Algumas posições tornam-se mais influentes à medida que alguns atores se tornam aptos a moldar controvérsias (Venturini, 2010b). O que é considerado conhecido envolve a manipulação do fluxo de possíveis conhecimentos (Mol, 1999) que passam a fazer parte da criação da história (Bettin & Mills, 2018). Tomando essa ideia como ponto de partida, Durepos e Mills (2018) afirmam que, “se existem diferentes versões do passado adotadas como história, e essas são diferentes versões da realidade, então a questão é qual versão adotar” (p. 444). Existe uma política de redes de atores-redes, isto é, o engajamento de atores (especialistas, entrevistados, historiadores, ideias, documentos, artefatos, arquivos) conforme eles se inserem na rede, alteram o curso de ação e instilam uma versão da realidade favorável a um grupo específico (Durepos & Mills, 2012b).

Nessa etapa, o pesquisador identifica o que move (Blum & McHugh, 1971) os atores envolvidos na controvérsia. O foco está no que os move a investir seu tempo e recursos para persuadir os outros a criarem uma meta, se conectarem, aceitarem um papel e

serem representados por um ator central. Dessa forma, a análise da controvérsia mostra as implicações sociais de suposições tidas como certas que assumem uma inércia relativa sendo desafiadas por motivações para a ação (Scott et al., 1990, p. 474).

Além disso, uma tarefa importante é investigar como algumas motivações são reprimidas e silenciadas em uma situação controversa, especialmente pelo resultado de controvérsias passadas que se enraízam nas estruturas das organizações, de processos e relacionamentos, formando pontos nodais necessários (Lanzara & Patriotta, 2001). Os meios de representação dos eventos passados que levaram à integração presente (narrativa, escrita ou artefato) afetam seu significado. De acordo com Durepos e Mills (2018), “a história é o resultado da sócio-política de diferentes conglomerados de atores (humanos, não humanos e não corporais) à medida que transformam um sentido do passado” (p. 437, ver Deal et al., 2018; Hartt et al., 2014), portanto não é sensato limitar as fontes investigadas.

5. Descrever a realidade múltipla e a relação de poder.

Após realizar as etapas anteriores, o pesquisador poderá realizar a etapa final, de descrever a multiplicidade na criação da história. Identificar atores excluídos e trazer à tona eventos/ações ocultos pode revelar múltiplas realidades passadas. Conforme mostrado por Mol (2002), diferentes realidades são representadas como resultado de distintas práticas e compromissos após a resolução de uma controvérsia (Venturini, 2010a). Quando uma realidade está em uma caixa preta, não podemos ver os atores cuja associação a um ator central é menos visível, a menos que sejam revelados por uma controvérsia (Callon, 1989). Assim, nesta etapa, os pesquisadores devem estar atentos às práticas cotidianas dos atores que atuam em realidades visíveis e menos visíveis, pois é delas que surge a história (Bettin & Mills, 2018).

A análise da controvérsia no estudo do passado é uma ferramenta capaz de mostrar que as controvérsias em torno da criação da história podem ser encerradas de diferentes maneiras (Venturini, 2010a), e que a realidade pode se apresentar de outra forma (Law, 2004). Levar a sério as premissas de multiplicidade ajuda a “minar qualquer noção de que o passado é fixo e imutável, evitando o encerramento enquanto permanece sempre aberto à revisão” (Maclean et al., 2016, p. 627). Ao abordar a controvérsia, estamos considerando a política democrática de pesquisa como um exercício sério de conjecturas e refutações – a pesquisa como política por outros meios, e não sua concepção como um processo ordenado de acumulação de conhecimentos mais certos. Em vez

disso, seguindo os passos de Popper (2014), tomamos como direção o dissenso, a negação e a democracia.

Focar as rupturas das experiências dos atores do cotidiano é uma oportunidade para entender a dinâmica organizacional (Hussenot, 2014) e como associações e alianças são construídas para resolver uma realidade específica e marginalizar outras, nem sempre de modo intencional. Portanto, para identificar a multiplicidade, sugerimos que os pesquisadores busquem narrativas, documentos, artefatos ou eventos que forneçam algumas pistas para os potenciais desacordos a respeito da história organizacional ou do conhecimento do passado e das práticas realizadas pelos atores. A controvérsia organizacional diz respeito a diferenças cujo desdobramento exibe distribuições crescentes de poder (Venturini, 2010a). ANTI-historiadores “obscuram” o trabalho constante dos atores em estabelecer conexões, disputar e negociar quaisquer que sejam as questões em jogo. Após a ação, as multiplicidades proliferam empiricamente.

Exemplo prático

Um exemplo de história do presente considerando a cartografia moderna dos termos das controvérsias seria o tema do ambientalismo e das mudanças climáticas, bem como os diversos objetos utilizados para representá-lo: incêndios na Amazônia, Califórnia e Austrália; derretimento do gelo na Groenlândia, na Antártica e nos Alpes; inundações de proporções gigantescas no Reino Unido, nos Estados Unidos e em Bangladesh. Assim, pode-se pensar na negociação das mudanças climáticas como uma potencial controvérsia a ser investigada em Estudos de Gestão e Organização (etapa 1: amostragem). Uma vez que uma negociação específica de mudança climática é identificada como uma controvérsia, o pesquisador deve identificar quem são os atores (líderes nacionais, ONGs, corporações transnacionais) e traçar as diferentes narrativas históricas produzidas por eles e que atualmente estão em desacordo (argumentos favoráveis *versus* argumentos contrários). Com base em uma análise do ambientalismo e suas múltiplas facetas ao longo da história, Bothello e Salles-Djelic (2018) identificam vários atores internacionais (por exemplo, organizações intergovernamentais, grupos empresariais e cientistas) responsáveis por criar iniciativas e narrativas relacionadas a esse tópico ao longo do tempo. Essa prática de escaneamento ajuda os pesquisadores a gerarem uma imagem mais ampla do terreno, a qual será rastreada na próxima etapa (etapa 2: escaneamento). No entanto, ainda é necessário entender como as relações entre os atores acontecem no que diz

respeito à negociação das mudanças climáticas, como e se elas se conectam e quais são os resultados dessas relações. Para traçar a prática tradutória da negociação de mudanças climáticas, é preciso descrever como se dá a relação entre pontos de vista contraditórios, porque as controvérsias são foco de disputas e debates, exigindo a construção e mobilização de alianças entre atores heterogêneos (Venturini, 2010b). Pode ser assim que as organizações se esforçam para gerenciar seus efeitos sobre as fronteiras planetárias (Bothello & Salles-Djelic, 2018) na era do Antropoceno (Heikkurinen, Clegg, Pinnington, Nicolopoulou, & Caraz, 2020). Mais prosaicamente, poderia ser uma questão das relações entre tecnologia e prática de trabalho (Hussenot, 2008), o papel dos objetos de mediação (Hussenot & Missonier, 2010) e os aspectos sociais, culturais e políticos de uma inovação (Callon, 1989) (etapa 3: rastreamento).

Evidentemente, é importante considerar as relações de poder (Mol, 2002), pois certas posições de atores na rede têm maiores habilidades para influenciar a direção da controvérsia. É nesse sentido que Venturini (2010b), ao tratar das controvérsias climáticas, afirma que diferentes pesos devem ser dados a diferentes atores (Painel sobre Mudanças Climáticas, Coalizão Global do Clima) na negociação de um acordo sobre aquecimento global com uma chance mínima de sucesso, uma vez que as perspectivas são apoiadas de modos diferentes. Para Bothello e Salles-Djelic (2018), é o que ocorre quando as organizações tentam incorporar o discurso ambientalista. Os atores organizacionais mobilizam e defendem conceitos diferentes em relação a suposições ideológicas específicas que “evocam implicações normativas contrastantes em, por exemplo, agências públicas ou empresas com fins lucrativos” (p. 94). Além disso, os pesquisadores devem concentrar-se nas motivações que levam os atores a investir recursos para persuadir os outros da validade de seu ponto de vista. Por exemplo, algumas empresas investem muito dinheiro em responsabilidade ambiental, produtos verdes e pesquisa científica. Seria importante investigar como algumas vozes são reprimidas no processo contínuo de disputa. Por exemplo, a disseminação de *memes* nas redes sociais ridicularizando os defensores do meio ambiente (etapa 4: rotulagem).

Considerando as razões e perspectivas envolvidas na controvérsia, compreender quais são mais representativas e quais são silenciadas permite ao pesquisador articular a multiplicidade da criação da história. Bothello e Salles-Djelic (2018) ilustram essa situação ao afirmar que o ambientalismo não é homogêneo e atemporal porque é uma instituição historicamente construída e repleta de narrativas múltiplas. Segundo esses autores, diferentes rótulos estão associados ao ambientalismo, indicando

que esse conceito não pode ser reduzido a uma única visão. Existem vários pontos de vista que apoiam o ambientalismo e as mudanças climáticas. No entanto, existem vários outros baseados, em argumentos razoáveis, que questionam alguns aspectos específicos do aquecimento global. Cada um deles gera implicações gerenciais específicas para organizações e tomadores de decisão. Eles também ser incluídos na rede de atores para mostrar que a realidade histórica é múltipla (Durepos, 2015). Eles podem coexistir, mas às vezes se chocam (etapa 5: descrever).

Isso, como inúmeros outros exemplos que poderiam ser dados, mostram que aceitar controvérsias na análise organizacional exige estar aberto para descrever e não simplificar sua multiplicidade e complexidade (Latour, 2005; Venturini, 2010a).

Conclusão

Nosso objetivo neste artigo foi desenvolver e propor um método para ANTi-historiadores usando a análise da controvérsia como ponto de partida. Considerando que o conhecimento do passado e a criação da história são atividades performativas, ou seja, são uma questão de prática, pretendemos aprofundar a pesquisa da ANTi-história, sugerindo um método para compreender a análise dos fenômenos que ela evoca. Ao fazê-lo, mostramos que o método da cartografia das controvérsias parece ser uma ferramenta útil para atingir esse objetivo. Vozes marginalizadas, silenciadas ou reprimidas podem vir à tona quando os pesquisadores procuram as rupturas causadas por discordâncias e conflitos que acontecem ao longo da vida organizacional e das práticas dos atores. Em consonância com Durepos e Mills (2018), concordamos que “a mudança de foco do conhecimento para a prática terá consequências na forma como abordamos a história” (p. 441). Portanto, mais do que um aprimoramento teórico, é necessário o desenvolvimento de métodos à altura do desafio colocado pela ANTi-história. O que foi dito acima serve como um palco no qual essa controvérsia pode se desenrolar.

REFERÊNCIAS

- Alcadipani, R., & Hassard, J. (2010). Actor-network theory, organizations and critique: Towards a politics of organizing. *Organization*, 17(4), 419-435. doi: 10.1177/1350508410364441.
- Anderson, P. (1974). *Lineages of the absolutist state*. London, UK: New Left Books.
- Bettin, C., & Mills, A. J. (2018). More than a feminist: ANTi-Historical reflections on Simone de Beauvoir. *Management & Organizational History*, 13(1), 65-85. doi: 10.1080/17449359.2018.1446835.
- Blum, A. F., & McHugh, P. (1971). The social ascription of motives. *American Sociological Review*, 36(1), 98-109. doi: 10.2307/2093510.
- Booth, C., & Rowlinson, M. (2006). Management and organizational history: Prospects. *Management & Organizational History*, 1(1), 5-30. doi: 10.2307/2093510.
- Bothello, J., & Salles-Djelic, M.-L. (2018). Evolving conceptualizations of organizational environmentalism: A path generation account. *Organization Studies*, 39(1), 93-119. doi: 10.1177/0170840617693272.
- Busse, R., & Warner, M. (2017). The legacy of the Hawthorne experiments: A critical analysis of the 'Human Relations School of Thought'. *History of Economic Ideas*, 5(2), 91-114. doi: 10.19272/201706102004.
- Callon, M. (1986). Some elements of a sociology of translation: Domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay. In J. Law (Ed.), *Power, action, and belief: A new sociology of knowledge?* (pp. 196-223). London, UK: Routledge & Kegan Paul.
- Callon, M. (1989). Society in the making: The study of technology as a tool for sociological analysis. In W. E. Bijker, T. P. Hughes, & T. Pinch (Eds.), *The social construction of technological systems* (pp. 83-103). Cambridge, USA: MIT Press.
- Clegg, S. R. (1989). *Frameworks of power*. London, UK: Sage.
- Coraiola, D. M., Suddaby, R., & Foster, W. M. (2017). Mnemonic capabilities: Collective memory as a dynamic capability. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 57(3), 258-263. doi: 10.1590/s0034-759020170306.
- Corrigan, L. T. (2016). Accounting practice and the historic turn: Performing budget histories. *Management & Organizational History*, 11(2), 77-98. doi: 10.1080/17449359.2015.1115743.
- Corrigan, L. T., & Mills, A. J. (2012). Men on board: Actor-network theory, feminism and gendering the past. *Management & Organizational History*, 7(3), 251-265. doi: 10.1177/1744935912444357.
- Deal, N. M., Mills, A. J., & Mills, J. H. (2018). A modern and modern warfare in the making of a commercial airline. *Management & Organizational History*, 13(4), 373-396. doi: 10.1080/17449359.2018.1547647.
- Durepos, G. (2015). ANTi-History: Toward a modern histories. In P. McLaren, A. J. Mills, & T. Weatherbee (Eds.), *The Routledge Companion to management and organizational history* (pp. 153-180). New York, USA: Routledge.
- Durepos, G., & Mills, A. (2012a). ANTi-History: Theorizing the past, history, and historiography in management and organizational studies. Charlotte, USA: Information Age Publishing.
- Durepos, G., & Mills, A. J. (2012b). Actor-network theory, ANTi-history and critical organizational historiography. *Organization*, 19(6), 703-721. doi: 10.1177/1350508411420196.
- Durepos, G., & Mills, A. J. (2017). ANTi-History, relationalism and the historic turn in management and organization studies. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, 12(1), 53-67. doi: 10.1108/QROM-07-2016-1393.
- Durepos, G., & Mills, A. J. (2018). ANTi-History: An alternative approach to history. In C. Cassell, A. L. Cunliffe, & G. Grandy (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative business and management research methods* (pp. 431-449). California, USA: Sage.
- Durepos, G., & Mills, A. J., & Mills, J. H. (2008). Tales in the manufacture of knowledge: Writing a company history of Pan American World Airways. *Management & Organizational History*, 3(1), 63-80. doi: 10.1177/1744935908090998.

- Durepos, G., Mills, A. J., & Weatherbee, T. G. (2012). *Theorizing the past: Realism, relativism, relationalism and the reassembly of Weber*. *Management & Organizational History*, 7(3), 267-281. doi: 10.1177/1744935912444353.
- Durepos G, Shaffner EC, Taylor S. *Developing critical organizational history: Context, practice and implications*. Organization. October 2019. doi:10.1177/1350508419883381
- Foster, J., Mills, A. J., & Weatherbee, T. (2014). *History, field definition and management studies: The case of the New Deal*. *Journal of Management History*, 20(2), 179-199. doi: 10.1108/JMH-02-2013-0011.
- Foster, W. M., Coraiola, D. M., Suddaby, R., Kroezen, J., & Chandler, D. (2017). *The strategic use of historical narratives: A theoretical framework*. *Business History*, 59(8), 1176-1200. doi: 10.1080/00076791.2016.1224234.
- Hartt, C., Mills, A. J., Mills, J. H., & Corrigan, L. T. (2014). *Sense-making and actor networks: The non-corporeal actant and the making of an Air Canada history*. *Management & Organizational History*, 9(3), 288-304. doi: 10.1080/17449359.2014.920260.
- Hassard, J. S. (2012). *Rethinking the Hawthorne Studies: The Western Electric research in its social, political and historical context*. *Human Relations*, 65(11), 1431-1461. doi: 10.1177/0018726712452168.
- Heikkurinen, P., Clegg, S., Pinnington, A. H., Nicolopoulou, K., & Alcaraz, J. M. (2019). *Managing the Anthropocene: Relational Agency and Power to Respect Planetary Boundaries*. Organization & Environment. <https://doi.org/10.1177/1086026619881145>
- Hinnebusch, B. J. (1997). *Bubonic plague: A molecular genetic case history of the emergence of an infectious disease*. *Journal of Molecular Medicine*, 75(9), 645-652. doi: 10.1007/s001090050148.
- Hussenot, A. (2008). *Between structuration and translation: An approach of ICT appropriation*. *Journal of Organizational Change Management*, 21(3), 335-347. doi: 10.1108/09534810810874813.
- Hussenot, A. (2014). *Analyzing organization through disagreements: The concept of managerial controversy*. *Journal of Organizational Change Management*, 27(3), 373-390. doi: 10.1108/JOCM-01-2012-0006.
- Hussenot, A., & Missonier, S. (2010). *A deeper understanding of evolution of the role of the object in organizational process: The concept of "mediation object"*. *Journal of Organizational Change Management*, 23(3), 269-286. doi: 10.1108/09534811011049608.
- Jehn, K. A. (1995). *A multimethod examination of the benefits and detriments of intragroup conflict*. *Administrative Science Quarterly*, 40(2), 256-282. doi: 10.2307/2393638.
- Kivijarvi, M., Mills, A. J., & Mills, J. H. (2018). *Performing Pan American Airways through coloniality: An ANTi-History approach to narratives and business history*. *Management & Organizational History*, 14(1), 33-54. doi: 10.1080/17449359.2018.1465825.
- Kuper, S. (2019). *How Oxford university shaped Brexit: And Britain's next prime minister*. *Financial Times*, 18 September. Retrieved from <https://www.ft.com/content/85fc694c-9222-11e9-b7ea-60e35ef678d2>
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. London, UK: Verso.
- Lanzara, G. F., & Patriotta, G. (2001). *Technology and the courtroom: An inquiry into knowledge making in organization*. *Journal of Management Studies*, 38(7), 943-971. doi: 10.1111/1467-6486.00267.
- Latour, B. (1987). *Science in action: How to follow scientists and engineers through society*. Cambridge, USA: Harvard University Press.
- Latour, B. (1999). *Pandora's hope: Essays on the reality of science studies*. Cambridge, USA: Harvard University Press.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Latour, B., & Woolgar, S. (1986). *Laboratory life: The construction of scientific facts*. Princeton, USA: Princeton University Press.
- Law, J. (1987). *Technology and heterogeneous engineering: The case of Portuguese expansion*. In W. E. Bijker, T. P. Hughes, & T. Pinch (Eds.), *The social construction of technological systems: New directions in the sociology and history of technology* (pp. 111-134). Cambridge, USA: MIT Press.
- Law, J. (1992). *Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy and heterogeneity*. *Systems Practice*, 5(4), 379-393. doi: 10.1007/BF01059830.
- Law, J. (1994). *Organizing modernity*. Oxford, UK: Blackwell.
- Law, J. (1999). *After ANT: Complexity, naming and topology*. In J. Law, & J. Hassard (Eds.), *Actor network theory and after* (pp. 1-14). Oxford, UK: Blackwell.
- Law, J. (2004). *After method: Mess in social science research*. London, UK, New York, USA: Routledge.
- Maclean, M., Harvey, C., & Clegg, S. R. (2016). *Conceptualizing historical organization studies*. *Academy of Management Review*, 41(4), 609-632. doi: 10.5465/amr.2014.0133.
- Maclean, M., Harvey, C., & Clegg, S. R. (2017). *Organization theory in business and management history: Present status and future prospects*. *Business History Review*, 91, 457-481. doi: 10.1017/S0007680517001027.
- Mannevu, M. (2018). *The riddle of adaptation: Revisiting the Hawthorne studies*. *The Sociological Review*, 66(6), 1242-1257. doi: 10.1177/0038026118755603.
- Michaud, V. (2014). *Mediating the paradoxes of organizational governance through numbers*. *Organization Studies*, 35(1), 75-101. doi: 10.1177/0170840613495335.
- Mills, A. J., & Durepos, G. (2010). *ANTi-history*. In A. J. Mills, G. Durepos, & E. Weibe (Eds.), *Encyclopedia of case study research* (pp. 26-29). California, USA: Sage.
- Mills, A. J., Suddaby, R., Foster, W. M., & Durepos, G. (2016). *Revisiting the historic turn 10 years later: Current debates in management and organizational history – an introduction*. *Management & Organizational History*, 11(2), 67-76. doi: 10.1080/17449359.2016.1164927.
- Mol, A. (1999). *Ontological politics: A word and some questions*. In J. Law, & J. Hassard (Eds.), *Actor network theory and after* (pp. 74-89). Oxford, UK: Blackwell Publishers.
- Mol, A. (2002). *The body multiple: Ontology in medical practice*. Durham, USA: Duke UP.
- Mol, A. (2010). *Actor-network theory: Sensitive terms and enduring tensions*. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 50(1), 253-269.

- Muldoon, J. (2017). *The Hawthorne studies: An analysis of critical perspectives, 1936-1958*. *Journal of Management History*, 23(1), 74-94. doi: 10.1108/JMH-09-2016-0052.
- Myrick, K., Mills, J. H., & Mills, A. J. (2013). *History-making and the Academy of Management: An ANTI-History perspective*. *Management & Organizational History*, 8(4), 345-370. doi: 10.1080/17449359.2013.821662.
- Ocasio, W., Masket, M., & Steele, C. W. J. (2016). *History, society, and institutions: The role of collective memory in the emerging and evolution of societal logics*. *Academy of Management Review*, 41(4), 676-699. doi: 10.5465/amr.2014.0183.
- Popper, K. (2014). *Conjectures and refutations: The growth of scientific knowledge*. London, UK: Routledge.
- Scott, P., Richards, E., & Martin, M. (1990). *Captives of controversy the myth of the neutral social researcher in contemporary scientific controversies*. *Science, Technology, & Human Values*, 15(4), 474-494. doi: 10.1177/016224399001500406.
- Secord, P., & Corrigan, L. T. (2017). *ANTI-History and the entrepreneurial work of privateers*. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, 12(2), 94-110. doi: 10.1108/QROM-06-2016-1389.
- Venturini, T. (2010a). *Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory*. *Public Understanding of Science*, 19(3), 258-273. doi: 10.1177/0963662509102694.
- Venturini, T. (2010b). *Building on faults: How to represent controversies with digital methods*. *Public Understanding of Science*, 21(7), 796-812. doi: 10.1177/0963662510387558.
- Venturini, T., Ricci, D., Mauri, M., Kimbell, L., & Meunier, A. (2015). *Designing controversies and their publics*, *Design Issues*, 31(3), 74-87. doi: 10.1162/DESI_a_00340.
- Weatherbee, T. G., Durepos, G., Mills, A., & Mills, J. H. (2012). *Theorizing the past: Critical engagements*. *Management & Organizational History*, 7(3), 193-202. doi: 10.1177/1744935912444358.
- Yaneva, A. (2012). *Mapping controversies in architecture*. Manchester, UK: Ashgate Publishing Company.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Os autores declaram que participaram de todas as etapas de desenvolvimento do manuscrito. A partir da conceituação e abordagem teórico-metodológica, realizou-se a revisão teórica (levantamento bibliográfico), bem como, por fim, redação e revisão final do artigo.

FÓRUM

Submetido 30.06.2019. Aprovado 17.03.2020

Avaliado pelo sistema *double blind review*. Editores convidados: Diego M. Coraiola, Amon Barros, Mairi Maclean e William M. Foster
Versão original

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020210106>

INSCRIÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO DO PODER ORGANIZACIONAL: O CASO DO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO DE ESCRAVOS NO BRASIL

Accounting inscriptions for the exercise of organizational power: The case of the slave emancipation fund in Brazil

Inscripciones contables para el ejercicio del poder de la organización: El caso del fondo de emancipación de esclavos en Brasil

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar como o poder organizacional pode ser exercido sobre populações específicas por meio das inscrições contábeis. A metodologia de pesquisa é baseada em um estudo de caso e pesquisa de arquivo. O estudo de caso do Fundo de Emancipação teve como base de análise a legislação, documentos de arquivo e notícias de jornais. Quanto à abordagem adotada, este artigo utiliza o conceito da governamentalidade para a condução de uma análise interpretativa dos dados. Os resultados demonstram que o uso das inscrições contábeis permitiu o controle territorial e da arrecadação de quantias para a constituição das quotas municipais do Fundo de Emancipação, a supervisão dos senhores, e estabeleceu critérios de seleção para a alforria de escravos considerados “dignos de liberdade”, mantendo, dessa forma, o controle sobre a transição gradual do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

PALAVRAS-CHAVE | Inscrições contábeis, escravo, governamentalidade, Fundo de Emancipação, História da contabilidade.

ABSTRACT

This research aims to analyze how organizational power can be exercised over specific populations through accounting inscriptions. This aim has been achieved by using a methodology based on a case study and archive research. The case study of the national emancipation fund was based on the analysis of legislation, archival documents, and newspapers. The concept of governmentality has been used to conduct an interpretative data analysis. The results demonstrate that the accounting inscriptions allowed territorial control and collection of amounts for constitution of municipal emancipation fund, supervision of the slavers owners, and establishment of selection criteria for the manumission of slaves considered "worthy of freedom." In this way, the imperial state maintained control over the gradual transition from slavery to wage labor.

KEYWORDS | Accounting inscriptions, slave, governmentality, Emancipation Fund, Accounting history

RESUMEN

El presente estudio analiza cómo el poder organizacional puede ejercerse sobre las poblaciones específicas a través de inscripciones contables. La metodología de investigación se basa en un estudio de caso y una investigación de archivo. El estudio de caso del fondo de emancipación se basó en el análisis de la legislación, documentos de archivo y noticias periodísticas. Este artículo utiliza el concepto de la gubernamentalidad en la conducción de un análisis interpretativo de los datos. Los resultados demuestran que el uso de las inscripciones contables permitió el control de la recaudación de cantidades para la constitución de las cuotas municipales del fondo de emancipación, la supervisión de los señores, el control territorial y de la selección para la manumisión de esclavos considerados "dignos de libertad", manteniendo así el control sobre la transición gradual del trabajo esclavo al trabajo asalariado.

PALABRAS CLAVE | Inscripciones contables, esclavo, gubernamentalidad, Fondo de Emancipación, Historia contable.

ADRIANA RODRIGUES SILVA¹
adrianarsilva.ars@gmail.com
0000-0003-1538-6877

ANGELICA VASCONCELOS²
avasconcelos@uclly.fr
0000-0003-3910-9655

THAIS ALVES LIRA³
lira1thais@gmail.com
ORCID: 0000-0002-6310-6991

¹Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Gestão e Tecnologia, Santarém, Portugal

²Science and Humanities Confluence, Université Catholique de Lyon, ESDES Business School, Lyon, França

³Universidade Federal Rural da Amazônia, Capanema, Pará, Brasil

INTRODUÇÃO

Em sequência de sua capacidade de movimentação, as inscrições contábeis são visualizadas como expressões materiais capazes de apoiar o gerenciamento de eventos e populações (Robson, 1992). Alguns estudiosos que pesquisam sobre as inscrições contábeis têm demonstrado interesse no seu uso para a produção de fatos (Ezzamel, Lilley, & Willmott, 2004), nas condições de sua atuação a distância (Robson, 1992) e no seu poder de criação e promoção da “ordem” na sociedade (Ezzamel, 2009). Esta pesquisa atende às chamadas de Ezzamel et al. (2004), Robson (1992) e Ezzamel (2009) sobre a elaboração de novas pesquisas referentes às inscrições contábeis e sobre seu potencial para auxiliar o estabelecimento da ordem social. Este estudo também contribui com a literatura existente sobre o uso da contabilidade (e suas expressões) para o controle da sociedade e a pesquisa contábil interpretativa sobre as inter-relações da contabilidade com o Estado (Carmona, 2017).

O foco desta pesquisa é o Fundo de Emancipação de escravos, tema esse que tem sido desenvolvido por historiadores não contadores como Dauwe (2004), Neves (2014) e Santana (2018), por exemplo. Dauwe tem como objetivo compreender a estrutura do Fundo de Emancipação, tanto como instrumento jurídico quanto administrativo. Neves procura reavaliar a participação do escravo no processo de construção de sua liberdade. Santana investiga como ocorreu a trajetória da indenização aos senhores e a falta de reparação aos libertos nas emancipações. Nenhum dos autores buscou compreender como o poder estatal foi exercido sobre populações específicas por meio das inscrições contábeis que acompanham o programa de governo (Robson, 1992), no caso, o Fundo de Emancipação de escravos.

Este artigo baseia-se no estudo dos citados historiadores, investigando o uso das inscrições contábeis para o controle dos escravos e dos seus senhores. A instituição do Fundo de Emancipação permitiu o estabelecimento de mecanismos para combater o domínio senhorial sobre os escravos e a construção da liberdade escrava de maneira gradual (Neves, 2014). Para a sua operacionalização, o Fundo de Emancipação exigiu o uso de mecanismos de controle, como a contabilidade e suas expressões.

Este artigo traz novos conhecimentos para pesquisas anteriores. Neu (2000a, 2000b) apresenta a contabilidade e suas expressões como tecnologia do governo útil para tornar governável uma população específica. Sanchez-Matamoros, Gutiérrez, Espejo e Fenech (2005) apresentam os números contábeis como mecanismos de controle do governo britânico. Ezzamel (2009) demonstra que o uso das inscrições contábeis

permitiu visualizar as atividades e conquistas de vários setores da sociedade egípcia e incentivar indivíduos a demonstrar que suas ações eram consistentes com as qualidades necessárias à ordem social e econômica. Sargiacomo (2009) identificou que inscrições contábeis eram capazes de reportar qualquer má conduta dos funcionários que integrassem o aparelho de Estado e a população em geral; Silva, Rodrigues e Sangster (2019) apresentam como as inscrições contábeis permitiram ao governo brasileiro exercer controle sobre o regime de tutela dos africanos livres. Nesta pesquisa, usando o conceito da governamentalidade de Foucault, procuramos analisar o poder organizacional exercido sobre populações específicas por meio das inscrições contábeis, com o intuito de manter a ordem social no processo de transição gradual do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

Para alcançar o objetivo proposto, este estudo realiza uma análise historiográfica por meio dos regulamentos do Fundo de Emancipação e material de arquivo localizados em bibliotecas e arquivos históricos do Brasil e dos Estados Unidos. Obras secundárias que examinaram o Fundo de Emancipação dos pontos de vista sociológico, econômico e histórico foram usadas para corroborar evidências e fornecer embasamento teórico para a análise interpretativa dos dados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No início do século XIX, inspirada pelo liberalismo e ideias iluministas que imperavam na Europa, a política britânica passa a combater a escravidão (Fausto, 1996). Argumentava-se que o escravismo contrariava profundamente o desenvolvimento da indústria e da produção da riqueza pública e privada (Malheiros, 1866). As fortes influências da Grã-Bretanha para a extinção do tráfico internacional foram grandes propulsoras à discussão parlamentar sobre a adoção de medidas para a proibição do desembarque e libertação de escravos no Brasil.

Com o intuito de abrandar essa pressão internacional, o governo brasileiro, em 7 de novembro de 1831, promulgou a Lei Feijó (Lei de 7 de novembro, 1831), que considerava livres todos os escravos que desembarcassem em território ou portos brasileiros. Contudo, a situação econômica do Brasil, dependente da mão de obra escrava, não foi favorável à devida e correta aplicação dessa lei. A Lei Feijó ficou conhecida na história como uma norma criada para falsear uma intenção abolicionista no Brasil e servir apenas como uma “lei para inglês ver” (Bethell, 1976).

Os esforços britânicos para o fim do tráfico de escravos continuaram e, em 1845, com o Ato Aberdeen, cruzadores da marinha britânica passaram a apreender navios brasileiros

suspeitos de realizarem tráfico de escravos e levá-los a julgamento (Baronov, 2000; Klein & Luna, 2009). Em resposta às diversas pressões, tanto externas como internas, no ano de 1850, o governo brasileiro, em mais uma tentativa de extinguir o tráfico de escravos, promulgou a Lei Eusébio de Queiroz (Lei nº 581, 1850), que criminalizava a atividade.

Depois de 1850, as propostas com sugestões para a emancipação dos escravos de modo gradual se intensificaram, uma vez que existia a preocupação, por parte da Câmara dos Deputados e da elite brasileira, sobre a abolição ser pensada de maneira a não causar danos à propriedade rural e à agricultura do País (Malheiros, 1866; Neves, 2014). Nessa perspectiva, em 28 de setembro de 1871, foi aprovada a Lei n. 2.040, mais conhecida como Lei do Ventre Livre (Lei nº 2.040, 1872). Essa lei atendia à preocupação de libertar os escravos de modo gradual e emancipar todos os filhos de escravos nascidos após a data de sua promulgação.

Fundo de Emancipação

A Lei do Ventre Livre instituiu um fundo público financeiro (art. 3) que tinha como propósito se transformar em uma política pública para efetivar a emancipação gradual dos escravos (Campello, 2018). Como política pública, o Fundo de Emancipação foi disciplinado por diversos atos legislativos. Constituído por recursos financeiros, os valores arrecadados para a composição do Fundo de Emancipação eram oriundos de taxas e impostos sobre os escravos, loterias, multas e contribuições. Os valores arrecadados para esse fundo funcionaram como um subsídio do governo imperial às províncias e municípios, destinado à compensação dos senhores de escravos pela propriedade perdida (Soares, 1847). O governo, portanto, passou a mediar as relações entre escravos e senhores, retirando desses últimos o controle da alforria de seus cativos (Dauwe, 2004; Teixeira, 2014, 2016). Dessa forma, mantinham-se os direitos senhoriais em certa medida, bem como atendia-se às demandas dos escravos, ainda que parcialmente (Santana, 2018).

As discussões ao longo do século XIX em torno da libertação gradual de escravos por meio da constituição do fundo financeiro expressaram, por um lado, a preocupação com os rumos que um processo de abolição total da escravidão poderia trazer para a sociedade, para a economia e para a ordem pública do País. Isso porque uma abolição completa, sem orientação e sem o controle do Estado, poderia gerar conflitos internos na nação (Malheiros, 1866). Por outro lado, foi um dispositivo legal que contribuiu para a derrocada gradual da escravidão no

Império, uma vez que abriu a possibilidade de escravos e seus familiares disputarem a liberdade nos tribunais oitocentistas (Chalhoub, 1990).

O Fundo de Emancipação foi considerado o maior aparato burocrático emancipacionista das Américas (Santana, 2018). Sua operacionalização requereu a montagem de aparato institucional expressivo, que contava com a ação de determinados indivíduos dispersos nas unidades territoriais do Império com atribuições fixas delineadas em regulamentos. O levantamento do número de escravos existentes no Império era entendido como a atividade de arranque da estrutura burocrática do fundo, que se materializava na forma de um registro denominado “matrícula especial” (Lei nº 2.040, 1872). A realização da matrícula estava sob a responsabilidade direta de agentes públicos selecionados das Mesas de Rendas, Alfândegas, Tesouraria da Fazenda, Presidência da Câmara e Províncias, Promotoria Pública, Diretoria Geral de Estatística e do Ministério de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; e não públicos, como os párocos e associações. Sanções como multa e prisão poderiam ser aplicadas aos agentes pelo não cumprimento ou execução errônea das atribuições estabelecidas pelos regulamentos.

O levantamento da população escrava servia de base para o cálculo do número de escravos a serem libertos e da quantia financeira (quota) do Fundo de Emancipação destinada para cada província do Império. Após a distribuição das quotas, o presidente de cada província, com o conhecimento da estatística dos municípios e freguesias, solicitava, por edital, a constituição de uma junta classificadora por município. As juntas de classificação eram compostas hierarquicamente pelo presidente da Câmara, pelo promotor público e pelo coletor das Mesas de Rendas, responsáveis por apresentar, por ordem de direito, a lista de cativos que estavam aptos a receber liberdade pelas quotas do Fundo de Emancipação.

O Fundo de Emancipação contou com uma estrutura composta por quase 800 juntas espalhadas pelo território nacional. Essa estrutura tinha o objetivo de garantir a ordem social durante o processo de libertação gradual dos escravos, por meio da gestão dos recursos e mediando ações entre senhores, libertados e seus familiares (Santana, 2018). Durante o seu vigor, que perdurou até os momentos finais da escravidão, o Fundo de Emancipação permitiu libertar cerca de 32 mil escravos em todo o Império (Dauwe, 2004; Neves, 2014; Santana, 2018). A quantidade de verbas investidas totalizou o montante de 16.259:451\$109 (dezesesseis mil e duzentos e cinquenta e nove contos, quatrocentos e cinquenta e um mil e cento e nove réis) (Santana, 2012, 2018).

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção discute as inscrições contábeis e seu alinhamento ao conceito da governamentalidade de Foucault, para a construção do cenário do estudo sobre o poder estatal exercido sobre as populações por meio das inscrições contábeis.

Inscrições contábeis

O termo “inscrições contábeis” é particularmente utilizado por historiadores da contabilidade para evitar uma limitação *a priori* do objeto de estudo à contabilidade como ela atualmente existe (quanto ao conteúdo e formato) ou a uma técnica contábil específica, como as partidas dobradas (Miller & Napier, 1993). Para Miller (1990), os procedimentos de inscrição auxiliam a formação dos diversos domínios da governamentalidade, pois estas permitem que “objetos”, como os indivíduos, sejam materializados e se tornem passíveis de intervenção e regulamento. As inscrições funcionam como mediadoras entre o ator e os diversos cenários nos quais ele pretende atuar e que se encontram distantes (Latour, 1988).

Inscrições podem ser representadas, por exemplo, por traços, pontos, histogramas, números, tabelas (Latour & Woolgar, 2013). Por meio dessas representações, qualquer expressão pode apresentar significado e fatos que podem ser compreendidos (Latour, 1987). Todavia, é importante destacar que nem todas as formas de cálculo são “contábeis”, mas tão somente aquelas que permitem a construção e cálculo de objetos ou entidades contábeis anteriormente invisíveis (Meyer, 1986; Power, 1992). A operacionalização das inscrições contábeis prevê, ainda, a existência de uma unidade responsável de registro, na qual o objeto é reconhecido (i.e., contabilizado) por uma pessoa responsável (Jones, 2009).

As ferramentas do Estado na construção dos cenários de seu interesse são as tecnologias do governo utilizadas para intervir na população, tais como cálculos, técnicas, aparelhos, documentos e procedimentos por meio dos quais as autoridades buscam incorporar e dar efeito às ambições governamentais (Dean, 2010). De acordo com Miller (1990), as tecnologias do governo permitem uma forma de domínio intelectual, que se torna possível pela existência de um centro o qual possui informações sobre pessoas e eventos, que estão distantes daquele. Ademais, em consonância com Latour (1988), a gestão de informações sobre os fluxos populacionais para um centro é chamada de centro de cálculo (Latour, 1988).

A contabilidade gera inscrições numéricas com habilidade para criar e diminuir distâncias, por exemplo, as distâncias

materiais e administrativas (Corvellec, Ek, Zapata, & Campos, 2018). Essas inscrições são particularmente úteis no processo de vigilância por causa de sua mobilidade, estabilidade e capacidade de combinação (Latour, 1987). As inscrições contábeis são móveis, pois podem ser movidas e levar assuntos remotos para os locais onde ocorre a vigilância. São estáveis e combináveis, porque os números viajam sem mudar à medida que são movimentados pelas organizações e porque podem ser adicionados, subtraídos, divididos e multiplicados para fornecer *insights* relevantes e adicionais sobre um evento que se encontra distante, como a existência de erros, fraudes, arrecadação de receita, aplicação dos recursos (Andon, Baxter, & Chua, 2003; Cuganesan, 2008; Latour, 1987). Portanto, as inscrições podem agir a distância por sua capacidade de construir relacionamentos entre elementos considerados desconectados (Corvellec et al., 2018).

Para Espejo, Sánchez-Matamoros e Fenech (2002, p. 422), a quantidade de inscrições contábeis desempenha um papel fundamental para controlar os indivíduos, pois, por meio da gestão da informação acumulada pelas inscrições, criam uma poderosa ferramenta de gestão para o governo.

Inscrições contábeis para a governamentalidade

Governamentalidade é uma terminologia usada para denominar o conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas utilizadas pelo governo que permitem o exercício do poder e tem como alvo a manutenção da riqueza e bem-estar da população. Ela surge como um método de análise das atitudes do governo, assumindo que este segue um caminho estrategicamente planejado (Dean, 2010).

Nesse âmbito, a análise das atitudes de intervenção do governo reside na ligação de complexos procedimentos de representação e influência (Espejo et al., 2002). Esses procedimentos, em conformidade com Foucault (1991), são trazidos à realidade como programas governamentais para atender as intenções do governo. Assim, surge o “caráter programático da governamentalidade”, já que o governo elabora programas para reformar a realidade de acordo com seus interesses, com o objetivo de organizar as situações para que sejam alcançados certos fins (Miller, 1990; Rose & Miller, 1992).

Neu (2000a, 2000b) apresenta a contabilidade como uma tecnologia usada pelo governo com o objetivo de tornar governável uma população específica. Com o uso das técnicas

e expressões da contabilidade, o império britânico conseguiu manter centros de cálculos (local onde as informações são acumuladas) que permitiram o acompanhamento do território e da população. Além disso, também foi usada para mudar os hábitos, costumes e comportamentos da população.

Sanchez-Matamoros et al. (2005) identificaram que números contábeis serviram como mecanismos do governo para a gestão de duas empresas apoiadas com recursos governamentais, funcionando como meio para a coleta de dados sobre quanto cada trabalhador estava produzindo, sobre o número esperado de produtos, sobre a existência de furtos. Com base nas informações coletadas, o governo poderia emitir instruções formais e garantir as mudanças necessárias, na contabilidade, para a manutenção do efetivo controle.

Ao examinar o poder discursivo da contagem, dos números contábeis e das inscrições na criação e promoção da "ordem" na sociedade do antigo Egito, Ezzamel (2009) identificou o funcionamento da contabilidade como um ritual performativo que construía coerência e ordem no cosmos, na terra e no mundo subterrâneo. Os números contábeis eram frequentemente combinados com textos linguísticos e cenas pictóricas da arquitetura para produzir um discurso que possibilitava a construção e a perpetuação de mundos harmoniosos, com populações ordenadas e desempenhando papéis que lhes eram designados.

Em seu estudo sobre a contabilidade como ferramenta para a governamentalidade do Estado feudal italiano do século XVI, Sargiacomo (2009) afirma que as inscrições contábeis, por meio de sua correta gravação (e.g. em livros contábeis e não contábeis, inventários, relatórios dos oficiais de justiça), eram capazes de reportar ao governo de Parma qualquer má conduta dos funcionários que integravam o aparelho de Estado e a população em geral.

Em pesquisa desenvolvida por Silva et al. (2019), os autores apresentaram como as inscrições contábeis (e.g. mapas com números de africanos livres mortos, lista de africanos livres alugados e respectivos valores, lista de devedores e respectivos valores) permitiram ao governo brasileiro exercer controle sobre o regime de tutela dos africanos livres. Como uma ferramenta de informação e controle, a contabilidade e suas expressões permitiram a criação de registros que serviram aos interesses do Estado no que diz respeito à redução de custos com os africanos livres e ao aumento de sua receita com a arrecadação de salários dos africanos livres.

A contabilidade como tecnologia para a gestão do governo é imbuída de aspirações para moldar a conduta com a esperança de produzir certos efeitos desejados (Miller,

1990, p. 318). Portanto, percebe-se que a contabilidade e suas expressões podem desempenhar um papel fundamental como meio de controle de indivíduos, por intermédio da gestão da informação, podendo ser uma poderosa ferramenta nas mãos da entidade.

METODOLOGIA

Pesquisas recentes debatem ativamente as metodologias de pesquisa na história dos negócios (Gill, Gill, & Roulet, 2018; Maclean, Harvey, & Clegg, 2016, 2017) com o intuito de reconhecer a importância do passado em influenciar o presente e moldar o futuro (Carnegie & Napier, 1996). Historicizar a contabilidade no âmbito organizacional pode sensibilizar sujeitos sobre a força e o uso de ferramentas em contextos específicos que envolvem as empresas. Indivíduos podem sentir-se motivados a se tornarem comentaristas dos desenvolvimentos e usos contemporâneos de ferramentas empresariais, como a contabilidade, tornando-se capazes de propor, inclusive, o uso da contabilidade como instrumento de mudança nas organizações e na sociedade (Gomes, Carnegie, Napier, Parker, & West, 2011).

Para contar a história da contabilidade no âmbito organizacional, este trabalho usa o método do estudo de caso, concentrando-se no Fundo de Emancipação de escravos no Brasil. A natureza holística dessa abordagem permite que o pesquisador colete os dados por diversos meios (Diab, 2019) e, assim, possa compreender fenômenos sociais complexos (Parker, 2019). Atendendo a natureza do estudo de caso, as fontes primárias foram identificadas e coletadas na Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBGJ) e no Center Research Library (CRL). Fontes próximas no tempo, internas e escritas para usos imediatos (Decker, 2013), foram combinadas com o conceito de governamentalidade de Foucault para a interpretação de narrativas históricas (Kasabov & Sundaram, 2014), respondendo à seguinte questão de pesquisa: Como o poder organizacional pode ser exercido por meio das inscrições contábeis?

Os dados foram analisados manualmente por meio da intuição e escrutínio dos pesquisadores (Lage & Godoy, 2008), o que contribuiu com a organização dos dados em formato de resumo e com a observação de resultados e temas anteriores (Boedker, Chong, & Mouritsen, 2019). Ademais, para examinar as múltiplas fontes de pesquisa, nos envolvemos em: 1) críticas à fonte, nos questionando sobre cada documento encontrado; 2)

triangulação, observando os documentos criados por diferentes atores do mesmo evento; e 3) interpretação hermenêutica, por meio do reconhecimento do contexto cultural, social e temporal da criação dos documentos e pela seleção e citação de uma pequena parte dos documentos lidos (Kipping, Wadhvani, & Bucheli, 2014).

A análise interpretativa hermenêutica foi dividida em interpretativa de narrativas históricas e reiterativa. A análise interpretativa de narrativas históricas permitiu explicações e críticas ao evento e sujeitos em estudo (Carnegie & Napier, 1996). O processo de análise interpretativa e reiterativa envolveu a combinação contínua de interpretações baseadas na literatura e reflexões sobre os dados empíricos, sob forma de apresentar um retrato de estratégias e processos inseridos no Fundo de Emancipação de escravos, com vistas a oferecer interpretações e explicações (Carr, 1986) que reconhecem as inter-relações existentes no programa.

Com o objetivo de apresentar uma síntese criativa entre o estudo da história e da organização, Maclean et al. (2016, 2017) apresentam cinco princípios: 1) dupla integridade, que tem como princípios a veracidade histórica e o rigor conceitual; 2) entendimento pluralista, que permite a compreensão por meio de alternativas e diferentes formas de ver; 3) verdade representacional, que se apoia na congruência entre evidência, lógica e interpretação; 4) sensibilidade ao contexto, que consiste na atenção do pesquisador às especificidades históricas; e 5) fluência teórica, que representa o comando do terreno conceitual. O presente artigo está alinhado com os princípios da dupla integridade, verdade representacional e sensibilidade ao contexto.

O estudo também se baseia na análise de pesquisas secundárias desenvolvidas por estudiosos que nos precederam. No campo histórico sobre o Fundo de Emancipação de escravos (Dauwe, 2004; Neves, 2014; Santana, 2018), os estudos evidenciam os papéis das populações e a estrutura de um programa de governo estabelecido no ano de 1871. No campo contábilístico sobre o uso das inscrições contábeis como tecnologia do governo (Ezzamel, 2009; Neu, 2000a, 2000b; Sanchez-Matamoros et al., 2005; Sargiacomo, 2009; Silva et al., 2019), as pesquisas apresentam as inscrições contábeis como mecanismos capazes de colocar em prática os objetivos delineados pelo Estado.

As fontes secundárias foram usadas para a definição da área temática, para corroborar evidências e para fornecer embasamento teórico (Braun & Clarke, 2006). Os aspectos estudados, principais fontes e número de documentos estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1. Critérios, princípios e técnicas orientadores da pesquisa

Aspectos estudados	Principais fontes	Número de documentos
Contexto político, econômico e social	Fontes secundárias e regulamentos sobre a abolição da escravatura.	(2) obras raras; (12) livros e (1) legislação.
Enquadramento teórico	Artigos científicos publicados em revistas indexadas.	(24) artigos científicos.
Discussão	Fontes secundárias; regulamentos sobre a abolição da escravatura; extratos de jornais de época localizados em arquivo.	(3) legislações; (15) artigos científicos; (2) notícias de jornais.

Fontes primárias são usadas para investigar o contexto social, político e econômico e centram-se na legislação sobre o Fundo de Emancipação que foi localizada na BBGJ. Os dados referentes à composição do Fundo de Emancipação foram identificados nos relatórios do Ministério da Fazenda, localizados no CRL. Por sua vez, informações relacionadas à distribuição das quotas do Fundo de Emancipação foram identificadas em jornais de época localizados na BNDigital.

INSCRIÇÕES CONTÁBEIS NO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO DE ESCRAVOS

A Lei do Ventre Livre prevê um processo contábilístico dotado de três atividades distintas (i.e., registro, sumarização dos dados e elaboração de demonstrativos), define objetos e unidades contábeis, bem como atribui os atores responsáveis pela implementação do Fundo de Emancipação.

O sistema de registro idealizado pelo Estado concede visibilidade a dois objetos contábeis (i.e., o escravo e o seu senhor), cujos dados eram inscritos em livros distintos, tendo o município (parcela da divisão administrativa do território) como unidade contável. Reconhecia-se, igualmente, que o escravo poderia, após o registro inicial, deslocar-se de unidade, o que impreterivelmente ensejaria alteração na inscrição contábil originária. O escravo é o primeiro objeto contável referido no Decreto n. 5.135 (art. 1), cujo registro

incluía alguns dos seus atributos (i.e., nome, sexo, cor, idade, estado civil, filiação, aptidão para o trabalho, profissão e observações relevantes) e de seu respectivo senhor (i.e., nome e residência). Esse conjunto de dados era introduzido no livro denominado Modelo A (Quadro 2), que ainda incluía quatro outras colunas destinadas à captura do dia da matrícula (i.e., registro inicial), os números de inscrição atribuídos ao escravo e ao seu senhor, e informações relevantes pós-matricula (e.g.,

alforrias, mudança de município, mudança de proprietário, falecimento). O senhor figura aqui como contrapartida do objeto contável focal do livro (i.e., escravo). As colunas destinadas aos números de inscrição, bem como a data da matrícula, funcionavam como trilha de auditoria (Sangster, 2016), o que permitia a rastreabilidade da informação dos objetos contáveis e garantia acurácia na identificação da existência de homônimos.

Quadro 2. Modelo A

Para a escrituração do livro da matrícula especial de todos os escravos existentes no município de, da província de (Artigo 1º do Regulamento)

Número de ordem das relações	Senhores		Matrícula					Escravos							Observações	Averbações	
	Nome	Residência	Número de ordem		Data			Nome	Sexo	Cor	Idade	Estado	Filiação	Aptidão para o trabalho			Profissão
			Na matrícula geral do município	Nas relações apresentadas	Dia	Mês	Ano										

Fonte: Adaptado de Lei nº 2.040 (1872).

O segundo objeto contável referido no Decreto n. 5.135 foi o senhor (art. 2), cujo registro (no livro denominado Modelo B) incluía tão somente seu nome, município de residência e assinatura. Todos os demais campos capturavam informações sobre seus escravos já registradas no Modelo A, com exceção da inclusão da naturalidade do escravo (ver Quadro 3). A primeira coluna à esquerda no Modelo B era destinada à menção do número de inscrição geral do escravo no município, enquanto a segunda coluna seria o número de ordem na relação do senhor em questão. A assinatura do senhor no livro, ou de seu preposto, legitima a relação entre devedores e credores, fato que caracteriza o sistema contabilístico de partidas simples (Yamey, 2005).

Quadro 3. Modelo B

Relação n. 4 dos escravos pertencentes a F..., residente no município de (Artigo 2º do Regulamento)

	Nome	Cor	Idade	Estado	Naturalidade	Filiação	Profissão	Observações

Apresentado a matrícula e matriculado em de de 1872.

Pagou

Cidade (ou vila) de de 1872.

O Administrador-F....

O Escravidão-F....

Como procurador do senhor-F....

Fonte: Adaptado de Lei nº 2.040 (1872).

O Decreto n. 5.135 ainda previa um conjunto de formalidades extrínsecas para os livros de registros da matrícula especial, como a obrigatoriedade de serem numerados, rubricados e encerrados pelo Inspetor da Tesouraria da Fazenda em cada província (art. 8). O termo de encerramento era lavrado posteriormente pelos funcionários responsáveis pela matrícula na presença do presidente da Câmara municipal de vereadores e do promotor público, que igualmente o assinavam (art. 15). Tais formalidades também eram obrigatórias para livros contábilísticos principais (e.g., Diário) de negociantes, conforme disciplinava o art. 13 do Código Comercial (Lei n. 556, de 25 de junho de 1850).

Ao termo do período de registro, que findava aos 30 de setembro de cada ano, os agentes públicos responsáveis deveriam sumarizar os dados coletados, utilizando-se para tal o Modelo E (Quadro 4). A disposição interna das tabelas era a ordem decrescente da quantidade de escravos de cada senhor. A adoção de tal critério pode ser justificada pela premissa de que famílias eram prioritárias na classificação para a concessão de liberdade pelo Fundo de Emancipação (art. 27 do Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872). O sumário ainda indicava o número e a página onde estavam os dados nos livros de registro (Modelos A e B).

Quadro 4. Modelo E

Nomes dos Senhores	NÚMERO DE ORDEM DOS ESCRAVOS		MATRÍCULA	
	Na matrícula geral	Nas relações dos senhores	Livro	Folhas

Fonte: Adaptado de Lei nº 2.040 (1872).

Após o levantamento do sumário, a informação deveria ser transmitida durante o decurso do mês de outubro à Diretoria Geral de Estatística (art. 20 do Decreto n. 5.135), órgão vinculado ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, na corte, por meio do Resumo Geral dos Escravos Matriculados no Município definido pelo Decreto n. 5.135 (Quadro 5).

Quadro 5. Modelo G

Resumo geral dos escravos matriculados no município de
província de

(Artigo 20 do Regulamento)

Desde o dia de de 1872 até o dia de do mesmo ano, matricularam-se escravos, sendo:

Sexo	Masculino	
	Feminino	
	Soma	
Idade	Até 1 ano	
	De 1 a 7 anos	
	De 7 a 14 anos	
	De 14 a 21 anos	
	De 21 a 40 anos	
	De 40 a 50 anos	
	De 50 a 60 anos	
	Maiores de 60	
Estado	Solteiros	
	Casados	
	Viúvos	
	Soma	
Profissão	Agrícola	
	Artista	
	Jornaleiro	
	Soma	
Residência	Urbanos	
	Rurais	
	Total	

Fonte: Lei nº 2.040 (1872).

O governo central mantinha informações sobre os valores arrecadados para o Fundo de Emancipação por rubrica (Tabela 1) e por província (Tabela 2).

Tabela 1. Arrecadação para o Fundo de Emancipação por rubrica

	1871-72	1872-73	1873-74	Total
Taxa de escravos	634.658\$000	615.554\$000	300.054\$000	1.550.266\$000
Transmissão de propriedade dos ditos	66.410\$325	103.287\$176	150.837\$648	320.535\$149
Idem por doação	554\$082	2.350\$858	919\$450	3.824\$390
Emolumentos de matrículas	215.928\$500	501.415\$500	37.771\$000	755.115\$000
Venda de impressos para a mesma	697\$280	2.850\$135	670\$310	4.217\$725
Multas	1.076\$000	26.580\$000	18.250\$000	45.906\$000
Donativos	1.261\$213	460\$592	525\$741	2.247\$546
Benefício de loterias isentas de impostos	129.600\$000	213.600\$000	214.500\$000	557.700\$000
Cobrança da dívida activa	0	3.344\$000	44\$000	3.388\$000
	1.050.185\$400	1.469.442\$261	723.572\$149	3.243.199\$810

Fonte: Ministério da Fazenda (1874).

Tabela 2. Arrecadação para o Fundo de Emancipação por Província

	1871-72	1872-73	1873-74	Total
Município	447.417\$325	564.774\$176	544.835\$728	1.557.027\$229
Rio de Janeiro	93.166\$710	153.028\$907	35.874\$441	282.070\$058
Espírito Santo	7.822\$000	10.168\$500	2.497\$500	20.488\$000
Bahia	84.768\$240	122.895\$802	23.318\$000	230.982\$042
Sergipe	17.631\$840	15.483\$768	3.110\$970	36.226\$578
Alagoas	18.129\$920	21.830\$383	886\$890	40.847\$193
Pernambuco	60.972\$500	75.152\$200	31.192\$650	167.317\$350
Parahiba	8.060\$320	10.866\$500	700\$940	19.627\$760
Rio Grande do Norte	4.260\$250	6.330\$130	1.354\$240	11.944\$620
Ceará	14.741\$070	22.882\$990	6.118\$460	43.742\$520
Piauí	9.446\$130	11.952\$080	348\$280	21.746\$490
Maranhão	48.745\$050	41.600\$760	13.296\$050	103.641\$860
Pará	25.954\$113	20.547\$940	13.662\$140	60.164\$193
Amazonas	1.263\$060	1.164\$220	108\$730	2.536\$010
São Paulo	40.766\$082	128.207\$245	6.849\$140	175.822\$467
Paraná	8.858\$240	11.543\$120	2.025\$650	22.427\$010
Santa Catharina	11.172\$880	13.226\$030	1.624\$000	26.022\$910
São Pedro	53.082\$980	75.285\$590	17.747\$840	146.116\$410
Minas	86.838\$190	152.892\$000	17.369\$500	257.099\$690
Goyaz	3.204\$000	6.408\$400	318\$000	9.930\$400
Mato Grosso	3.884\$500	3.201\$520	333\$000	7.419\$020
	1.050.185\$400	1.469.442\$261	723.572\$149	3.243.199\$810

Fonte: Ministério da Fazenda (1874).

O art. 25 do Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872, estabeleceu que “o Fundo de Emancipação deveria ser distribuído anualmente para o município neutro e para as províncias do Império na proporção da respectiva população escrava”, como se observa na Tabela 3.

Tabela 3. Quotas do Fundo de Emancipação distribuídas pelas províncias

Segunda distribuição do Fundo de Emancipação		
Província	Escravos	Quotas
Corte	43.409	142.782\$638
Rio de Janeiro	289.239	951.376\$620
Pernambuco	91.992	302.583\$808
Maranhão	63.164	207.761\$584
Amazonas	974	3.203\$720
Pará	30.623	100.726\$410
Rio Grande do Sul	75.973	294.775\$052
Sergipe	26.381	86.773\$452
Santa Catarina	12.889	42.197\$665
Rio Grande do Norte	10.128	33.819\$970
Piauí	21.216	69.784\$530
Espírito Santo	21.216	69.784\$530
Alagoas	30.597	99.983\$042
Paraná	10.088	33.181\$857
Mato Grosso	7.051	23.192\$434
São Paulo	108.950	555.717\$175
Bahia	116.108	381.907\$130
Minas Gerais	289.919	953.613\$303
Goyaz	6.963	22.902\$981
Parahyba	25.596	84.191\$398
Ceará	25.773	84.740\$701
Somma	1.368.097	4.500.000\$000

Fonte: Pinheiro (1880).

Após a distribuição das quotas do Fundo de Emancipação para as províncias, o governo provincial, em comunicado ao inspetor da Tesouraria da Fazenda, solicitava um quadro-resumo (Tabela 4), no qual constasse o número de escravos existente em cada um dos municípios, a fim de proceder-se a distribuição das quotas.

Tabela 4. Quotas do Fundo de Emancipação distribuídas pelos 38 municípios do estado do Pará

Quadro demonstrativo das quotas do fundo de emancipação distribuídas pelos 38 municípios da província do Pará, por portaria da presidência de 9 de dezembro de 1876		
Municípios	Escravos	Quotas
Capital	4.046	2.800\$504
Mojú	607	969\$000
Igarapé Miry	4.017	2.800\$000
Ourem	228	937\$000
Cametá	2.859	2.000\$000
Barão	141	911\$000
Breves	557	959\$000
Melgaço	70	861\$000
Portel	68	861\$000
Oueiras	48	811\$000
Curralinho	165	925\$000
Cachoeira	529	959\$000
Muaná	612	969\$000
Monsarás	175	911\$000
Soure	364	949\$000
Chaves	644	969\$000
Gurupá	351	949\$000
Macapá	542	959\$000
Mazagão	21	811\$000
Santarém	1156	1.811\$000
Monte Alegre	274	939\$000
Óbidos	1138	1.811\$000
Vila Franca	88	861\$000
Alemquer	313	949\$000
Faro	76	861\$000
Vigia	747	1.000\$000
Cintra	210	939\$000
Curuçá	379	949\$000
Bragança	640	979\$000
Vizeu	190	911\$000
Porto de Moz	111	911\$000
Itaituba	30	811\$000
São Sebastião da Boa Vista	174	911\$000
S. Miguel	344	949\$000
Mocajuba	30	811\$000
S. Caetano de Odivellas	30	811\$000
Souzel	30	811\$000
Acará	920	1.100\$000
Somma	22.924	41.435\$504

Fonte: Mello (1876).

Essa distribuição era possível por meio da análise dos relatórios de matrícula e de recursos arrecadados, que eram repassados ao governo central pelos encarregados por sua elaboração.

ANÁLISE DOS ACHADOS

Os dados demonstram que os quadros e tabelas podem agir a distância porque constroem relacionamentos entre elementos que são considerados desanexados (Corvellec et al., 2018). No caso do Fundo de Emancipação, a contabilidade confere visibilidade entre os objetos contábeis e o governo brasileiro, tornando-os conhecíveis por meio da criação de imagens (Quadros de 1 a 4).

A elaboração dos Quadros de 1 a 4 institui padrões de visibilidade que envolvem padrões de proximidade dos proprietários com os seus escravos e com o contexto social da época. A elaboração dos quadros direcionados à matrícula dos escravos faz com que os proprietários tomem conhecimento sobre despesas a serem pagas sobre o número de escravos que possuem, uma vez que a legislação direcionada ao Fundo de Emancipação exige o pagamento de emolumentos sobre a matrícula dos escravos. Além disso, ao registrar os escravos por meio de uma sequência preestabelecida pela legislação aplicada ao Fundo de Emancipação, as inscrições contábeis apresentam a ordem de liberdade dos escravos aos seus proprietários e, uma vez que a mão de obra deveria ser substituída, mostra também se o impacto nos seus negócios será de curto, médio ou longo prazo. Na perspectiva dos escravos, os quadros apresentam informações acerca da sua mudança de condição, ou seja, o tempo e recursos necessários para alcançar a sua liberdade.

Quando os Quadros de 1 a 4 chegam ao governo, instituem-se novos padrões de visibilidade que envolvem relações de proximidade entre os objetos contábeis e os recursos do Fundo de Emancipação de escravos. Os quadros, juntamente com o conhecimento da estatística dos municípios e freguesias sobre a população escrava, esclarecem para o governo o número de escravos em posse de cada senhor e o correto número de escravos que deveria estar registrado nos quadros elaborados. O governo consegue saber sobre a aplicação futura dos recursos do Fundo de Emancipação.

Por meio das Tabelas de 2 a 5, constata-se que os eventos relacionados com a arrecadação das províncias eram mobilizados e acumulados no governo imperial, onde podiam ser “conhecidos, agregados, comparados, compilados e calculados” (Miller, 1991, p. 736). Esse centro de cálculo permitia que a distribuição das quotas

do Fundo de Emancipação fosse realizada em conformidade com o número de escravos de cada província. Isso porque, com a estatística de todos os escravos e a acumulação de informações recolhidas por meio dos Quadros de 1 a 4, o governo poderia ter o controle sobre a quantidade de escravos existentes no Império e identificar ações necessárias para controlar os objetos contábeis e manter a ordem social (Ezzamel, 2009; Sanchez-Matamoros et al., 2005).

Os quadros e tabelas, vistos como inscrições (Latour & Woolgar, 2013), criam relacionamentos que permitem que o conhecimento sobre os objetos contábeis anteriormente invisíveis (Meyer, 1986; Power, 1992) chegue mais longe e seja analisado em paralelo com os recursos arrecadados para o Fundo de Emancipação. Percebe-se, no mecanismo do Fundo de Emancipação, a capacidade das inscrições de agir a distância e criar novas relações espaciais de poder (Corvellec et al., 2018).

Ao obter informações sobre o número de escravos matriculados e o montante de recursos arrecadados por cada província do Império, o governo central era capaz de, por exemplo, confrontar a rubrica referente às multas com o número de matrículas realizadas fora do prazo e que constavam no livro de matrículas. Por meio dessa observação, o governo central estava apto a saber, por exemplo, se o montante arrecadado com multas correspondia ao montante que deveria ser arrecadado em sequência das matrículas atrasadas. A estrutura textual dos quadros e tabelas permitiu que a relação entre dinheiro e a mudança social do trabalho escravo para o trabalho assalariado se tornasse uma questão de rastreabilidade da informação (Sangster, 2016). Utilizava-se a rastreabilidade da informação para criar uma passagem clara e legível de uma mudança econômica e social.

Os modelos de quadros e tabelas produzidos pelas juntas de emancipação combinam a racionalidade econômica do gerenciamento com a racionalidade de uma mudança sociocultural, de modo a servir aos interesses do Estado (Silva et al., 2019) como mecanismo para a governamentalidade (Foucault, 1991) e para traduzir políticas vinculadas às mudanças sociais.

Em consonância com Sargiacomo (2009), os resultados deste estudo demonstram que a legislação, representada pela Lei do Ventre Livre e pelo Decreto n. 5.135, exigiu a formação de uma rede de prestação de contas composta por funcionários jurídicos e civis, a fim de garantir o fluxo das inscrições contábeis (Robson, 1992) das diferentes Províncias até o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Esse fluxo das inscrições contábeis permitiu não apenas o controle da arrecadação de quantias para a constituição das quotas municipais, mas também a supervisão dos senhores quanto à realização das matrículas

de seus escravos, o controle territorial e a governabilidade dos escravos, estabelecendo uma seleção para a alforria daqueles que seriam considerados “dignos de liberdade” e mantendo o controle do Estado sobre a transição gradual do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

CONCLUSÃO

O ato de traduzir as políticas governamentais em prática pode ser realizado de inúmeras maneiras. Este estudo argumentou que a contabilidade – amplamente definida como um conjunto de procedimentos, análises, reflexões, cálculos, táticas, registros, práticas de conciliação e relatórios – foi usada pelo governo imperial brasileiro na tentativa de incitar ações que facilitassem a meta de formar grupos de pessoas governáveis e, assim, operacionalizar a abolição da escravatura de modo gradual, não causando danos à sociedade (Malheiros, 1866; Neves, 2014). O contexto econômico e social brasileiro do século XIX passava por mudanças, e o governo procurou tornar o cidadão brasileiro flexível, ou seja, apto para fazer escolhas.

A premissa desta pesquisa é que as políticas governamentais direcionadas à população escrava do Brasil no século XIX foram realizadas por intermédio de mecanismos de contabilidade e financiamento que impactaram diretamente a população escrava e o contexto econômico e social brasileiro (Silva et al., 2019). Essas políticas governamentais também puderam ser alcançadas por meio de incentivos de outros agentes e instituições que foram capazes de empreender ações aptas a gerar impacto na população escrava. Por exemplo, atividades sutis como a prestação de contas (Sargiacomo, 2009) relativa à quantidade de escravos libertados por meio do Fundo de Emancipação contribuíram com o governo no processo de controle da libertação gradual dos escravos.

Convém destacar, por intermédio do uso do conceito da governamentalidade, que este artigo contribui para a literatura da história da contabilidade centrada no uso das inscrições contábeis para a governamentalidade (Ezzamel, 2009; Neu, 2000a, 2000b; Sanchez-Matamoros et al., 2005; Sargiacomo, 2009; Silva et al., 2019). Reforça também o papel da contabilidade como uma ferramenta de apoio para governar eventos e pessoas, mostrando que a acumulação de informações, por meio das inscrições contábeis (Robson, 1992; Ezzamel, 2009; Ezzamel et al., 2004), é capaz de contribuir com as ações do Estado no cumprimento dos seus objetivos. Ademais, este estudo também contribui com a área da história (Dauwe, 2004; Neves, 2014; Santana, 2018) que, no âmbito do Fundo de Emancipação de

escravos, compreende como o poder estatal foi exercido sobre populações específicas por meio das inscrições contábeis. Por fim, espera-se sensibilizar sujeitos sobre a força e o uso de ferramentas organizacionais. Deseja-se que esses sujeitos se tornem críticos dos desenvolvimentos e usos contemporâneos de ferramentas empresariais, como a contabilidade.

Dadas a importância e a escassez de pesquisas relacionadas à contabilidade e suas expressões como mecanismos de apoio ao sistema escravista, como também para a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, espera-se que os resultados deste estudo possam desafiar novas investigações centradas no Brasil e a partir da diversidade de enfoques (contábil, administrativo, econômico e histórico). Os pesquisadores críticos/interpretativos também podem usar o arcabouço teórico utilizado neste artigo para analisar programas de governo contemporâneos que procuram direcionar a sociedade para mudanças graduais de aceitabilidade, por exemplo, programas direcionados às classes marginalizadas, como negros e indígenas.

REFERÊNCIAS

- Andon, P., Baxter, J., & Chua, W. F. (2003). Management accounting inscriptions and the post-industrial experience of organizational control. In A. Bhimani (Ed.), *Management accounting in the digital economy*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Baronov, D. (2000). *The abolition of slavery in Brazil: The “liberation” of Africans through the emancipation of capital* (17th ed.). London, UK: Greenwood Press.
- Bethell, L. (1976). *A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 1807-1869*. Rio de Janeiro, RJ: Expressão Cultural.
- Boedker, C., Chong, K.-M., & Mouritsen, J. (2019). *The counter-performativity of calculative practices: Mobilising rankings of intellectual capital*. *Critical Perspectives on Accounting*. Advanced online publications. doi: 10.1016/j.cpa.2019.102100
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). *Using thematic analysis in psychology*. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101. doi: 10.1191/1478088706qpo630a
- Campello, A. B. (2018). *Manual jurídico da escravidão: Império do Brasil*. São Paulo, SP: Paco Editorial.
- Carmona, S. (2017). *Accounting history research: Scope, topics and agenda*. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(75), 321-325. doi: 10.1590/1808-057x201790210
- Carnegie, G. D., & Napier, C. J. (1996). *Critical and interpretive histories: Insights into accounting’s present and future through its past*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(3), 7-39. doi: 10.1108/09513579610121956
- Carr, D. (1986). *Narrative and the real world: An argument for continuity*. *History and Theory*, 25(2), 117-131. doi: 10.2307/2505301
- Chalhoub, S. (1990). *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

- Corvellec, H., Ek, R., Zapata, P., & Campos, M. J. Z. (2018). *Acting on distances: A topology of accounting inscriptions*. *Accounting, Organizations and Society*, 67, 56-65. doi: 10.1016/j.aos.2016.02.005
- Cuganesan, S. (2008). *Calculating customer intimacy: Accounting numbers in a sales and marketing department*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(1), 78-103. doi: 10.1108/09513570810842331
- Dauwe, F. (2004). *A libertação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos* (Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense). Recuperado de <http://www.historia.uff.br/stricto/td/456.pdf>
- Dean, M. (2010). *Governmentality: Power and rule in modern society* (2nd ed.). London, UK: SAGE.
- Decker, S. (2013). *The silence of the archives: Business history, post-colonialism and archival ethnography*. *Management & Organizational History*, 8(2), 155-173. doi: 10.1080/17449359.2012.761491
- Decreto nº 5. 135 de 13 de novembro de 1872 (1872). Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Nacional.
- Diab, A. A. (2019). *The appearance of community logics in management accounting and control: Evidence from an Egyptian sugar beet village*. *Critical Perspectives on Accounting*. doi:10.1016/j.cpa.2019.04.005
- Espejo, C. Á. D., Sánchez-Matamoros, J. B., & Fenech, F. C. (2002). *Accounting and control in the founding of the New Settlements of Sierra Morena and Andalucia, 1767-72*. *European Accounting Review*, 11(2), 419-439. doi: 10.1080/09638180220145678
- Ezzamel, M. (2009). *Order and accounting as a performative ritual: Evidence from ancient Egypt*. *Accounting, Organizations and Society*, 34(3-4), 348-380. doi: 10.1016/j.aos.2008.07.004
- Ezzamel, M., Lilley, S., & Willmott, H. (2004). *Accounting representation and the road to commercial salvation*. *Accounting, Organizations and Society*, 29(8), 783-813. doi: 10.1016/j.aos.2003.10.004
- Fausto, B. A. (1996). *História do Brasil* (12ª ed.). São Paulo, SP: Universidade de São Paulo.
- Foucault, M. (1991). Governmentality. In G. Burchell, C. Gordon, & P. Miller (Eds.), *The Foucault effect: Studies in governmentality* (pp. 87-104). Chicago, USA: The University of Chicago Press.
- Gill, M. J., Gill, D. J., & Roulet, T. J. (2018). *Constructing trustworthy historical narratives: Criteria, principles and techniques*. *British Journal of Management*, 29(1), 191-205. doi: 10.1111/1467-8551.12262
- Gomes, D., Carnegie, G. D., Napier, C. J., Parker, L. D., & West, B. (2011). *Does accounting history matter?* *Accounting History*, 16(4), 389-402. doi: 10.1177/1032373211417993
- Jones, M. J. (2009). *Origins of medieval Exchequer accounting*. *Accounting, Business and Financial History*, 19(3), 259-285. doi: 10.1080/09585200802667147
- Kasabov, E., & Sundaram, U. (2014). *An institutional account of governance structures in early modern business history: The Coventry business (hi)story*. *Business History*, 56(4), 592-622. doi: 10.1080/00076791.2013.837888
- Kipping, M., Wadhvani, R. D., & Bucheli, M. (2014). Analyzing and interpreting historical sources: A basic methodology. In M. Bucheli & R. D. Wadhvani (Ed.), *Organizations in Time: History, Theory, Methods*. (pp. 305-329). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Klein, H. S., & Luna, F. V. (2009). *Slavery in Brazil*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Lage, M. C., & Godoy, A. S. (2008). *O uso do computador na análise de dados qualitativos: Questões emergentes*. *Revista de Administração Mackenzie*, 9(4), 75-98. doi: 10.1590/S1678-69712008000400006
- Latour, B. A. (1987). *Science in action* (1st ed.). Cambridge, UK: Harvard University Press.
- Latour, B. A. (1988). *Relativistic account of Einstein's relativity: Social studies of science* (18th ed.). London, UK: SAGE.
- Latour, B. A., & Woolgar, S. (2013). *Laboratory life: The construction of scientific facts*. New Jersey, USA: Princeton University Press.
- Lei de 7 de novembro de 1831. (1831). Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Nacional.
- Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 (1850). Código Commercial do Imperio do Brasil. Coleção das Leis do Império do Brasil, vol. 1, parte 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. (1850). Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Nacional.
- Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. (1872). Sobre o estado servil e decretos regulando a sua execução. São Paulo, SP: Typ. Americana. Recuperado de <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4223>
- Maclean, M., Harvey, C., & Clegg, S.R. (2016). *Conceptualizing historical organization studies*. *Academy of Management Review*, 41, 609-632. doi: 10.5465/amr.2014.0133
- Maclean, M., Harvey, C., & Clegg, S.R. (2017). *Organization theory in business and management history: Current status and future prospects*. *Business History Review*, 91, 457-481. doi: 10.1017/S0007680517001027
- Malheiros, A. M. P. (1866). *A escravidão no Brasil ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Mello, M. L., Filho. (1876, dezembro 15). Expediente do Governo. *Jornal do Pará: Órgão oficial*. Recuperado de <http://memoria.bn.br/DocReader/219339/10117>
- Meyer, J. W. (1986). *Social environments and organizational accounting*. *Accounting, Organizations and Society*, 11(4/5), 345-356. doi: 10.1016/0361-3682(86)90006-1
- Miller, P. (1990). *On the interrelations between accounting and the state*. *Accounting, Organizations and Society*, 15(4), 315-338. doi: 10.1016/0361-3682(90)90022-M
- Miller, P. (1991). *Accounting innovation beyond the enterprise: Problematizing investment decisions and programming economic growth in the U.K. in the 1960s*. *Accounting, Organizations and Society*, 16(8), 733-762. doi: 10.1016/0361-3682(91)90022-7
- Miller, P., & Napier, C. J. (1993). *Genealogies of calculation*. *Accounting, Organizations and Society*, 18(7/8), 631-647. doi: 10.1016/0361-3682(93)90047-A
- Neu, D. (2000a). *Accounting and accountability relations: Colonization, genocide and Canada's first nations*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 13(3), 268-288. doi: 10.1108/09513570010334126

- Neu, D. (2000b). *Presents for the Indians: Land, colonialism and accounting in Canada*. *Accounting, Organizations and Society*, 25(2), 163-184. doi: 10.1016/S0361-3682(99)00030-6
- Ministério da Fazenda. (1874). *Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima quinta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da fazenda, Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Nacional. Recuperado de <http://ddsnext.crl.edu/titles/106#?c=0&m=52&s=0&cv=191&r=0&xywh=75%2C1501%2C2651%2C1459>.
- Neves, P. M. (2014). *Liberdade sem sustos, nem inquietações: Significados e sentidos do fundo de emancipação no Grão-Pará (1871-1888)* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará). Recuperado de <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6755>
- Parker, L. D. (2019). *Qualitative management accounting research: Assessing deliverables and relevance*. *Critical Perspective on Accounting*, 23(1), 54-70. doi: 10.1016/j.cpa.2011.06.002
- Pinheiro, J. P. X. (1880, junho 20). *Fundo de Emancipação*. *Publicador Maranhense*. Recuperado de <http://memoria.bn.br/docreader/720089/28866>
- Power, M. (1992). *After calculation? Reflections on critique of economic reason by André Gorz*. *Accounting, Organizations and Society*, 17(5), 477-499. doi: 10.1016/0361-3682(92)90043-R
- Robson, K. (1992). *Accounting numbers as "inscription": Action at a distance and the development of accounting*. *Accounting, Organizations and Society*, 17(7), 685-708. doi: 10.1016/0361-3682(92)90019-0
- Rose, N., & Miller, P. (1992). *Political power beyond the State: Problematics of government*. *The British Journal of Sociology*, 43(2), 173-205. doi: 10.2307/591464
- Sanchez-Matamoros, J. B., Gutiérrez, F., Espejo, C. Á. D., & Fenech, F. C. (2005). *Govern(mentality) and accounting: The influence of different enlightenment discourses in two spanish cases (1761-1777)*. *ABACUS*, 41(2), 181-210. doi: 10.4324/9781315164724
- Sangster, A. (2016). *The genesis of double entry bookkeeping*. *Accounting Review*, 91(1), 299-315. doi: 10.2308/accr-51115
- Santana, J. P., Neto. (2012). *A alforria nos termos e limites da lei: O fundo de emancipação na Bahia (1871-1888)* (Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA). Recuperado de <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11621>
- Santana, J. P., Neto. (2018). *Sociedade, indenização e liberdade precária: Os meandros burocráticos do fundo de emancipação de escravos (São Francisco do Conde-BA)* (Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP). Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/332226>
- Sargiacomo, M. (2009). *Accounting for the "good administration of justice": The Farnese State of Abruzzo in the sixteenth century*. *Accounting History*, 14(3), 235-267. doi: 10.1177/1032373209335290
- Soares, C. A. (1847). *Memória para melhorar a sorte de nossos escravos*. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito. Recuperado de <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4499>
- Silva, A. R., Rodrigues, L. L., & Sangster, A. (2019). *Accounting as a tool of State governance: The tutelage system of 'Free Africans' in Brazil between 1818 and 1864*. *Accounting History*, 24(3), 383-401. doi: 10.1177/1032373218809519
- Teixeira, H. M. (2014). *Entre a escravidão e a liberdade: As alforrias em Mariana-MG no século XIX (1840-1888)*. *Afro-Ásia*, 50, 45-92. doi: 10.1590/0002-05912014v50hel45
- Teixeira, H. M. (2016). *Pelos serviços prestados: O perfil do escravo alforriado em Mariana no período 1840-1888*. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 46(1), 127-159. doi: 10.1590/0101-416146114hmt
- Yamey, B. S. (2005). *The historical significance of double-entry bookkeeping: Some non-Sombartian claims*. *Accounting, Business & Financial History*, 15(1), 77-88. doi: 10.1080/09585200500033089

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

A conceituação e a abordagem teórico-metodológica foram coordenadas por Adriana Rodrigues Silva. A revisão teórica (pesquisa bibliográfica) foi executada por Adriana Rodrigues Silva, Angélica Vasconcelos e Thaís Alves Lira. A coleta de dados foi realizada por Adriana Rodrigues Silva, Angélica Vasconcelos e Thaís Alves Lira. Por fim, a análise dos dados, redação e revisão final foram realizadas por Adriana Rodrigues Silva e Angélica Vasconcelos.

PENSATA

Artigo convidado

Versão original

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020210107>

PASSADO, PRESENTE E FUTURO DE HISTÓRIA (CRÍTICA) DAS ORGANIZAÇÕES NO BRASIL

O objetivo deste artigo é construir uma narrativa acerca da trajetória da incorporação da história, da memória e do passado nas pesquisas de estudos organizacionais (EO) no Brasil e refletir sobre seus possíveis desdobramentos. Como toda pesquisa acerca do passado, assume-se que essa narrativa é uma versão possível (e espera-se que crível) que não inviabiliza outras. Pelo contrário. Sem a pretensão de apresentar-se como um manifesto e/ou cristalizar uma narrativa específica, busca-se a abertura para o diálogo e para a construção compartilhada de uma comunidade científica em torno do tema.

A relevância dessa construção reside no fato de que a trajetória de aproximação de duas áreas disciplinares tão diferentes como EO e História (Rowlinson, Hassard, & Decker, 2014) também pode ser compreendida como a trajetória de formação de um campo de pesquisa no Brasil.

Deve-se ressaltar, no entanto, que o contexto institucional de aproximação e diluição de fronteiras entre as áreas não foi o mesmo de outros espaços acadêmicos fora do país (como norteamericanos e europeus). Não ocorreu, por exemplo, um crescimento no número de transferências de historiadores de empresas (e de negócios) dos departamentos de História das universidades para as escolas de Administração (Decker, 2013). Ao contrário, os pesquisadores responsáveis pela construção dessa ponte no Brasil foram (e são), salvo raras exceções, da própria área de gestão. Dessa forma, a História de Negócios (*business history*) não adquire muita relevância nos EO brasileiros, permanecendo forte apenas na área de estudos do pensamento econômico brasileiro dos cursos de Economia.

Portanto, desde os anos 2000, são pesquisadores de diferentes matrizes teórico-metodológicas da área de Gestão e de EO no Brasil que buscam defender e justificar a importância do estudo da História em suas pesquisas como uma forma de enriquecer a compreensão acerca dos fenômenos organizacionais no presente. Para articular essa trajetória, optou-se pela construção de um recorte e de um ordenamento temporal, estabelecendo, assim, origem e sentido. E, assumindo que qualquer periodização é uma construção política dos pesquisadores (Prost, 2012), escolhemos, arbitrariamente, os seguintes marcos históricos como norte para a narrativa: (1) os anos 2000; (2) os anos 2010; e (3) os anos 2020.

Anos 2000: Por mais história e memória nas pesquisas nacionais

A trajetória da pesquisa histórica em Gestão e EO iniciou-se com uma atuação mais pontual, tanto na área de pesquisa quanto na formação e orientação discente, de pesquisadores interessados na história da Administração brasileira. O foco era identificar e analisar o que o Brasil tinha de contextual

**ALESSANDRA DE SÁ MELLO
DA COSTA¹**

alessandra.costa@iag.puc-rio.br
0000-0003-3207-2888

**SERGIO EDUARDO DE PINHO
VELHO WANDERLEY²**

sergio.wanderley@unigranrio.edu.br
0000-0002-9248-5214

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Escola de Negócios, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

²Unigranrio, Programa de Pós-graduação em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

e específico (para além dos modelos teóricos universais e das grandes narrativas que encapsulavam particularidades) por meio da análise histórica de suas organizações e práticas sociais.

Um dos marcos iniciais desse movimento é a tese de [Tania Fischer \(1984\)](#), “O Ensino de Administração Pública no Brasil, os ideais de desenvolvimento e as dimensões da racionalidade”. Nesse trabalho, a autora investigou, por meio de documentos, o ensino de Administração pública no Brasil, sugerindo que “a criação e o desenvolvimento da EBAP foram uma decorrência da ideologia desenvolvimentista vigente no país desde as décadas de 40/50” ([Fischer, 1984, p. 12](#)). Posteriormente, outros pesquisadores também contribuíram para esse movimento, como é o caso de Carlos Osmar Bertero (FGV EAESP), com pesquisas sobre ensino e pesquisa em Administração no Brasil; Paulo Emílio Matos Martins (UFF, FGV EBAPE), com pesquisas sobre Administração, História e pensamento social brasileiro; e Alexandre de Pádua Carrieri (UFMG), com pesquisas sobre histórias, memória e cotidiano.

Entretanto, somente a partir dos anos 2000, pode-se identificar, de modo mais recorrente, dissertações de mestrado e teses de doutorado sendo defendidas e publicadas em fóruns de discussão da área de Gestão e EO. Esse é o caso, apenas para citar alguns exemplos, das teses de Isabela [Baleeiro Curado \(2001\)](#), [Ariston Azevedo \(2006\)](#), [Fernando Coelho \(2006\)](#), [Fábio Vizeu \(2008\)](#) e [Claudiani Waiandt \(2009\)](#). Junto com a emergência dos trabalhos desses pesquisadores, e em sintonia com a virada histórica em EO ([Booth & Rowlinson, 2006](#); [Clark & Rowlinson, 2004](#)), começaram também a surgir reivindicações por mais história, ressaltando a importância da perspectiva histórica para compreender as organizações no tempo e no espaço e a relevância da pesquisa histórica como forma de acesso ao conhecimento ([Costa, Barros, & Martins, 2010](#); [Vizeu, 2010](#)).

Assim, os interesses dos pesquisadores alinhados com a temática da história residiam, nesse momento, essencialmente: (a) na reflexão sobre a práxis social do pesquisador; (b) na consideração acerca do potencial enriquecimento das pesquisas ao serem considerados novos olhares sobre objetos, problemas e abordagens de pesquisa ([Costa et al., 2010](#)); e (c) na urgência de se deslocar o foco de análise do exógeno para o local, resgatando os aspectos históricos e interculturais em oposição à reprodução ideológica dominante, que tende a excluir o passado ou o contexto das teorias e práticas organizacionais ([Vizeu, 2008, 2010](#)).

Posteriormente, a demanda foi ampliada não somente para contemplar a inclusão de mais história nas pesquisas mas também para outras formas de representação do passado, como a memória, a memória coletiva e as perspectivas biográficas

relacionadas com fontes orais e narrativas memorialísticas (biografias, autobiografias, história oral e histórias de vida).

No caso mais específico da memória, pode-se identificar que grande parte dos estudos internacionais de memória (e dos espaços organizacionais de memória) na área de Gestão foca seu uso mais instrumental, sendo a memória organizacional compreendida como um repositório de informações sobre o passado passível de ser acessado e usado pelos gestores de empresas no processo de tomada de decisão ([Walsh & Ungson, 1991](#)). Ou seja, acessar o passado organizacional por meio de um banco de informações que acumula, sistematiza e ordena o conhecimento acerca do que já aconteceu passa a ser compreendido como uma preciosa fonte de aprendizado organizacional e mesmo de vantagem competitiva ([Holan & Phillips, 2004](#)). No caso das pesquisas brasileiras em EO, esse não foi bem o caso. Mais alinhados com a proposta de [Rowlinson, Booth, Delahaye e Pocter \(2010\)](#), os estudos de memória, de memória social e dos espaços organizacionais de memória, por aqui, acabam por priorizar as fontes orais e a ideia de que a ascensão da história oral e dos métodos biográficos (em especial as histórias de vida) é capaz de contribuir para o avanço do conhecimento sobre o passado ([Carrieri & Lopes, 2012](#); [Lopes & Carrieri, 2010](#)).

No entanto, apesar de significativas, as tentativas nacionais de aproximações entre as áreas ainda eram incipientes, uma vez que, apesar dos esforços e das articulações, ainda não existiam “[...] associações, centros de pesquisa, periódicos especializados ou espaço exclusivo para discussão em congressos nacionais acerca da perspectiva histórica em Administração” ([Costa et al., 2010, p. 289](#)). Esse quadro, nos anos seguintes, altera-se, configurando (no nosso entendimento) um novo marco na trajetória do movimento em questão. Para além das demandas por mais história e memória nas pesquisas, a partir dos anos 2010, inicia-se um movimento mais sistematizado e formal de atribuir relevância à pesquisa histórica como procedimento teórico-metodológico. Surgem, em periódicos e eventos da área, publicações, painéis e oficinas de trabalho sobre como fazer pesquisa histórica em EO.

Anos 2010: Por mais conhecimento acerca dos procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa histórica

Pode-se argumentar, a partir de alguns indícios, que, a partir dos anos 2010, no Brasil, a temática adquire mais legitimidade e representatividade na área de EO. Primeiro, como desdobramento

do período anterior, o número de teses e dissertações que incorporam a temática continua a crescer, como é o caso, por exemplo, de Lima (2009), Barros (2013), Lopes (2019), Joaquim (2014), Silva, MAF (2018), Silva, E (2019) e Correia (2020), da UFMG; Carneiro (2015, 2019), da EAESP/FGV; Wanderley (2015), da EBAPE/FGV; Calgaro (2016), Morgado (2016) e Biscaia (2018), da UP; Caminha (2014), da UFRGS; Souza (2016) e Silva (2017), da UFBA; Chaym (2017), Bezerra (2019) e Lopes (2019), da UECE; Pio (2018) e Boschi (2018), da Unigranrio; Silva, MAC (2018), Quelha-de-Sá (2018), Fucs (2019) e Santos (2019), da PUC-Rio.

Para além desse movimento dentro dos Programas de Pós-Graduação, outro indício foi a criação, em 2011, no âmbito da divisão de EO da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), do tema de interesse “História e memória em organizações”. O Coordenador da Divisão de EO na época era Alexandre de Pádua Carrieri (UFMG), e o novo tema foi liderado por Monica de Aguiar McAllister (UFBA). O descritor do tema, formalizado pela primeira vez no maior congresso de Administração brasileiro, é um bom indicativo dos interesses e do percurso dos pesquisadores no período:

Estudos organizacionais e também históricos, sob qualquer orientação epistemológica, ontológica, teórica e metodológica de história; incluindo análises organizacionais desenvolvidas a partir de abordagens históricas, com a construção de quadros teóricos e conceituais históricos, e que utilizam métodos históricos. Construções históricas da realidade organizacional brasileira e que aproximam o conhecimento organizacional dessa realidade. Pesquisas históricas que contribuem para a inovação da produção de conhecimento sobre organização. (ANPAD, 2020)

A partir desse momento, o tema teve outros líderes e, até os dias de hoje, permanece ativo não só na esfera dos eventos da ANPAD mas também em eventos de outras associações, como nas últimas três edições do Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (CBEO).

Um terceiro indício que nos permite pensar em um processo de formalização da temática em EO é o início da criação de uma linha historiográfica de História do *Management* no Brasil. Com o foco nessa perspectiva de análise, um conjunto de pesquisadores investiga tanto a história da Administração no Brasil (Alcadipani & Bertero, 2018) quanto o papel de periódicos na construção do campo (Tonelli, 2017, 2018), e a história do ensino de Administração no Brasil por meio da análise da história

de organizações específicas, como: FGV/EAESP (Alcadipani & Bertero, 2012, 2014), FGV/EAESP e FEA (Valle, Bertero, & Alcadipani, 2013), FACE/UFMG (Barros, 2014), UFBA (Bertero, Barros, & Alcadipani, 2018), UFRGS (Barros, Alcadipani, & Bertero, 2018), Escolas de Comércio e Ensino Superior (Barros, 2013, 2017; Barros & Carrieri, 2013), ISEB e CEPAL (Wanderley, 2015, 2016) e IDORT (Vizeu, 2018).

Como último ponto, em relação aos procedimentos teórico-metodológicos das pesquisas que fazem uso da história e da memória (Lipartito, 2014; Yates, 2014), estes ainda não alcançaram – também no Brasil – todo o seu potencial de diálogo interdisciplinar (Wadhvani, Suddaby, Mordhorst, & Popp, 2018). Pode-se afirmar que o método histórico é fácil de circunscrever, o que não quer dizer que seja de fácil implementação. Entretanto, como evidência dessa preocupação e de modo a tentar superar a situação atual, foram criadas disciplinas específicas nos cursos de pós-graduação em Administração sobre pesquisa histórica em EO, como é o caso da disciplina “História, Memória e Organizações” ministrada na UNIGRANRIO e na PUC-Rio; “Pesquisa Histórica em Administração” ministrada na PUC-Rio; e “Organizações, História e Linguagem” ministrada na Positivo. Ao mesmo tempo, cresce o número de oficinas de trabalho oferecidas no âmbito dos eventos nacionais já citados. O foco das disciplinas e oficinas é amplo, abrangendo desde como trabalhar com documentos históricos em arquivos físicos e digitais – importância já ressaltada por Barros (2016) e Coraiola (2012) – até como recolher e manusear fontes orais em pesquisas de história oral e histórias de vida (Barros & Lopes, 2014).

Como ilustração (e reforço) desse argumento, o tema de interesse da temática em foco para o ENANPAD 2020 expressa em seu descritor, de maneira bastante clara, a importância atribuída aos procedimentos metodológicos da pesquisa histórica:

[...] são bem-vindos estudos que: Analisem como fontes e arquivos históricos contribuem para entender os fenômenos organizacionais e sua articulação com o social e o político; Estimulem debates sobre como a pesquisa histórica em administração e estudos organizacionais permite um engajamento com o passado que vá além do superficial ou do meramente descritivo; Discutam como as organizações instrumentalizam estrategicamente seu passado criando e gerindo seus acervos e arquivos documentais, construindo significados a partir de disputas entre memórias oficiais e memórias silenciadas; Sejam baseados em fontes diversas tais como arquivos

públicos, arquivos privados e/ou empresariais, arquivos da Comissão Nacional da Verdade; jornais de época; filmes; documentários e fontes baseadas em história oral, de vida e/ou temática; Resgatem as relações entre políticas públicas de Educação, organizações de educação e disciplinas da Administração. Nesse sentido, também são considerados nessa linha temática, textos que versem sobre o método biográfico em suas diversas abordagens históricas e psicossociais [...] (ANPAD, 2020b).

Anos 2020: Em busca de um posicionamento crítico e reflexivo acerca do passado e suas formas de representação, rumo à internacionalização

De modo a refletir sobre possíveis desdobramentos da trajetória histórica da incorporação da história, da memória e do passado nas pesquisas de EO no Brasil, um bom começo pode ser a publicação de Wanderley e Barros (2019). Os autores, sem pretensões de prever o futuro, nos oferecem algumas pistas acerca do que representa o desafio a ser enfrentado na próxima década: como conseguir, ao mesmo tempo, exercer uma opção por autores/teorias, conceitos e temas nacionais e manter o diálogo e a relevância com o público internacional?

Esse desafio, longe de ser uma novidade na área de EO (ver, por exemplo, Caldas & Alcadipani, 2006), apresenta-se agora com toda a sua força também para esse campo de pesquisa. Se, por um lado, a consolidação da virada histórica proposta pelo mundo anglo-saxão proporcionou a legitimação do subcampo *historical organization studies* (Maclean, Harvey, Clegg, & Stewart, 2016), levando a maiores possibilidades de publicação no exterior, por outro lado, a presença de autores e temas de outras geografias continua limitada (Wanderley & Barros, 2019). A recente proposta de um subcampo ainda mais específico, *critical organizational history* (Durepos, Shaffner, & Taylor, 2019), abre novas possibilidades, pois apresenta uma demanda por visões mais críticas e reflexivas acerca da virada histórica. Como está claro na chamada deste fórum, existe a necessidade de “explorar as implicações da virada histórica nos estudos de gestão e organizações com base em múltiplos aportes teóricos, epistemológicos, culturais e localizações geográficas” (Barros, Coraiola, Maclean, & Foster, 2019, p. 1).

Ressaltamos aqui a necessidade da inclusão de outras geografias para além do mundo anglo-saxão na virada histórica (Wanderley & Barros, 2019). Foram os próprios autores críticos do mundo anglo-saxão que alertaram para o fato de que, para que

um diálogo entre pesquisadores para além desse mundo possa ocorrer, provavelmente temos que recorrer a autores como Marx, Foucault, Lacan e Gramsci (Mir & Mir, 2012). Certamente, autores como Foucault e Gramsci abrem portas no exterior para publicações em história crítica das organizações. Contudo, devemos estar alertas para não nos tornarmos “pensadores críticos orgulhosos (ou avançados)”, sem nos darmos conta de que estamos sendo eurocêntricos (Dussel & Ibarra-Colado, 2006, p. 491).

Assim, nosso desafio pode ser traduzido pelo aforismo de Oswald de Andrade (1928), que devora antropofagicamente o dilema hamletiano: “*Tupi, or not tupi that is the question*”. Em outras palavras, seguiremos o caminho seguro de aderirmos acriticamente às propostas (críticas) da virada histórica ou enfrentaremos o desafio de inscrevermos nossas diversas origens tupi – autores/teorias, conceitos e temas – na casa (internacional) do conhecimento?

Não existem caminhos fáceis a propor, mas estamos seguros de que não buscar nossas próprias representações do passado (histórias, memórias e ficções), autores, teorias e conceitos significaria perder relevância e, portanto, não se configura como uma opção plausível. Além disso, vários pesquisadores brasileiros têm enfrentado esse desafio e podem nos indicar possíveis caminhos a seguir. Por exemplo, Cooke e Alcadipani (2015) investigaram o financiamento da Fundação Ford para a EAESP/FGV para ilustrar uma possível história global do ensino de Administração. Alcadipani (2017), com base em uma abordagem pós-colonial – já consolidada no mundo anglo-saxão –, resgatou o conceito de redução sociológica de Guerreiro Ramos para sua investigação sobre a circulação do conhecimento em Administração na periferia. Barros e Wanderley (2019) lançaram mão do conceito de populismo de Francisco Weffort para investigar os fenômenos *trumpism* e Brexit. Esses dois últimos trabalhos mostram o potencial do pensamento social brasileiro na compreensão de fenômenos atuais. Quelha-de-Sá e Costa (2019) investigaram a história da construção do Memorial da Resistência de São Paulo com base no modelo teórico-metodológico *ANTI-history* – que tem origem no Canadá (Durepos & Mills, 2012) – desvelando narrativas silenciadas e colocadas à margem pela história oficial da ditadura militar brasileira. Wanderley e Barros (2020) optaram pela abordagem teórico-metodológica conhecida como *Burke’s Pentad* – do teórico da literatura estadunidense Kenneth Burke – para investigar como a Aliança para o Progresso influenciou o ensino de Administração para o desenvolvimento no Brasil. Barros e Taylor (2020) utilizaram os aportes teóricos de Gramsci para investigar a atuação no Brasil, nos anos 1960, do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e, assim, discutir como *think tanks* tornaram-se chaves no momento atual para a aceitação de ideologias pró-corporativas pela sociedade civil.

Portanto, o que nos parece aqui se delinear é a articulação de um autor/teoria, conceito (Alcadipani, 2017; Barros & Wanderley, 2019) ou tema nacional (Barros & Taylor, 2020; Cooke & Alcadipani, 2015; Quelha-de-Sá & Costa, 2019; Wanderley & Barros, 2020) com uma abordagem teórica ou metodológica internacional (Alcadipani, 2017; Barros & Taylor, 2020; Quelha-de-Sá & Costa, 2019; Wanderley & Barros, 2020) para que nossas diversas origens tupi possam adentrar e sentar à mesa da casa do conhecimento (anglo-saxão) e dialogar.

A opção por esse tipo de articulação pode ser também uma forma de evitarmos cair na armadilha do paroquialismo e seguirmos contando nossas próprias estórias para nós mesmos. Todavia, devemos estar atentos para não perdermos rigor ao promovermos a “tradução” de nossos temas para uma plateia internacional. Independentemente da articulação implementada, entendemos que a reflexividade como atitude metódica – como Guerreiro Ramos (1958) sugeriu para a redução sociológica – deve ser companheira em cada etapa da pesquisa histórica: na seleção do problema e das fontes, na elaboração da abordagem teórica, na construção do arcabouço metodológico e na construção da narrativa, que será sempre delimitada pela “arte e artesanato” do pesquisador.

Sobretudo, entendemos que é necessário, para a formação de um campo de história crítica das organizações no Brasil, que nos apropriemos do conceito de perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro (2018). Dessa maneira, poderemos promover uma inversão da lógica promovida pelo mundo anglo-saxão na construção do conhecimento. Parafraseando Viveiros de Castro (2018), não se trata de usar autores (ocidentais) que nos são amplamente familiares – tais como Foucault e Gramsci – para investigar nossas estórias “exóticas”, mas sim de “ler os filósofos à luz do pensamento selvagem, e não o contrário: trata-se de atualizar os incontáveis devires-outrem que existem como virtualidades de nosso pensar” (p. 90). Portanto, devemos iniciar por nossos autores/teorias, conceitos e temas para articular com os similares internacionais. Ademais, Guerreiro Ramos (1958) já havia sugerido que, “à luz da redução sociológica, toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária” (p. 83).

Baseados nessas premissas, gostaríamos aqui de ampliar a agenda (internacionalizada) de pesquisa – absolutamente não exaustiva, mas sim um convite a sua extensão – para um subcampo de história crítica das organizações no Brasil em articulação com potenciais similares internacionais, tais como:

- **articulação de autores e teorias.** Autores do pensamento social brasileiro (já citados, mais ainda não explorados em todo o seu potencial, ver: Martins, Gurgel, Lima, Darbilly, Justen & Santos 2013) tais como Darcy Ribeiro,

Milton Santos e Paulo Freire, articulados com os estudos decoloniais. Autores e teorias do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB, 1955-1964), tais como Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe, Candido Mendes e Nelson Werneck Sodré (ver Wanderley, 2016), articulados com autores da Escola de Frankfurt.

- **articulação de conceitos.** O conceito de superexploração do trabalho de Rui Mauro Marini (2012) articulado com o conceito de necrocapitalismo de Bobby Banerjee (2008) para investigar, por exemplo, o processo de uberização do trabalhador. O conceito de redução sociológica de Guerreiro Ramos (1958) com o conceito de reflexividade sugerido por Alvesson e Sköldbberg (2000). O conceito de perspectivismo ameríndio (Castro, 2018) com os conceitos de *border thinking* (Mignolo & Tlostanova, 2006) dos estudos decoloniais e *third spaces* (Bhabha, 1994) da abordagem pós-colonial.
- **articulação de temas de pesquisa.** A historiografia brasileira sobre o apoio e a participação das empresas em práticas de violação dos direitos humanos dos trabalhadores na ditadura militar brasileira (ver Costa & Silva, 2017, 2018) articulado com a cumplicidade de corporações com regimes totalitários durante a 2ª Guerra Mundial (ver Schrempf-Stirling, Palazzo, & Phillips, 2016; Stokes & Gabriel, 2010). Os impactos no Brasil do modelo de monocultura de exportação baseado na escravidão (ver Taunay, 2001) no surgimento do *management*, articulados com o modelo similar nos EUA conforme investigado, por exemplo, por Bill Cook (2003). Essa última sugestão pode nos ajudar a compreender as relações de trabalho que ainda hoje permeiam as organizações no Brasil. E os estudos de história, memória e processos narrativos organizacionais em espaços de memória de liberdade e resistência no Brasil (Quelha-de-Sá & Costa, 2019) articulados com pesquisas sobre *history-telling* (Foster, Coraiola, Suddaby, Kroezen, & Chandler, 2017), responsabilidade histórica corporativa (Coraiola & Derry, 2019) e *rethorical history* (Suddaby, Foster, & Trank, 2016).

Mormente, esse é o objetivo de uma agenda inicial em história crítica das organizações (e não só no Brasil): (re)visitar o passado para desnaturalizar e confrontar o presente e, assim, imaginar

futuros possíveis. O maior desafio, com certeza, é o mesmo que a área de EO vem enfrentando em outros subcampos: a construção de abordagens teórico-metodológicas para além do estrangeiro. Dito de outra maneira, nossa agenda seria, como poetizou Manuel Bandeira sobre o projeto de Lúcio Costa para a construção de Brasília (capital federal), “um avião em rota para a impossível Utopia, [mas cujo projeto] logo dá à iniciativa, que parecia uma aventura, um ar plausível”. Vinte anos atrás, perseguir uma agenda em história crítica das organizações poderia parecer “uma aventura”, porém hoje temos o “ar plausível” da institucionalização no Brasil e no exterior de um profícuo campo de pesquisa. Isso nos proporciona maior visibilidade, todavia aumenta nossa responsabilidade com o rigor e a relevância de nossas pesquisas. Sigamos juntos.

REFERÊNCIAS

- Alcadipani, R. (2017). *Reclaiming sociological reduction: Analyzing the circulation of management education in the periphery*. *Management Learning*, 48(5), 535-551. doi: 10.1177/1350507617710321
- Alcadipani, R., & Bertero, C. (2012). *Guerra fria e ensino do management no Brasil: O caso da FGV-EAESP*. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 52(3), 284-299. doi: 10.1590/S0034-75902012000300002
- Alcadipani, R., & Bertero, C. (2014). *Uma escola americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP*. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 54(2), 154-169. doi: 10.1590/S0034-759020140204
- Alcadipani, R., & Bertero, C. (2018). Os EUA, a exportação e a expansão do ensino de management no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, 16(1), 50-63. doi: 10.1590/1679-395131512
- Alvesson, M., & Sköldbberg, K. (2000). *Reflexive methodology: New vistas for qualitative research*. London, UK: Sage.
- Andrade, O. (1928). Manifesto antropófago. *Revista de Antropofagia*, (1).
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD. (2020). *Descritor do Tema 10 da Divisão de Estudos Organizacionais do EnANPAD 2011*. Retrieved from http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=58&cod_edicao_subsecao=676
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD. (2020b). *Descritor do Tema 7 da Divisão de Estudos Organizacionais do EnANPAD 2020*. Retrieved from http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=106&cod_edicao_subsecao=1692
- Azevedo, A. (2006). *A sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos* (Tese de doutorado, UFSC).
- Banerjee, B. (2008). *Necrocapitalism*. *Organization Studies*, 29(12), 1541-1563. doi: 10.1177/0170840607096386
- Barros, A. (2013). *Uma narrativa sobre a história dos cursos de administração da FACE-UFMG: Às margens do mundo e à sombra da FGV?* (Tese de doutorado, Cepead/Cad/Face/Universidade Federal de Minas Gerais).
- Barros, A. (2014). *Uma narrativa sobre os cursos superiores em administração da FACE/UFMG: Dos primeiros anos à sua unificação em 1968*. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, 12(1), 7-25. doi: 10.1590/S1679-39512014000100003
- Barros, A. (2016). *Archives and the “archive”: Dialogue and an agenda of research in organization studies*. *Organizações & Sociedade*, 23(79), 609-623. doi: 10.1590/1984-9230795
- Barros, A. (2017). *Antecedentes dos cursos superiores em administração brasileiros: As escolas de comércio e o curso superior em administração e finanças*. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(1), 88-100. doi: 10.1590/1679-395146748
- Barros, A., Alcadipani, R., & Bertero, C. (2018). *A criação do curso superior em administração na UFRGS em 1963: Uma análise histórica*. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 58(1), 3-15. doi: 10.1590/S0034-759020180102
- Barros, A., & Carrieri, A. (2013). *Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: Uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos*. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(2), 256-273. doi: 10.1590/S1679-39512013000200005
- Barros, A., Coraiola, D., Maclean, M., & Foster, W. (2021). History, memory, and the past in management and organization studies: CFP. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 61(1), XXX-XXX. doi:
- Barros, A., & Taylor, S. (2020). *Think tanks, business and civil society: The ethics of promoting pro-corporate ideologies*. *Journal of Business Ethics*, 162(3), 505-517. doi: 10.1007/s10551-018-4007-y
- Barros, A., & Wanderley, S. (2019). *Brazilian businessmen movements: Right-wing populism and the (dis) connection between policy and politics*. *Organization*, 27(3) 394-404. doi: 10.1177/1350508419883378
- Barros, V., & Lopes, F. (2014). Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In E. M. de Souza (Org.). *Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: Uma abordagem teórico-conceitual*. Vitória: EDUFES.
- Bertero, C., Barros, A., & Alcadipani, R. (2018). *Missionários americanos na Bahia: O bacharelado em administração da Escola de Administração da UFBA*. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, 17(1), 144-155. doi: 10.1590/1679-395164890
- Bezerra, M. (2019). *Para além de um evento de artes: A ANTI-history de uma organização artística* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Ceará).
- Bhabha, R. (1994). *The location of culture*. London, UK: Routledge.
- Biscaia, P. (2018). *A influência de abolicionistas e escravocratas brasileiros na atuação de uma organização bancária no século XIX* (Dissertação de mestrado, Universidade Positivo).
- Booth, C., & Rowlinson, M. (2006). *Management and organizational history: Prospects*. *Management & Organizational History*, 1(1), 5-30. doi: 10.1177/1744935906060627
- Boschi, M. (2018). *A origem da educação executiva em marketing no Brasil: Uma perspectiva histórica* (Tese de doutorado, Unigranrio).
- Caldas, M., & Alcadipani, R. (2006). *Americanização e pós-colonialismo: A gênese da referência norte-americana na cultura e gestão no Brasil*. In J. F. Chanlat, R. Fachin, & T. Fischer (Eds.), *Análise das organizações, perspectivas latinas: Olhar histórico e constatações atuais*, (pp. 261-294). Porto Alegre, RS: UFRGS.
- Calgaro, R. (2016). *A empresificação das cooperativas no Brasil: Um estudo histórico de uma cooperativa de crédito* (Tese de doutorado, Universidade Positivo).
- Caminha, D. (2014). *Origens sociais, trajetórias e estratégias de ascensão da elite dirigente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) no Estado Novo*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

- Carneiro, A. (2015). *A Escola Superior de Administração e Negócios nos primeiros vinte anos (1941- 1961): Uma análise sobre o currículo em administração* (Dissertação de mestrado, EAESP-FGV).
- Carneiro, A. (2019). *Os preceitos gerenciais para o desenvolvimento: A influência do Banco Mundial para a consolidação do gerencialismo no Brasil na década de 1990* (Tese de doutorado, EAESP-FGV).
- Carrieri, A., & Lopes, F. (2012). *O avô constrói, o pai usa e o neto morre de fome: Histórias de família em uma organização*. *REGG*, 19(1), 3-10. doi: 10.5700/rege448
- Castro, E. V. de. (2018). *Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo, SP: Cosac Naify.
- Chaym, C. (2017). *ANTI-History: O organizar de práticas científicas em biotecnologia* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico).
- Clark, P., & Rowlinson, M. (2004). *The treatment of history in organisation studies: Towards an 'historic turn'?* *Business History*, 46(3), 331-352. doi: 10.1080/0007679042000219175
- Coelho, F. (2006). *Educação superior, formação de administradores e setor público: Um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil* (Tese de doutorado, Escola de Administração de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas).
- Cook, B. (2003). *The denial of slavery in management studies*. *Journal of Management Studies*, 40(8), 1895-1918. doi: 10.1046/j.1467-6486.2003.00405.x
- Cooke, B., & Alcadipani, R. (2015). *Toward a global history of management education: The case of the Ford Foundation and the São Paulo School of Business Administration, Brazil*. *Academy of Management Learning & Education*, 14(4), 482-499. doi: 10.5465/amle.2013.0147
- Coraiola, D. (2012). *Importância dos arquivos empresariais para a pesquisa histórica em administração no Brasil*. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(2), 254-269. doi: 10.1590/S1679-39512012000200002
- Coraiola, D., & Derry, R. (in press). Remembering to forget: The historic irresponsibility of U.S. Big Tobacco. *Journal of Business Ethics*. doi: 10.1007/s10551-019-04323-4
- Correia, G. (2020). *Uma grande solidão em meio à multidão: Histórias e memórias da arbitragem de futebol em Minas Gerais* (Dissertação de mestrado, Cepead/Cad/Face/Universidade Federal de Minas Gerais).
- Costa, A., Barros, D., & Martins, P. (2010). *Perspectiva histórica em administração: Novos objetos, novos problemas, novas abordagens*. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 50(3), 288-299. doi: 10.1590/S0034-75902010000300005
- Costa, A., & Silva, M. (2017). *Novas fontes, novas versões: Contribuições do acervo da Comissão Nacional da Verdade*. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(2), 163-183. doi: 10.1590/1982-7849rac2017150101
- Costa, A., & Silva, M. (2018). *Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil militar brasileira: A perspectiva da Comissão Nacional da Verdade*. *Organizações & Sociedade*, 25(84), 15-29. doi: 10.1590/1984-9240841
- Curado, I. (2001). *O desenvolvimento dos saberes administrativos em São Paulo: Uma análise histórica* (Tese de doutorado, EAESP/FGV).
- Decker, S. (2013). *The silence of the archives: Business history, post-colonialism and archival ethnography*. *Management & Organizational History*, 8(2), 155-173. doi: 10.1080/17449359.2012.761491
- Durepos, G., & Mills, A. (2012). *Actor-network theory, ANTI-history and critical organizational historiography*. *Organization*, 19(6), 703-721. doi: 10.1177/1350508411420196
- Durepos, G., Shaffner, E. C., & Taylor, S. (2019). *Developing critical organizational history: Context, practice and implications*. Advance online publication. *Organization*. doi: 10.1177/1350508419883381
- Dussel, E., & E. Ibarra-Colado. (2006). *Globalization, organization and the ethics of liberation*. *Organization*, 13(4), 489-508. doi: 10.1177/1350508406065852
- Fischer, T. (1984). *O ensino da administração pública no Brasil, os ideais do desenvolvimento e as dimensões da racionalidade* (Tese de doutorado, USP).
- Foster, W., Coraiola, D., Suddaby, R., Kroezen, J., & Chandler, D. (2017). *The strategic use of historical narratives: A theoretical framework*. *Journal of Business History*, 59(8), 1176-1200. doi: 10.1080/00076791.2016.1224234
- Fucs, A. (2019). *O papel da memória (re)construção de identidade organizacional: O caso da escola Edem* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).
- Holan, P., & Phillips, N. (2004). *Organizational forgetting as strategy*. *Strategic Organization*, 2(4), 423-433. doi: 10.1177/147612700404047620
- Joaquim, N. (2014). *[Sub]Vidas secas nos retratos dos agricultores do Projeto Bebedouro no Semiárido de Petrolina (PE)* (Tese de doutorado, Cepead/Cad/Face/Universidade Federal de Minas Gerais).
- Lima, G. (2009). *Memórias da gestão: O percurso da identidade administrativa de tropeiros em Minas Gerais* (Dissertação de mestrado, Cepead/Cad/Face/Universidade Federal de Minas Gerais).
- Lipartito, K. (2014). Historical sources and data. In M. Bucheli, & D. Wadhvani (Orgs.), *Organizations in time: History, theory, methods* (pp. 284-304). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Lopes, L. (2019). *O organizar das práticas de espaço à luz da perspectiva histórica: A arquitetura de ferro na cidade de Fortaleza* (Tese de doutorado, Universidade Estadual do Ceará).
- Lopes, F. T., & Carrieri, A. (2010). *Fotografias de família pela ótica das sucessoras: Um estudo sobre uma organização familiar*. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(3), 478-494. doi: 10.1590/S1415-6552010000300006
- Macleay, M., Harvey, C., Clegg, & Stewart R. (2016). *Conceptualizing historical organization studies*. *Academy of Management Review*, 41(4), 609-632. doi: 10.5465/amr.2014.0133
- Marini, R. (2012). *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis, SC: Insular.
- Martins, P., Gurgel, C., Lima, D., Darbilly, L., Justen, A., Santos, C. (2013). Referência aos clássicos interpretativos do Brasil no pensamento acadêmico contemporâneo sobre administração pública. In C. Gurgel, & P. E. M. Martins (Orgs.), *Estado, organização e pensamento social brasileiro*, (pp. 13-40). Rio de Janeiro, RJ: Editora UFF.
- Mignolo, W., & Tlostanova, M. (2006). *Theorizing from the borders: Shifting to geo-and body-politics of knowledge*. *European Journal of Social Theory*, 9(2), 205-221. doi: 10.1177/1368431006063333
- Mir, R., & Mir, A. (2012). *The colony writes back: As an early champion of non-western organizational theory*. *Organization*, 20(1), 91-101. doi: 10.1177/1350508412461003
- Morgado, U. (2016). *Identidade na organização-cidade de Curitiba: Estudo histórico da primeira gestão de Jaime Lerner* (Dissertação de mestrado, Universidade Positivo).

- Pio, E., Júnior. (2018). *A Sudene de Celso Furtado na reforma do Estado (1959-1964)* (Dissertação de Mestrado, Unigranrio).
- Prost, A. (2012). *Doze lições sobre a história*. São Paulo: Autêntica.
- Quelha-de-Sá, R. (2018). Em busca de transparência: Uma análise das movimentações sócio-políticas dos múltiplos atores envolvidos no processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) à luz da abordagem ANTI-History (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).
- Quelha-de-Sá, R., & Costa, A. (2019). In search of transparency: ANTI-History, memorials and resistance. *Journal of Management History*, 25(4), 493-515. doi: 10.1108/JMH-02-2018-0012
- Ramos, A. G. (1958). *A redução sociológica: Introdução ao estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro, RJ: ISEB.
- Rowlinson, M., Booth, C., Delahaye, A., & Procter, S. (2010). Social remembering and organizational memory. *Organization Studies*, 31(1), 69-87. doi: 10.1177/0170840609347056
- Rowlinson, M., Hassard, J., & Decker, S. (2014). Research strategies for organizational history: A dialogue between historical theory and organization theory. *Academy of Management Review*, 39(3), 250-274. doi: 10.5465/amr.2012.0203
- Santos, C. (2019). *Imprensa, discurso e ideologia: O jornal Folha de São Paulo e o Golpe de Estado de 1964* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).
- Schrempf-Stirling, J., Palazzo, G., & Phillips, R. (2016). Historic corporate social responsibility. *Academy of Management Review*, 41(4), 700-719. doi: 10.5465/amr.2014.0137
- Silva, E. (2019). *Entre vivências e lembranças de um quilombo urbano: História, memória e discurso* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais).
- Silva, M. (2017). *História organizacional da ENAP: Uma análise dos papéis desempenhados e das competências organizacionais desenvolvidas* (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia).
- Silva, M.A.C. (2018). *As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na ditadura militar brasileira (1964-1985)* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).
- Silva, M. A. F. (2018). *A carne mais barata do mercado é a carne negra: Um estudo com histórias de vida de trabalhadores industriais negros* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais).
- Souza, R. (2016). *Interculturalidade em uma organização de origem em países distintos: Uma história da Inaceres* (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia).
- Stokes, P., & Gabriel, Y. (2010). Engaging with genocide: The challenge for organization and management studies. *Organization*, 17(4), 461-480. doi: 10.1177/1350508409353198
- Suddaby, R., Foster, W. M., & Trank, C. Q. (2016). Re-Membering: Rhetorical history as identity work. In M. G. Pratt, M. Schultz, B. E. Ashforth, & D. Ravasi (Eds.), *The Oxford handbook of organizational identity*. Oxford: Oxford University Press.
- Taunay, C. (2001). *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Tonelli, M. J. (2017). The foundation of the academic field in business and administration in Brazil: The case of RAUSP. *RAUSP-Revista de Administração*, 52(4), 359-362. doi: 10.1016/j.rausp.2017.08.001
- Tonelli, M. J. (2018). Revistas científicas em administração: O papel histórico da Revista de Administração de Empresas (RAE) na construção do campo acadêmico em administração no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(spe), 509-5015. doi: 10.1590/1679-395173941
- Valle, M. M., Bertero, C., & Alcadipani, R. (2013). Caminhos diferentes da americanização na educação em administração no Brasil: A EAESP/FGV e a FEA/USP. *Administração: Ensino e Pesquisa (RAEP)*, 14(4), 837-872. doi: 10.13058/raep.2013.v14n4.49
- Vizeu, F. (2008). *Management no Brasil em perspectiva histórica: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940* (Tese de doutorado, EAESP/FGV).
- Vizeu, F. (2010). Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 50(1), 37-47. doi: 10.1590/S0034-75902010000100004
- Vizeu, F. (2018). IDORT e difusão do management no Brasil na década de 1930. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 58(2), 163-173. doi: 10.1590/s0034-759020180205
- Wadhvani, R. D., Suddaby, R., Mordhorst, M., & Popp, A. (2018). History as organizing: Uses of the past in organization studies. *Organization Studies*, 39(12), 1663-1683. doi: 10.1177/0170840618814867
- Waiandt, C. (2009). *O ensino dos estudos organizacionais nos cursos de pós-graduação stricto sensu em administração* (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia).
- Walsh, J., & Ungson, G. (1991). Organizational memory. *Academy of Management Review*, 16(1), 57-91. doi: 10.2307/258607
- Wanderley, S. (2015). *Desenvolvimentismo, descolonização e a geo-história da administração no Brasil: A atuação da CEPAL e do ISEB como instituições de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação* (Tese de doutorado, EBAPE/FGV).
- Wanderley, S. (2016). ISEB, uma escola de governo: Desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. *Revista de Administração Pública*, 50(6), 913-936. doi: 10.1590/0034-7612150061
- Wanderley, S., & Barros, A. (2019). Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: Towards a Latin American agenda. *Management & Organizational History*, 14(1), 79-97. doi: 10.1080/17449359.2018.1431551
- Wanderley, S., & Barros, A. (2020). The Alliance for Progress, modernization theory, and the history of management education: The case of CEPAL in Brazil. *Management Learning*, 51(1) 55-72. doi: 10.1177/1350507619869013
- Yates, J. (2014). Understanding historical methods in organization studies. In M. Bucheli, & D. R. Wadhvani (Eds.), *Organizations in time: History, theory, methods* (pp. 265-283). Oxford: Oxford University Press.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

O trabalho foi pensado, refletido e escrito de forma conjunta. A autora e o autor desenvolveram juntos todo o trabalho desde o levantamento de informações, a conceituação e abordagem teórica-metodológica, a revisão teórica (levantamento de literatura), até a redação e revisão final do texto.

INFORMAÇÕES EDITORIAIS 2020

STATUS DOS ARTIGOS		2019 ¹	%	2020 ¹	%
	Submetidos	841	100%	1072	100%
Redação (avaliação Formato)	Fora do padrão ²	326	39%	379	35%
	Retirados antes do processo <i>blind review</i>	36	4%	28	3%
	Enviados para o <i>desk review</i>	479	57%	665	62%
Editor-chefe (desk review)	Rejeitados	214	45%	246	37%
	Rejeitados com possibilidade de Resubmissão	44	9%	54	8%
	Aguardando <i>desk review</i>	18	4%	12	2%
	Enviados para Editores Científicos	203	42%	353	53%
Corpo Editorial Científico (avaliação preliminar)	Rejeitados	67	14%	150	23%
	Rejeitados com possibilidade de Resubmissão	12	3%	6	1%
	Em avaliação preliminar	19	4%	51	8%
	Enviados para Avaliadores	105	22%	146	22%
Avaliadores ad hoc (double-blind review)	Rejeitados	37	8%	69	10%
	Rejeitados com possibilidade de Resubmissão	9	2%	16	2%
	Em avaliação	23	5%	24	4%
	Enviados para Aperfeiçoamento pelos autores	36	8%	37	6%
	Artigos aceitos para publicação	19	4%	15	2%

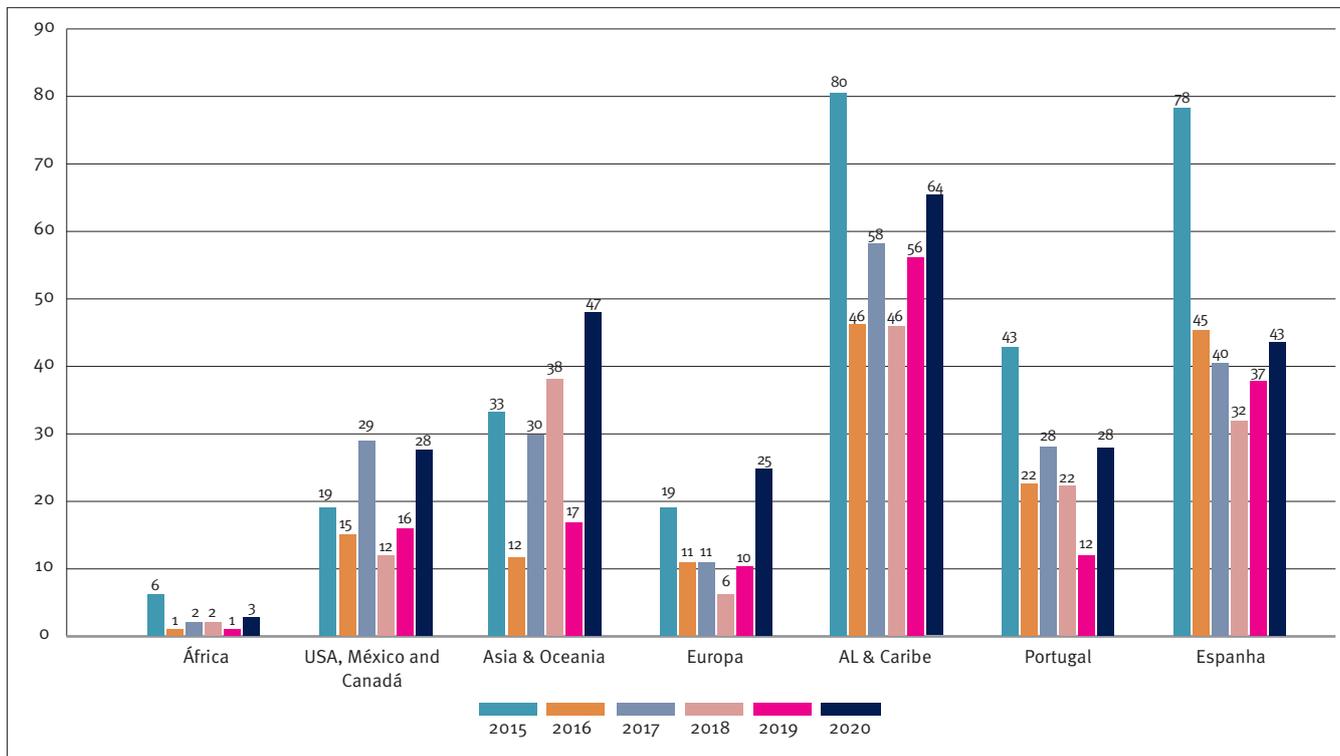
¹ Status em 11.01.2021 dos artigos submetidos no ano indicado.

² Na triagem inicial os artigos passam por uma avaliação de formato e detecção de similaridades através do software iThenticate®, realizada pela Redação, conforme normas estabelecidas no Manual da RAE.

³ Artigos submetidos em 2019 e aceitos para publicação em 2020 foram 19 artigos.

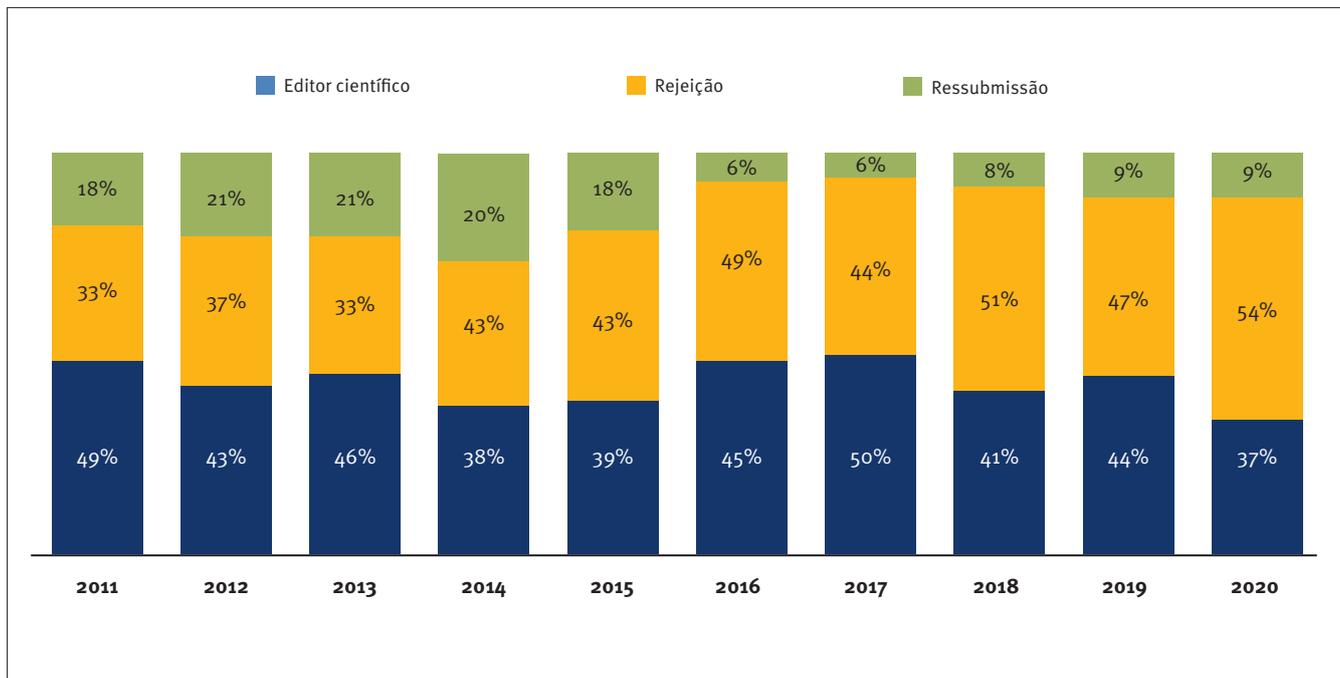
Nota: As porcentagens demonstradas não consideram os artigos rejeitados por formato e retirados do processo.

SUBMISSÃO DE AUTORES INTERNACIONAIS



Nota: 1) Artigos encaminhados para desk review, após triagens de formato e similaridades; e 2) Considera-se o vínculo institucional do autor principal (Submitting Author) para contabilização dos números.

EVOLUÇÃO DO DESK REVIEW (ANUAL)

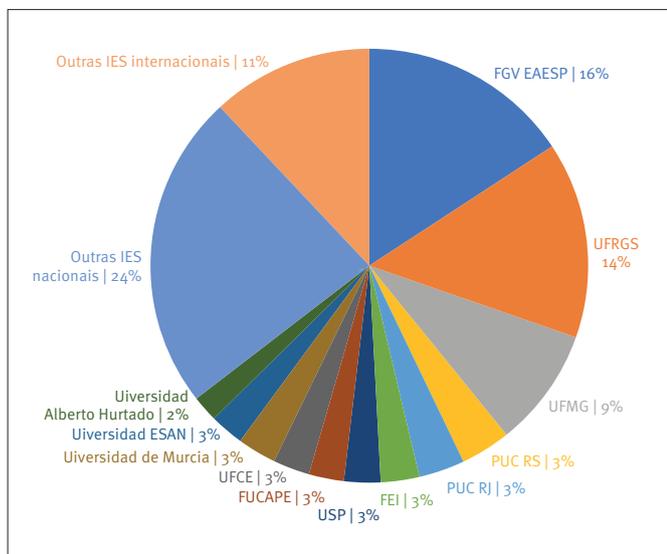


Nota: A porcentagem da tabela refere-se ao total de artigos enviados para o desk review da Editora-chefe.

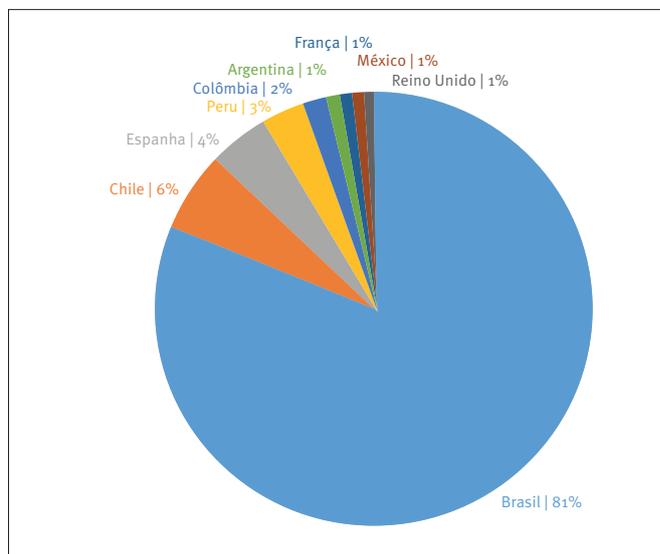
ARTIGOS PUBLICADOS

	2019	2020
Total de artigos publicados	38	37
Submetidos ao <i>double blind review</i>	25	29
Convidados	13	8
Parceria geográfica de autores		
Apenas autores brasileiros	24	28
Apenas autores internacionais	11	7
Apenas colaboração internacional	3	2

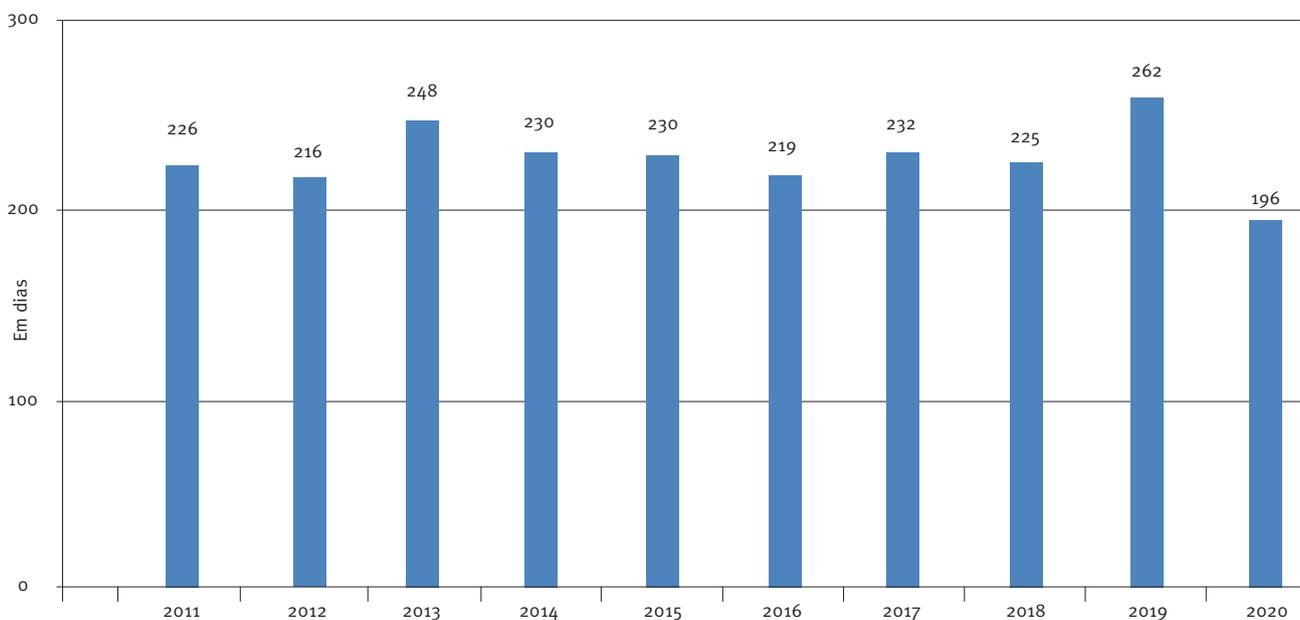
Diversidade Institucional de autoria dos artigos



Diversidade Geográfica de autoria dos artigos



MÉDIA ANUAL DE DIAS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO ATÉ APROVAÇÃO



COLABORADORES

A RAE agradece aos pesquisadores que colocaram seu tempo, sua experiência e sabedoria a serviço do desenvolvimento dos artigos submetidos. Um trabalho voluntário fundamental para o aprimoramento dos artigos, contribuindo com a academia brasileira de Administração. No período de janeiro a dezembro de 2020, contamos com a participação de 383 colaboradores, cujos nomes estão listados na página 5.

Reconhecemos o valioso trabalho dos membros do Corpo Editorial Científico e Avaliadores *ad hoc* e, como de praxe, classificamos os melhores do ano, cuja colaboração foi determinante para a qualidade dos artigos veiculados na RAE. A seleção levou

à classificação de 37 pesquisadores, com base em três critérios: o número de avaliações realizadas, o cumprimento dos prazos para a resposta aos autores e a qualidade do trabalho de avaliação.

Os editores científicos participaram do processo de avaliação cega, acompanhamento e consolidação de (re)avaliações de quatro artigos cada um e utilizaram em média 10,9 dias para concluir seus pareceres. Dentre os avaliadores que colaboraram em nosso processo *blind review* em 2020, cada um, em média, realizou duas avaliações e utilizou 29 dias para concluir seu parecer.

Nosso agradecimento especial a todos e todas!

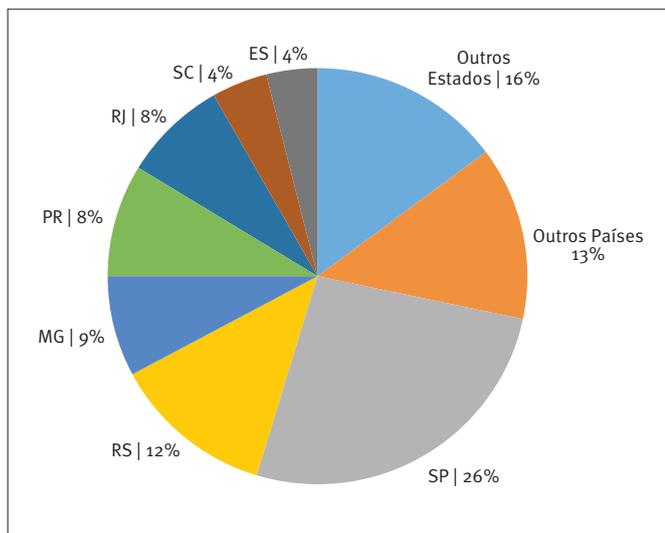
Editores Científicos Homenageados	Instituição	País
Antonio Lopo Martinez	Universidade de Coimbra	Portugal
Cíntia Rodrigues de Oliveira	UFU	Brasil
Darcy Mitiko Mori Hanashiro	Mackenzie	Brasil
Diogo Henrique Helal	Fundação Joaquim Nabuco	Brasil
Jorge Carneiro	FGV EAESP	Brasil
Luciano Barin Cruz	HEC-Montréal	Canadá

Editores Científicos Homenageados	Instituição	País
Marcelo Vinhal Nepomuceno	HEC-Montréal	Canadá
Mário Sacomano Neto	UFSCar	Brasil
Maurício Reinert do Nascimento	UEM	Brasil
Sidinei Rocha-de-Oliveira	UFRGS	Brasil
Teresia D. L. Van Ad. de Macedo-Soares	PUC-Rio	Brasil
Tobias Coutinho Parente	Universidade Ibirapuera	Brasil

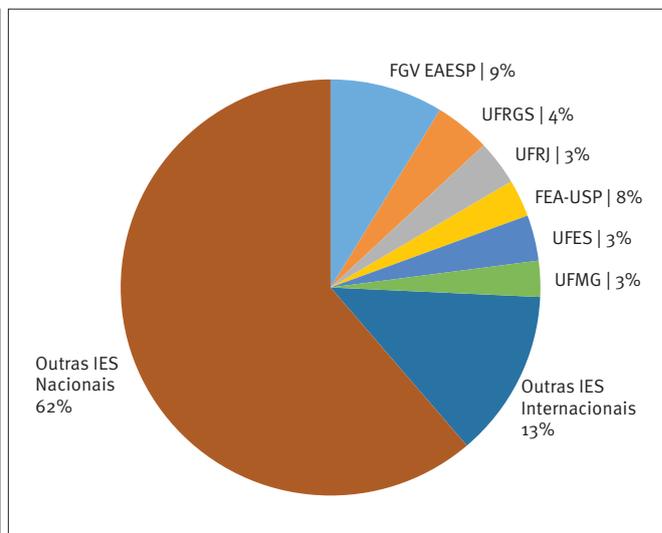
Avaliadores Homenageados	Instituição	País
Marcelo Curth de Oliveira	FEEVALE	Brasil
Jessica Aaschemann-Witzel	Aarhus University	Dinamarca
Ricardo Limongi	UFG	Brasil
Vinícius Antonio Machado Nardi	EMBRAPA	Brasil
Aline Mendonça Fraga	UFRGS	Brasil
Leonardo Marques	UFRJ	Brasil
Fábio de Oliveira Paula	PUC-Rio	Brasil
Ivano Ribeiro	UNIOESTE	Brasil
Robert Aldo Iquiapaza	UFMG	Brasil
Alessandra de Sá Mello da Costa	PUC-Rio	Brasil
João Augusto Rossi Borges	UFGD	Brasil
Diego Fetterman	UFSC	Brasil
Marcia Prezotti Palassi	UFES	Brasil

Avaliadores Homenageados	Instituição	País
Glenio Piran Dal Magro	UFF	Brasil
Marcelo de Souza Bispo	UFPB	Brasil
Tatiane Cislighi	IFRS	Brasil
Pedro Brancoli	University of Borås	Suécia
Moacir Godinho Filho	UFSCar	Brasil
Sachin Mangla	University of Plymouth	Reino Unido
Simone Sehnem	UNOESC	Brasil
Rosana da Rosa Portella Tondolo	UFPEL	Brasil
Elza Fátima Rosa Veloso	FIA-USP	Brasil
Muhittin Sagnak	Izmir Katip Celebi University	Turquia
Jody Vogelzang	Grand Valley State University	EUA
Marlon Dalmoro	UNIVATES	Brasil

Diversidade Geográfica do Corpo Editorial Científico e Avaliadores *ad hoc*



Diversidade Institucional do Corpo Editorial Científico e Avaliadores *ad hoc*



Abdinardo Moreira Barreto de Oliveira
 UTFPR, Pato Branco, PR, Brasil

Ademir Clemente
 UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Adriana Backx Noronha
 FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil

Adriana da Silva Vinholi Rampazo
 UEL, Londrina, PR, Brasil

Adriana Takahashi
 UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Agnaldo Keiti Higuchi
 UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil

Alcides Barrichello
 Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil

Aldo Leonardo Cunha
 UFPB, João Pessoa, PB, Brasil

Alessandra de Sá Mello da Costa
 PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Alexandre Faria
 FGV EBAPE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Alexandre Rabêlo Neto
 UFPI, Teresina, PI, Brasil

Alexandre Reis Graeml
 UTFPR, Curitiba, PR, Brasil

Alexandre Reis Rosa
 UFES, Vitória, ES, Brasil

Alfredo Rodrigues Leite
 UFES, Vitória, ES, Brasil

Aline Mendonça Fraga
 UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Amarolinda Zaneta Klein
 UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil

Amon Barros
 University of Essex, Colchester, Reino Unido

Ana Carolina de Aguiar Rodrigues
 FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil

Ana Carolina Kruta de Araújo Bispo
 UFPB, João Pessoa, PB, Brasil

Ana Clarissa Matte Zanardo dos Santos
 PUC-RS, Porto Alegre, RS, Brasil

Ana Paula Ferreira Alves
 IFRS, Rolante, RS, Brasil

Ana Paula Paes
 UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil

Ana Paula Rodrigues
 University of Essex, Colchester, Reino Unido

André Aroldo Freitas de Moura
 Fucape Business School, Vitória, ES, Brasil

André Luiz Maranhão de Souza-Leão
 UFPE, Recife, PE, Brasil

Andrea Lago da Silva
 UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

Andrea Maria Accioly
 INSPER, São Paulo, SP, Brasil

Andrei Aparecido de Albuquerque
UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

Andrew Finger
UFAL, Maceió, AL, Brasil

Andson Braga de Aguiar
FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil

Anielson Barbosa da Silva
UFPB, João Pessoa, PB, Brasil

Anna Minà
Università LUMSA, Roma, Itália

Antônio André Cunha Callado
UFRPE, Recife, PE, Brasil

Antonio Carlos Maçada
UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Antonio Carvalho Neto
PUC Minas, Belo Horizonte, MG, Brasil

Antonio Domingos Padula
UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Antonio Isidro da Silva Filho
UnB, Brasília, DF, Brasil

Antonio Lopo Martinez
Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Ariston Azevêdo
UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Artur Motta
FECAP, São Paulo, SP, Brasil

Aziz Xavier Beiruth
Fucape Business School, Vitória, ES, Brasil

Beatriz Braga
FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Bill Harley
The University of Melbourne, Melbourne, Austrália

Bruno de Souza Lessa
UNIFOR, Fortaleza, CE, Brasil

Bruno Felix
Fucape Business School, Vitória, ES, Brasil

Bruno Henrique Rocha Fernandes
PUC-PR, Curitiba, PR, Brasil

Cândido Vieira Borges Junior
UFG, Goiânia, GO, Brasil

Carla Caires Abdalla
FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Carla Danielle Monteiro Soares
FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil
Carlos André Da Silva Müller
UNIR, Porto Velho, RO, Brasil

Carlos Eduardo Lourenco
FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Carlos Henrique Marques da Rocha
UnB, Brasília, DF, Brasil

Carlos Ricardo Rossetto
UNIVALI, Florianópolis, SC, Brasil

Celso Augusto de Matos
UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil

Celso Fúncia Lemme
UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

César Augusto Tibúrcio Silva
UnB, Brasília, DF, Brasil

César Tureta
UFES, Vitória, ES, Brasil

Chris Mejía Argueta
MIT Center for Transportation and Logistics, Cambridge, Estados Unidos da América

Cíbele Franzese
FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Cíntia Rodrigues de Oliveira
UFU, Uberlândia, MG, Brasil

Clarice Secches Kogut
UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Claudia Afonso Silva Araujo
UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Claudimar Pereira da Veiga
UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Cláudio Antonio Pinheiro Machado Filho
FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil

Cláudio Reis Gonçalves
UNIVALI, Florianópolis, SC, Brasil

Cleudson Nogueira Dias
EMBRAPA, Brasília, DF, Brasil

Craig Whitsed
Curtin University, Perth, Austrália

Cristiane Biazzin
Northern Kentucky University, Kentucky, Estados Unidos da América

Cristiane Chaves Gattaz
Centro Universitário FEI, São Paulo, SP, Brasil

Cristiane Marques de Mello
Centro Universitário Grupo Integrado, Campo Mourão, PR, Brasil

Cristiano Costa
UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil

Cristiano Morini
UNICAMP, Limeira, SP, Brasil

Cristiano Oliveira Maciel
PUC-PR, Curitiba, PR, Brasil

Daiane Mulling Neutzling
UNIFOR, Fortaleza, CE, Brasil

Dalton Chaves Vilela Junior
UFAM, Manaus, AM, Brasil

Daniel Fernandes
Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal

Daniel Pereira Andrade
FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Danielle Mantovani
UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Darcy Mitiko Mori Hanashiro
Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil

David Ferreira Lopes Santos
UNESP, Jaboticabal, SP, Brasil

Delane Botelho

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Denize Grzybovsk

UPF, Passo Fundo, RS, Brasil

Dennys Eduardo Rossetto

SKEMA Business School, Belo Horizonte, MG, Brasil

Déris de Oliveira Caitano

UFSC, Florianópolis, SC, Brasil

Diego Altieri

FGV EBAPE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Diego Fetterman

UFSC, Florianópolis, SC, Brasil

Diego M. Coraiola

University of Alberta, Canadá

Dinorá Eliete Floriani

UNIVALI, Florianópolis, SC, Brasil

Diógenes de Souza Bido

Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil

Diogo Henrique Helal

Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE, Brasil

Dirceu da Silva

UNINOVE, São Paulo, SP, Brasil

Domenico Ceglia

UFC, Fortaleza, CE, Brasil

Douglas Proctor

University College Dublin, Dublin, Irlanda

Douglas Wegner

UNISINOS, Novo Hamburgo, RS, Brasil

Dusan Schreiber

FEEVALE, Novo Hamburgo, RS, Brasil

Éder Danilo Bezerra

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Edgard Monforte Merlo

FEA-USP-RP, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Edilson Giffhorn

UTFPR, Curitiba, PR, Brasil

Edilson Paulo

UFRGS, Porto Alegre, PR, Brasil

Ednilson Ávila

UFLA, Lavras, MG, Brasil

Edson Antunes Quaresma

IFNMG, Montes Claros, MG, Brasil

Eduardo Andre Teixeira Ayrosa

UNIGRANRIO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Eduardo Diniz

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Eduardo Gonçalves

UFJF, Juiz de Fora, MG, Brasil

Eduardo Guedes Villar

UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Eduardo Kazuo Kayo

FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil

Eduardo Strachman

UNESP, Campinas, SP, Brasil

Elaine Maria Tavares Rodrigues

UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Eliana Andrea Severo

Centro Universitário UnifBV, Recife, PE, Brasil

Eliane Brito

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Eliciane Maria da Silva

UNIMEP, Santa Barbara d'Oeste, SP, Brasil

Elisa Yoshie Ichikawa

UEM, Maringá, PR, Brasil

Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes

UFT, Palmas, TO, Brasil

Elisabeth de Oliveira Vendramin

UFMS, Campo Grande, MS, Brasil

Elizabeth Krauter

FEA-USP-RP, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Eloisio Moulin de Souza

UFES, Vitória, ES, Brasil

Eluiza Alberto de Morais Watanabe

UnB, Brasília, DF, Brasil

Ely Laureano Paiva

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Elza Fátima Rosa Veloso

FIA-USP, São Paulo, SP, Brasil

Emilene Leite

Örebro University, Örebro, Suécia

Emílio Arruda Filho

UNAMA, Belém, PA, Brasil

Emmanuel B. Raufflet

HEC-Montréal, Montréal, Canadá

Eusebio Scornavacca

University of Baltimore, Baltimore, Estados Unidos da América

Evandro Luiz Lopes

UNINOVE, São Paulo, SP, Brasil

Ewerton Alex Avelar

UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil

Fabio Bittencourt Meira

UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Fábio de Oliveira Paula

PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Fabio Grigoletto

UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

Fabio Meira

UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Fatima de Souza Freire

UnB, Brasília, DF, Brasil

Felipe Fróes Couto

UNIMONTES, Belo Horizonte, MG, Brasil

Fernanda da Silva Momo

UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Fernando Antonio Ribeiro Serra

UNINOVE, São Paulo, SP, Brasil

Fernando Viana

UNIFOR, Fortaleza, CE, Brasil

Filipe Augusto Silveira de Souza

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Flavia Cardoso

Universidad Adolfo Ibáñez, Santiago, Chile

Flávia Zóboli Dalmácio

FEA-USP-RP, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Flávio Henrique Oliveira Costa

UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

Flavio Hourneaux Junior

FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil

Francis Kanashiro Meneghetti

UTFPR, Curitiba, PR, Brasil

Francisco Aranha

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Francisval Carvalho

UFLA, Lavras, MG, Brasil

Gabriel Borela Franzoni

UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Gabriel Sperandio Milan

UNISINOS, Porto Alegre, PR, Brasil

Gabriela Scur

Centro Universitário FEI, São Paulo, SP, Brasil

Gabriela Spanghero Lotta

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Gabriela Zanandrea

UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil

George Ferns

Cardiff University, Cardiff, Reino Unido

Geraldo Ferrer

Naval Postgraduate School, Monterrey, Estados Unidos da América

Gilberto Sarfati

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Gilmar Henz

EMBRAPA, Brasília, DF, Brasil

Glenio Piran Dal Magro

UFF, Niterói, RJ, Brasil

Gloria Charão Ferreira

UNIJUI, Ijuí, RS, Brasil

Guilherme Dornelas Camara

UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Guilherme Lerch Lunardi

FURG, Rio Grande, RS, Brasil

Gustavo Abib

UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Gustavo Nobre

UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Hale Kaynak

The University of Texas Rio Grande Valley, Texas, Estados Unidos da América
Hej Bos Browers

Wageningen University, Wageningen, Holanda

Hélio Arthur Irigaray

FGV EBAPE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Hélio Zanquetto Filho

UFES, Vitória, ES, Brasil

Henrique Luiz Côrrea

Rollins College, Winter Park, Estados Unidos da América

Henrique Machado Barros

Centro Universitário FEI, São Paulo, SP, Brasil

Henrique Muzzio

UFPE, Recife, PE, Brasil

Hsia Hua Sheng

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Ingridi Vargas Bortolaso

UNISC, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil

Isabel Gallego Alvarez

Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha

Isabela Carvalho de Morais

UFOP, João Monlevade, MG, Brasil

Ivano Ribeiro

UNIOESTE, Cascavel, PR, Brasil

Jacqueline Cunha

UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil

Janaina Ruffoni

UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil

Jandir Pauli

IMED, Passo Fundo, RS, Brasil

Jane Mendes Ferreira

UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Jefferson Lopes La Falce

FUMEC, Belo Horizonte, MG, Brasil

Jefferson Marlon Monticelli

Universidade La Salle, Canoas, RS, Brasil

Jessica Aaschemann-Witzel

Aarhus University, Dinamarca

Jesuina Maria Pereira Ferreira

UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil

Joana Story

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

João Augusto Rossi Borges

UFGD, Dourados, MS, Brasil

João Luiz Becker

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

João Paulo Resende de Lima

FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil

João Porto de Albuquerque

University of Warwick, Reino Unido

João Souza Neto

UCB, Brasília, DF, Brasil

Joaquim Rubens Fontes Filho

FGV EBAPE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Jody Vogelzang

Grand Valley State University, Michigan, Estados Unidos da América

Jorge Carneiro

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Jorge Luis Sanchez Arevalo

UFMS, Campo Grande, MS, Brasil

Jorge Verschoore

UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil

José Carlos da Silva Filho

UFC, Fortaleza, CE, Brasil

José Carlos da Silva Freitas Junior

UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil

José Elias Feres de Almeida

UFES, Vitória, ES, Brasil

José Francisco Rezende

UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

José Osvaldo de Sordi

UNIFESP, São Paulo, SP, Brasil

José Roberto Frega

UFPR, Curitiba, PR, Brasil

José Roberto Pereira

UFLA, Lavras, MG, Brasil

Josiane Barbosa Gouvêa

IFPR, Curitiba, PR, Brasil

Josiane Silva de Oliveira

UEM, Maringá, PR, Brasil

Josiel Lopes Valadares

UFV, Viçosa, MG, Brasil

Juliana Cristina Teixeira

UFES, Vitória, ES, Brasil

Juliana Kopp

FGV EBAPE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Juliana Marangoni

UEM, Maringá, PR, Brasil

Juliana Sayuri Kurumoto

EESC-USP, São Carlos, SP, Brasil

Júlio Araujo Carneiro da Cunha

UNINOVE, São Paulo, SP, Brasil

Julio Cesar Araujo

UFV, Viçosa, MG, Brasil

Kavita Miadaira Hamza

FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil

Laura Michelini

Università di Roma, Roma, Itália

Laura Nieves Sierra Garcia

Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, Espanha

Lauro Gonzalez

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Lélis Pedro de Andrade

IFMG, Formiga, MG, Brasil

Leonardo Flach

UFSC, Florianópolis, SC, Brasil

Leonardo Marques

UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Leopoldo J. Gutierrez-Gutierrez

Universidad de Granada, Granada, Espanha

Letícia Casotti

UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Letícia Dias Fantinel

UFES, Vitória, ES, Brasil

Lilian Caporlingua Giesta Cabral

UFERSA, Mossoró, RN, Brasil

Liliana Vasconcellos

FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil

Liliane Furtado

FGV EBAPE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lisiane Closs

UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Luca Secondi

Università degli Studi della Tuscia, Viterbo, Itália

Lucas Ayres Barreira de Campos Barros

FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil

Lucia Barbosa de Oliveira

FGV EBAPE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Luciana Velloso

Goldsmiths, University of London, Londres, Reino Unido

Luciana Walther

UFSJ, São João del-Rei, MG, Brasil

Luciano Barin Cruz

HEC-Montréal, Montréal, Canadá

Luis Arthur Silva de Faria

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Luiz Alex Silva Saraiva

UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil

Luiz Carlos Murakami

UFC, Fortaleza, CE, Brasil

Maira Petrini

PUC-RS, Porto Alegre, RS, Brasil

Manoel Joaquim Fernandes de Barros

UNIFACS, Salvador, BA, Brasil

Marcelo Almeida de Carvalho Silva

UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marcelo Alvaro Macedo

UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marcelo Araujo

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Marcelo Curth de Oliveira

FEEVALE, Novo Hamburgo, RS, Brasil

Marcelo de Souza Bispo

UFPB, João Pessoa, PB, Brasil

Marcelo Fernandes Pacheco Dias

UFPEL, Pelotas, RS, Brasil

Marcelo Vinhal Nepomuceno

HEC-Montréal, Montréal, Canadá

Márcia Barcellos

UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Márcia Mendes de Luca

UFC, Fortaleza, CE, Brasil

Marcia Prezotti Palassi

UFES, Vitória, ES, Brasil

Marcia Regina Santiago Scarpin
FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Marcia Vaclavik
UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Marconi Freitas da Costa
UFPE, Recife, PE, Brasil

Marcos Barros
Grenoble Ecole de Management, Isère, França

Marcus Vinícius Peinado Gomes
Cardiff University, Cardiff, Reino Unido

Marek Masztalerz
Uniwersytet Ekonomiczny, Polônia

Margareth Rodrigues de Carvalho Borella
UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil

Maria Beatriz Rodrigues
UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Maria Carolina Martinez
UDESC, Florianópolis, SC, Brasil

Maria Carolina Zanette
Neoma Business School, Mont-Saint-Aignan, França

María Cruz Sánchez Escobedo
Universidad de Extremadura, Espanha

Maria Dolores De Juan Vigaray
Universidad de Alicante, Alicante, Espanha

Maria Fernanda Rios Cavalcanti
FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Maria Isabel Peixoto Guimarães
PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Maria Lúcia Granja Coutinho
FEA-USP-RP, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Maria Tereza Saraiva de Souza
Centro Universitário da FEI São Paulo, SP, Brasil

Mariana Bassi Sutter
University of Leeds, Leeds, Reino Unido

Mariana Mazzini
UFRN, Natal, RN, Brasil

Mariane Lemos Lourenço
UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Maribel Suarez
UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marie Anne Macadar
UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marilia Bonzanini Bossle
IFRS, Viamão, RS, Brasil

Marina Cursino
Faculdades Milton Campos, Nova Lima, MG, Brasil

Mário Aquino Alves
FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Mario Henrique Ogasawara
ESPM, São Paulo, SP, Brasil

Mario Sacomano Neto
UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

Marisol Rodríguez Goia
FGV EBAPE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marlon Dalmoro
UNIVATES, Lajeado, RS, Brasil

Mateus Canniatti Ponchio
FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Mateus Ferreira
UFCA, Juazeiro do Norte, CE, Brasil

Maurício Reinert do Nascimento
UEM, Maringá, PR, Brasil

Mauricio Roque Serva
UFSC, Florianópolis, SC, Brasil

Mauro José de Oliveira
Centro Universitário da FEI São Paulo, SP, Brasil

Michel Ferreira Cardia Haddad
Cambridge University, Cambridge, Reino Unido

Michelle de Souza Rocha
UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil

Minelle Enéas da Silva
Excelia Business School, La Rochelle, França

Mino Correia Rios
UFBA, Salvador, BA, Brasil

Moacir Godinho Filho
UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

Muhammad Mumtaz
University of Haripur, Haripur, Paquistão

Muhittin Sagnak
Izmir Katip Celebi University, Izmir, Turquia

Nelson Hein
FURB, Blumenau, SC, Brasil

Nildes Raimunda Pitombo Leite
UNIFESP, São Paulo, SP, Brasil

Odilanei Morais dos Santos
UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Orlando Rua
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal

Paola Schmitt Figueiro
FEEVALE, Novo Hamburgo, RS, Brasil

Patrícia Dias
IFRS, Porto Alegre, RS, Brasil

Patrícia Guarnieri
UnB, Brasília, DF, Brasil

Patrícia Tometich
UFF, Niterói, RJ, Brasil

Paula Chies Schommer
UDESC, Florianópolis, SC, Brasil

Paulo Caetano da Silva
UNIFACS, Salvador, BA, Brasil

Pedro Brancoli
University of Borås, Suécia

Pedro Carlos Resende Junior
UnB, Brasília, DF, Brasil

Pedro Jaime Coelho Jr
ESPM, São Paulo, SP, Brasil

Pedro Tonhozi de Oliveira

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Pietro Dolci Cunha

UNISC, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil

Plínio Rafael Reis Monteiro

UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil

Priscila Laczynski de Souza Miguel

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Priscila Rezende da Costa

UNINOVE, São Paulo, SP, Brasil

Queila Regina Matitz

UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Rafael Alfonso Brinkhues

IFRS, Viamão, RS, Brasil

Rafael Schiozer

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Ramona de Luca

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Raphael Schlickmann

UFSC, Florianópolis, SC, Brasil

Renato de Castro Garcia

UNICAMP, Campinas, SP, Brasil

Renato Henrique Gurgel Mota

UFRN, Natal, RN, Brasil

Renato J. Orsato

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Renato Koch Colomby

IFPR, Curitiba, PR, Brasil

Renato Manzini Bonfim

EMBRAPA, Brasília, DF, Brasil

Renato Telles

UNIP, São Paulo, SP, Brasil

Rene José Rodrigues Fernandes

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Ricardo Goulart Serra

FECAP, São Paulo, SP, Brasil

Ricardo Gouveia Rodrigues

Universidade da Beira Interior, Covilha, Portugal

Ricardo Limongi

UFG, Goiânia, GO, Brasil

Ricardo Teixeira Veiga

UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil

Robert Aldo Iquiapaza

UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil

Roberta Campos

UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Roberta Guasti Porto

PUC Minas, Belo Horizonte, MG, Brasil

Roberto Flores Falcão

FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil

Roberto Schoproni Bichueti

UFMS, Santa Maria, RS, Brasil

Rodrigo Assunção Rosa

UP, Curitiba, PR, Brasil

Rodrigo Fernandes Malaquias

UFU, Uberlândia, MG, Brasil

Rodrigo Ladeira

UFBA, Salvador, BA, Brasil

Rogério Scabim Morano

UNIFESP, São Paulo, SP, Brasil

Rosa Livia Montenegro

UFJF, Juiz de Fora, MG, Brasil

Rosalia Aldraci Barbosa Lavarda

UFSC, Florianópolis, SC, Brasil

Rosana da Rosa Portella Tondolo

UFPEL, Pelotas, RS, Brasil

Rubens de Araujo Amaro

UFES, Vitória, ES, Brasil

Sabrina Cavalcante Barros

UFRN, Santa Cruz, RN, Brasil

Sachin Mangla

University of Plymouth, Plymouth, Reino Unido

Salomão Alencar de Farias

UFPE, Recife, PE, Brasil

Samuel de Oliveira Durso

Faculdade FIPECAFI, São Paulo, SP, Brasil

Sanderson César Macedo Barbalho

UnB, Brasília, DF, Brasil

Santosh Nandi

University of South Carolina, Columbia, Estados Unidos da América

Sara Picheth

UEM, Maringá, PR, Brasil

Sérgio Bulgacov

UP, Curitiba, PR, Brasil

Sergio Eduardo de Pinho Velho

Wanderley

UNIGRANRIO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Sergio Garrido Moraes

ESPM, São Paulo, SP, Brasil

Sergio Olavarrieta Soto

Universidad de Chile, Santiago de Chile, Chile

Sergio Schneider

UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Sergio Silva Braga Junior

UNESP, São Paulo, SP, Brasil

Sidinei Rocha-de-Oliveira

UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Sidnei Vieira Marinho

UNIVALI, Biguaçu, SC, Brasil

Silvania da Silva Onça

UNIFESSPA, Marabá, PA, Brasil

Silvia Novaes Zilber Turri

UNINOVE, São Paulo, SP, Brasil

Silvio Eduardo Candido

UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

Silvio Luis de Vasconcellos

UNIVALI, Itajaí, SC, Brasil

Silvio Popadiuk

Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil

Simone Sehnem

UNOESC, Florianópolis, SC, Brasil

Simoni Fernanda Rohden

UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil

Sônia Maria Guedes Gondim

UFBA, Salvador, BA, Brasil

Stella Naomi Moriguchi

UFU, Uberlândia, MG, Brasil

Susana Carla Farias Pereira

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Susane Petinelli Souza

UFES, Vitória, ES, Brasil

Tarcisio Pedro da Silva

FURB, Blumenau, SC, Brasil

Tatiana Iwai

INSPER, São Paulo, SP, Brasil

Tatiane Cislaghi

IFRS, Bento Gonçalves, RS, Brasil

Teresia D. L. Van Ad. de Macedo-Soares

PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Thiago Almeida Vieira

UFOPA, Santarém, PA, Brasil

Thomaz Wood Jr.

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Tiago Ratinho

IÉSEG School of Management, França

Tobias Coutinho Parente

Universidade Ibirapuera,
São Paulo, SP, Brasil

Tomas Sparano Martins

UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Vagner Antônio Marques

UFES, Vitória, ES, Brasil

Vander Casaqui

UMESP, São Bernardo do Campo,
SP, Brasil

Vanessa Cepellos

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil

Vania Bessi

Universidade Feevale,
Novo Hamburgo, RS, Brasil

Vania Medianeira Flores Costa

UFMS, Campo Grande, MS, Brasil

Vera Regina Ramos Pinto

UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Verônica Angélica Freitas de Paula

UFU, Uberlândia, MG, Brasil

Verônica Macário

UFMG, Campina Grande, PB, Brasil

Vicente Lima Crisóstomo

UFC, Fortaleza, CE, Brasil

Victor Silva Correa

UNIP, São Paulo, SP, Brasil

Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo

UFPEL, Pelotas, RS, Brasil

Vinícius Antonio Machado Nardi

EMBRAPA, Brasília, DF, Brasil

Vinícius Gomes Martins

UFPE, Recife, PE, Brasil

Violeta Sun

EACH-USP São Paulo, SP, Brasil

Virgílio César da Silva e Oliveira

UFJF, Juiz de Fora, MG, Brasil

Walter Bataglia

Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil

Wenner Glaucio Lopes Lucena

UFPB, João Pessoa, PB, Brasil

Wescley Silva Xavier

UFV, Viçosa, MG, Brasil

Wilson Aparecido Costa De Amorim

FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil

Wilson Toshiro Nakamura

Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil

Wladmir Motta

CEFET-RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Zilma Borges de Souza

FGV EAESP, São Paulo, SP, Brasil